

O MOMENTO NACIONAL

O GOVERNADOR BENEDICTO VALADARES ESTÁ NO RIO

RIO, 19 — Chegou a esta capital, às 19 e meia horas, tendo grande recepção, o governador Benedicto Valadares.

A Agência Brasileira, procurando saber o motivo da vinda do chefe do governo mineiro nada conseguiu apurar. (A. B.).

CONCEDIDA LICENÇA AO GOVERNADOR FLORES DA CUNHA

RIO, 19 — Dizem de Porto Alegre que a Assembléia Estadual concedeu a licença requerida pelo governador Flores da Cunha, o qual sómente entrará no gesso da mesma no próximo dia 26, seguindo para Buenos Aires.

Ha quem affirme que s. exc. não assumirá mais o governo gaúcho. (A. B.).

PROTESTO DA FRENTE ÚNICA RIOGRANDENSE CONTRA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

PORTO ALEGRE, 19 — A Frente Única enviou um protesto ao Tribunal Regional contra a validade da eleição de varios prefeitos, que estavam no poder antes, quando se realizaram as eleições municipais, alegando que a Constituição, no seu art. 112, parágrafo 3.º, prohibe a eleição dos mesmos. (A. B.).

REGRESSOU A BAHIA O GOVERNADOR JURACY MAGALHÃES

RIO, 19 — O governador Juracy Magalhães que hontem se mostrava

NOTAS DE PALÁCIO

No interesse dos serviços da administração, o Chefe do Governo só receberá na manhã os srs. Secretários de Estado.

Foram recebidos, hontem, pelo sr. Governador os srs.: deputados José Maciel, Octavio Amorim, Lauro Wanderley, Raphael Sébas, Rodrigues de Aquino, Emiliano Nobrega, Americo Maia, Paula e Silva, Raymundo Viana, Adalberto Ribeiro, Miguel Bastos e Fernando Nobrega.

O sr. Estanislau Affonso congratulou-se com o sr. Governador pela sanção da lei que autoriza os serviços de agua e esgoto de Campina Grande.

O tenente Othilio Ciraulo agradeceu ao sr. Governador as "condolências que lhe enviara s. exc.", pelo falecimento do seu genitor.

O dr. Nelson Silva comunicou ao sr. Governador haver assumido o cargo de secretario particular do Prefeito do Distrito Federal.

O capitão Frederico Mindello Carneiro e familia agradeceram ao sr. Governador as expressões de pesar que lhes enviara s. exc., pelo falecimento do desembargador Heracito Cavalcanti.

Estiveram, hontem, á tarde, no Palácio da Redempção, em visita de cumprimentos ao sr. Governador Argenio de Figueiredo, os srs. dr. Silvino Cabral da Nobrega, José Joviano de Medeiros, José Ferreira Junior e Ernani Lauritzen.

O dr. Americo Cavalcanti agradeceu ao Chefe do Governo a interferencia de s. exc. em favor da nomeação do seu irmão, sr. Gilberto Cavalcanti, para escrivão da collectoria federal, em Alagôas Nova.

O Governador do Estado recebeu, hontem, á tarde, os srs. drs. Dusan Miranda, Italo Joffily, Gama e Mello, Sizenando de Oliveira, Plinio Lemos, Saturnino Brito, Alfredo Dias e capitão Jacob Frantz.

A fim de cumprimentar o sr. Governador, esteve, hontem, á tarde, em Palácio, o dr. Nardy Filho.

O sr. Maximiano Aureliano Monteiro da Franca Filho agradeceu ao sr. Governador os votos de pesar que lhe enviara s. exc., pelo falecimento do seu genitor.

O sr. Ignacio da Costa Gondim agradeceu ao Chefe do Governo a interferencia de s. exc. em favor de sua nomeação para a collectoria federal, em Areia.

Os srs. A. Fonsêca & Cia., de Recife, agradeceram ao sr. Governador a remessa de um exemplar da mensagem de s. exc., apresentada á Assembléia Estadual por occasião da abertura dos trabalhos legislativos.

preocupado, hoje, por occasião de tomar o avião de regresso á Bahia apresentou-se bem disposto, desapparecendo, assim, a razão dos boatos alarmantes que vem circulando. (A. B.).

UMA NOTA DE "A BATALHA"

RIO, 19 — Estudando a situação nacional, A Batalha diz que a hora que atravessamos é mais grave do que se pensa, tendo elemento para assim se expressar por julgar que o perigo não reside nas divergencias de grupos politicos mas nos residuos da Aliança Nacional Libertadora, os quaes agem sob a inspiração directa do sr. Luiz Carlos Prestes (A. B.).

A POSSE DO NOVO MINISTRO DA MARINHA

RIO, 19 — Revestiu-se de solennidade o acto da posse do novo ministro da Marinha, almirante Guilhem, tendo se mesmo comparecido o ministro João Gomes, o capitão Peininho Muller, representantes dos demais ministros e altas patentes da Marinha e do Exercito.

No seu discurso de posse o novo titular disse estava convicto de que todos os officiaes afastados das competições partidarias continuariam a trabalhar sem desfalecimentos para a manutenção em alto grau do espirito de solidariedade e disciplina que é a base da resistencia e do prestigio das forças armadas, sem o qual não existe a tranquillidade necessaria para que o povo brasileiro possa cimentar a grandeza da nossa terra. (A. B.).

Escola Normal de Campina Grande

Está marcada para o dia 24 do corrente a cerimonia da expedição de diplomas á turma de professoras que concluíram o curso este anno, na Escola Normal "João Pessôa", de Campina Grande.

A cerimonia, que terá lugar ás 20 horas daquelle dia, no edificio do "Cine Capitolio", será revestida de solennidade.

Para assistir esse acto recebemos um convite das novas professoras.

O DIA DA BANDEIRA

NO QUARTEL DA FORÇA PÚBLICA. — A POSSE DA DIRECTORIA EFFECTIVA DO TIRO DE GUERRA 37

A data consagrada á Bandeira Nacional, que passou hontem, foi solennizada condignamente festa cívica.

Todos os edificios publicos, federaes, estaduais e municipais hastearam o Pavilhão Nacional em suas fachadas.

NO QUARTEL DA FORÇA PÚBLICA

Na caserna da praça Pedro Americo a cerimonia teve um cunho de caracter cívico, formando a tropa da Força Pública, achando-se também presentes todos os officiaes, perante os quaes o coronel Delmiro de Andrade, comandante da briga unidade, leu o seguinte boletim allusivo á grande data:

Festa da Bandeira: — Em todos os países do Universo rende-se um preito de fé propria a uma religião, um culto á Bandeira, que é tão grande quanto a maior força da educação e do desenvolvimento do povo.

Nas nações civilizadas consagra-se um amor extraordinario e a natureza e a necessidade delle, já nascem em cada fillo.

Numa idéa feliz symbolizaram a pátria estabelecendo á Bandeira, que é a sua imagem.

A nossa pátria é representada por um pendão que tremula de norte ao sul do país.

Vemol-a, altaneira symbolizando a pátria e delles nos falamos engalanando as fachadas das escolas e palacios, os quaes e os vasos de guerra, os lares num contentamento indescriptivel e elevado.

O seu symbolico valor é tão forte que ella não se abate; não sobe senão com o som do Hymno Nacional, que é a voz da pátria, e vai tremular bem alto despertando a alma e sobranceira uma visão de acompanhada ás alturas na sua marcha triumphal e victoriosa.

"Archanjo luminoso da gloria. E se algumas vezes desce do topo glorioso um raio de luz, para se abrir como um raio de agua regando pelo solo, são os bemfazejos dedos da Providencia que a desdobram, transmutando-a em cores de graças agora em

Vae ser homenageado o sr. Waldemar Leite

As classes conservadoras da capital preparam para estes dias uma expressiva manifestação de apreço ao distincto cavalheiro sr. Waldemar Leite, operoso gerente do Banco do Estado da Parahyba e digno presidente da Associação Commercial.

Consistirá a manifestação de um banquete a ser offerecido no Parahyba Hotel, em dia e hora que a imprensa noticiará.

Por este meio, pretendem os commerciantes e industriaes do Estado prestar a sua solidariedade ao honrado conterraneo, que á frente do importante organ da classe tem se revelado um esforçado defensor dos seus direitos, merecendo, assim, um tributo de gratidão de todos os que vivem das actividades do commercio, industria e lavoura.

As listas de adhesões encontram-se nos estabelecimentos dos srs. Abilio Dantas & Cia., Alves de Britto & Cia., J. Minervino & Cia., João de Vasconcellos, F. H. Vergara & Cia. e Basileu Gomes.

Alfandega de João Pessôa

(NOTA DA SECRETARIA)

Aproximando-se o encerramento do presente exercicio financeiro, as firmas abaixo relacionadas são convidadas a vir receber, na thesauraria desta Alfandega, as importancias que lhes são devidas, provenientes de direitos e taxas pagos a maior, no corrente anno:

Eduardo Cunha	265800
I. R. F. Matarazzo	225500
Alvaro Jorge & Cia.	1014800
Sousa Campos	1548500
The Texas Company	318400
L. Barbosa & Cia. Ltda.	88200
J. Minervino & Cia.	1294900
Anglo Mexican P. Company	1905000
Standard Oil Company	365300
Apriego de Carvalho	495800
Cunha Régio Innãos	305500
Anderson Clayton & Cia. Ltda.	1.078500
"Solemar" Companhia Commercial	261300

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA

Foram discutidos varios projectos, merecendo maiores debates o de numero vinte e cinco (Departamento de Educação do Estado), sobre o qual se pronunciaram diversos srs. deputados, que se aguardam para apresentar emendas em terceira discussão

Com a presença de numero legal, reuniu-se, hontem, a Assembléa Legislativa do Estado, sob a presidencia do sr. José Maciel, secretariado pelos srs. João de Vasconcellos e Adalberto Ribeiro.

Aberta a sessão é lida a acta anterior que, não soffrendo restricções, é aprovada.

A seguir, entra a hora do expediente, apresentação de moções, pareceres, requerimentos, projectos etc., pedindo a palavra o sr. Pedro Ulysses para requerer que o projecto n.º 45 (Dá á "A União", organ official do Estado, a finalidade exclusiva de publicar actos officiaes e materia correlata de interesse publico), fosse enviado á Commissão de Legislação e Justiça, por se tratar de materia que merece o seu estudo.

E' posto a votos esse requerimento, tendo sobre elle se pronunciado o sr. Fernando Pessôa, que pede esclarecimentos á Mesa em torno ao Regimento da Casa.

Final, é aprovado o requerimento do deputado Pedro Ulysses, contra os votos dos srs. Fernando Pessôa e Severino de Lucena.

Pede a palavra o sr. Odilon Coutinho, que requer seja enviado á Commissão de Instrução o projecto numero 42 (Credito para a bibliotheca dos estudantes do Lyceu Parahybano e da Escola Normal), por envolver materia competente dessa Commissão.

O sr. Octavio Amorim pede que vá á Commissão de Legislação e Justiça o projecto n.º 43 (Autoriza o governo do Estado a crear o Curso Gymnasial nocturno do Lyceu Parahybano).

Ambos os requerimentos são aprovados pela maioria da Casa.

Vem á tribuna o sr. Miguel Bastos que apresenta á consideração da Assembléa o seguinte

Projecto n.º... — A Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba resolve:

Art. 1.º — São consideradas de utilidade publica as Associações dos Em. pregados no Commercio de Guarabira, Alagôas Grande, Esperança, Campina Grande, Patos e Cajazeiras.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. da Assembléa Legislativa, em 19 de novembro de 1935.

Miguel Bastos.

Julgado objecto de deliberação pela Casa, vae o projecto do sr. Miguel Bastos á impressão.

Não havendo quem mais quizesse fazer uso da palavra, na hora do expediente, entra a

ORDEM DO DIA

que constou do seguinte:

Segunda discussão do projecto n.º 25 (Departamento de Educação do Estado). Travam-se animados debates em torno á materia contida nesse projecto, nelles tomando parte, entre outros, os srs. Fernando Pessôa, Emiliano Nobrega, Odilon Coutinho, Fernando Nobrega, João de Vasconcellos, Sá e Benevides e Octavio Amorim.

Entra em primeira discussão o projecto n.º 11. (Execução do serviço de agua e esgoto na sede do municipio de Alagôas Grande), que é aprovado, por unanimidade.

Segue-se a primeira discussão do projecto n.º 44 (Regulamento o art. 124, da Constituição do Estado, e estabelece garantias ao direito de petição nas repartições publicas). — Aprovado.

Primeira discussão do projecto n.º 19 (Transferecia da sede de S. José de Piranhas para o lugar Jatobá). — Aprovado.

Primeira discussão do projecto n.º 47 (Contagem de tempo de serviço ao bacharel Joaquim Bulhões Pontes de Miranda). — Aprovado.

Esgotada a materia da Ordem do Dia, o sr. presidente levanta a sessão, marcando outra para hoje, á hora regimantal.

A 1.ª FEIRA DE AMOSTRAS DA PARAHYBA CONVERGIRÁ DURANTE 30 DIAS, A ATENÇÃO DO BRASIL NA PARAHYBA!

CONFLITO ITALO-ETHIOPE

ADDIS ABEBA, 19 — O "Negus" partiu hoje precipitado em um avião, com destino desconhecido. Temese que venha a ser elle aprisionado pelas forças italianas. (A. B.).

Prefeitura Municipal de João Pessôa

A Prefeitura avisa aos veranistas de Tambau e ao povo em geral, que a Banda de Musica da Força Publica do Estado, gentilmente cedida pelo seu Commandante Cel. dr. Delmiro de Andrade, fará retreta ás quintas-feiras, naquella praia, havendo augmento de omnibus da Empresa Oswaldo Pessôa, a fim de facilitar o transporte das pessoas que quizerem assistir.

A SOLENNIDADE DE HONTEM NA SEDE DO "TIRO DE GUERRA 37"

Effectuou-se, hontem, ás vinte horas, á rua Duque de Caxias, no predio que serve de sede provisoria ao "Tiro de Guerra 37", a solennidade em homenagem á directoria efectiva que tem de reger os seus destinos até o proximo anno.

(Conclue na 8.ª pag.)

INSETOS INIMIGOS E DOENÇAS DAS AMOREIRAS

(PUBLICAÇÃO DO INSTITUTO SERICO)

I — INSETOS: — O insecto que causa maior prejuizo e estrago ás amoreiras no Brasil, é uma especie de cochinhilha quasi da mesma familia do "Diaspis Pentagona", que se encontra frequentemente nas amoreiras de origem europeia e nas do Sul.

Estes pequenos insectos cobrem os ramos novos de amoreiras, assim como os velhos e o tronco das arvores novas, de um montão de casca cinzenta ou negra sob os quaes se dissimulam. Esses parasitas microscopicos multiplicam-se de uma maneira extremamente rapida e, descuidando-se de fazer uma defesa prophylactica, as plantações de amoreira não tardarão a ser envolvidas completamente pela praga destruidora.

Esses insectos "Diaspis Pentagona", fixados nos ramos, nutrem-se á custa da seiva da planta que, sob a acção das numerosas picadas, enfraquece-se e acaba por não produzir folhas. O prejuizo pôde, mesmo, causar a morte definitiva da arvore.

O melhor modo de combater a esta praga consiste em suprimir os ramos fortemente atacados e queimá-los immediatamente. E' salutar estucar depois da poda os troncos, assim como os ramos mais grossos das amoreiras atacadas pelos parasitas, com uma das preparações seguintes:

- 1.º — Oleo de automovel, queimado .. 900 grammas.
Carbonato de sodio anhydry .. 450 grammas.
Agua 10 litros.
- 2.º — Petroleo 900 grammas.
Oleo de peixe 200 grammas.
Carbonato de sodio anhydry .. 100 grammas.
Agua 10 litros.
- 3.º — Oleo de machina 1 kg.
Oleo de peixe 50 kg.
Carbonato de sodio anhydry .. 50 kg.
Agua 10 litros.

E' muito importante a lucta contra a cochinhilha, que pôde causar grandes prejuizos e comprometter seriamente o futuro das amoreiras. Além do tratamento curativo acima indicado, pôde se applicar ás plantações da amoreira um outro tratamento preventivo que consiste em augmentar o vigor das arvores; trata-se da irrigação e adubação, pois são sempre os tipos rachíticos, plantados num solo secco e pouco fértil que, na maioria, soffrem os ataques das cochinhilhas.

COLLIMATUM VENUSTUM: — E' um insecto coleoptero longicorneo, medindo dois centimetros de comprimento, corpo vermelho vivo, listado de branco, que observel em muitas plantações de amoreiras no sul e no interior da Parahyba. Esse insecto produz enormes prejuizos nos amoreiras, sob a forma de vida adulta e larvaria.

A larva attinge 4 a 5 centimetros de comprimento.

O insecto perfeito faz a sua appareição cerca de fins de outubro e no correr do mês de novembro. Percebe-se pela manhã, entorpecido na extremidade dos ramos cortando a extremidade terminal dos raminhos novos e desfolhando-os completamente na altura de 8 a 10 centimetros de cima para baixo. Num certo ponto do espaço do ramo desprovido de folhas, o insecto deposita alguns ovos sobre a casca. As lagartas novas penetram nos raminhos e chegam até a medula; descem em seguida roendo os tecidos lignificados e deixando no lugar por onde penetram, excrementos formados de serragem da madeira. Mais tarde,

continuando o seu caminho, ataca os ramos mais fortes, até chegar ao tronco. Os raminhos dum diametro pequeno, roídos pelas lagartas, quebram-se á menor oscillação. Nos grossos ramos e no tronco, a presença das larvas é indicada por montões de serragem na abertura do buraco feito pela lagarta para servir de abertura de respiração.

Não é caso raro encontrar-se num tronco velho de amoreira abandonada centenas de larvas de "Collimatum". Com tempo essas larvas roem completamente o interior dos troncos e produzem lesões iguaes ás que apresentam os troncos estragados pela podridão ou caruncho.

COMBATE: — O combate a este insecto deve ser dirigido contra o insecto adulto e contra a sua larva. Contra os adultos lucta-se em outubro e novembro, de preferencia de manhã, estando os insectos ainda entorpecidos. A presença do insecto é percebida pela existencia das folhas caídas em baixo da arvore, pela existencia dos ramos cujas extremidades estão desfolhadas e quebradas. Aproveita-se desta situação da arvore para recolher essas extremidades cheias de ovos e incinerá-las.

A lucta contra a larva é praticada na época da poda da planta, mas é util proceder em qualquer época do ano, desde que se descubra uma arvore attingida.

Sectionam-se os ramos abaixo do ponto onde se supõe existir as larvas e queimam-se immediatamente. Se o insecto já tiver envolvido o tronco da arvore, pôde-se introduzir pelo buraco um arame fino e injectar um pouco de formol. Assim é possível salvar os amoreiras e protegê-las contra o "Collimatum Venustum" mas, por falta de hygiene e de lixo, devemos considerar todos os amoreiras abandonados como foco de infecção perigoso que devemos limpar e tratar.

DOENÇAS DE ORDEM PHYTOPATHOLOGICA: — O unico cogumelo que pôde causar prejuizos muito serios aos amoreiras é o chamado "Branco das Folhas", determinado pelo nome scientifico de "Ovulariopsis Moricola". Esse cryptogamo faz a sua appareição em fins de novembro. E' muito prejudicial ás amoreiras, plantadas nos terrenos secos e pouco férteis.

MEIOS DE COMBATE: — Para combater esse cogumelo devemos escolher variedades de folhas largas, refractarias á doença, ter sempre em perfeito estado o nosso amoreiral quanto á fertilidade do solo e quanto á limpeza. Alguns entomologistas recomendam sulphatar e pulverizar os amoreiras com caldo Bordelais para entrar a marcha do "Ovulariopsis moricola", mas essas operações me parecem impraticáveis. Em todo caso, não devemos menosprezar os prejuizos do "Branco das Folhas" da amoreira.

Para evitar a perda das folhas sujeitas a serem atacadas, podemos dal-as de alimento aos bichos da sêda, uma vez em novembro e outra vez em março, antes que o cogumelo haja envolvido completamente as suas faces inferiores. Mas, mesmo carregadas de mycelio, as folhas das amoreiras podem servir bem á alimentação do bicho da sêda.

Eu mesmo já tenho dado, em maio e junho, alimentação ás lagartas durante a 4.ª e 5.ª idade, folhas bem atacadas pelo "Ovulariopsis Moricola" sem o menor inconveniente e posso afirmar que alcancei boa colheita de casulos, iguaes ás que foram alimentados com folhas sadias.

CLUBES AGRICOLAS

A fundação do Clube Agrícola, a Escola "Alberto Torres", em Serraria, por iniciativa do agrônomo Edmundo Bacellar, é um exemplo a ser imitado por outros municípios, onde igualmente se vem desenvolvendo e incrementando uma intelligente e proveitosa campanha de fomento agrícola.

O Clube Agrícola de Serraria inclui, destarte, o ensino profissional da agricultura na Parahyba, tendo como patrono aquelle vulto inolvidavel de pensador e patriota, que foi Alberto Torres. O autor de "Organização Nacional" traçou nos fortes capitulos dessa obra, que é um grito de alerta á nacionalidade, os rumos da verdadeira politica que deve seguir o Brasil e que a actual administração do Estado vem adoptando no seu programma de sobreguimento das nossas reservas economicas.

Que outros clubes agricolas, como o de Serraria, sejam fundados na terra parahybana, incluindo, assim, no espirito das novas gerações escolares os conhecimentos de technica agricola que tanto se levantado e aperfeiçoado o nivel economico de outros povos, como nós, essencialmente agricolas e de menores possibilidades productivas.

DESPORTOS

Secretaria da Liga Desportiva Parahybana

(Official)

Na secretaria da L. D. P., precisei falar com os amadores abaixo, no primeiro expediente das 12 ás 13 horas, e, no segundo, das 19 horas ás 21, todos os dias uteis, para effecto de regularização de inscrição dos mesmos amadores:

Flippéa — José Henriques da Silva e Godofredo Rodrigues (2).
Sol Levante — Sylvio José da Costa (1).

Bolafé — Bartholomeu Paulino (1).

E' esta a ultima chamada que, este anno, faz a "Liga Desportiva Parahybana" aos seus amadores para terminar a regularização das suas inscrições e aquelles que não attendem ao chamamento final da Entidade de Maxima verão os seus nomes, automaticamente, cassados do Livro de Registro da L. D. P.

Este aviso vale, tambem, com vistas aos srs. directores responsaveis dos clubs filiados.

Instituições de caridade

ASYLO DE MENDICIDADE "CARNEIRO DA CUNHA" Boletim da semana de 10 a 16 de Novembro de 1935.

Visitas — O estabelecimento foi visitado por 8 pessoas cujos nomes constam do livro de presença.

Service medico — O dr. Lourival Moura que esteve de semana, visitou o estabelecimento residindo a 3 dias, sendo o recetuario enviado na Pharmacia Londres tambem de semana.

Donativos — Foram feitas os seguintes: Tenente Francisco P. dos Santos, Inspector Geral da Guarda Civica, enviando os generos alimenticios deixados naella; Inscritura por um conductor desviado do respectivo comprador na feira de Tambá, certa quantidade de farinha de mandioca, idem de feijão mulatinho, toucinho, carne de vaca e uma saquinha de sal triturado.

Fallecimento — Falleceu no dia 16 o pensionista Nelson Monteiro da Franca.

Movimento de indigentes — Existiam 92 asilados, entrou 1, sahiram 3, ficando existindo 90, sendo 41 homens, 49 mulheres.

Escala de service — Pelo Conselho foram designados para o service da semana de 17 a 23 o director Virgilio Cordeiro, o medico dr. Oscar de Castro e a Pharmacia Confiança.

ATRAS — Alem dos asilados mais trucidados, existem mais 8 em observação.

O estado sanitario do Asylo continúa sem alteração.

Aqui acabamos a parte didactica da cultura da amoreira. Nos proximos numeros trataremos da criação do bicho da sêda.

ASSOCIAÇÕES

União de Moços Catholicos — Essa agremiação com sede em Campina Grande, vem de empossar a nova directoria, assim constituída:

Presidente, João Pintrel; vice-dito, Jovino Sobrinho de Carvalho, 1.º secretario, José Marques de Almeida Sobrinho; 2.º dito, Carlos Costa; oradores, Severino Lopes Loureiro (releito) e Epaminondas Camara; thesoureiro, Manuel Alexandrino da Silva; bibliothecario, Francisco Marques.

AMOR...

(Copyright by Companhia Editora Nacional. Exclusividade no Estado da Parahyba para A UNIAO).

ALVARO MOREYRA

Não parecia um palito. Mas era magro, comprido, chato. Perguntou. Respondeu. Foi o que se chama uma conversa. E uma conversa vagamente tristonha.

— O senhor nunca amou?
— As vezes.
— Então, sabe o que é o amor?
— Assim, assim.
— Não conhece o verdadeiro amor?
— Não tenho certeza. Creio que vi esse phenomeno, um dia, depressa...
— Depressa?

— Num tiro de revolver que o mais velho dos meus amigos desfezheu no coração. Ha muitos annos.
— O amor que mata... E' preferivel, de certo, ao amor que faz viver...
— Isso é com os technicos.
— O meu amor me faz viver e me tornou desgraçado.

— Oh!
— Conte.
— Quer?

— Quero.
— Eu estive em Paris, na minha juventude, e fui dos que assistiram á estreia da "Louise" de Charpentier, na Opéra, em Colica. E desde aquella noite, procurei uma Louise na vida. Estudei a biographia de todas as Louises da historia. Uma, principalmente, me encantou; a esposa do duque de Orléans, mãe de Francisco I...

— O inventor da appendicite...
— Não sei. Mas, a Louise que eu desejava é a que eu buscava, era uma que me pertencesse, ou pelo menos, que existisse perto dos meus olhos.
— Uma Louise de facto.

— Porque, era capaz de jurar, as mulheres com esse nome, seriam de carne e espirito, como a heroína de Charpentier. O poeta Julien nasceu nos meus instinctos de homem sóssegado. Eu sabia de cor o libreto e a musica. Cantava, bixinho:
— "Depuis le jour
Ou je me suis donnée"

Soffria de insomnias, a recordar pas-

O BRASIL EM FACE DO CONFLICTO ITALO-ETHIOPE

A resposta que o ministro das Relações Exteriores enviou ao presidente do Com-tê de Coordenação da Liga das Nações, incumbido das medidas que deverão ser adoptadas em virtude do art. XVI do Pacto, perante o conflicto italo-ethiope, é a mais justa possivel, uma vez que, não se afastando da neutralidade no conflicto, recusa assumir compromissos, tomados pelas potencias que fazem parte desse Instituto a que não pertencemos. Nem sequer sobre taes deliberaciones fomos ouvidos ou consultados.

Não acompanhando a politica generosa, não queremos de maneira alguma dizer que delatamos de condemnar a guerra, como solução dos conflictos internacionais, condemnacão que está escripta na nossa Constituição e expressa em toda a nossa historia diplomatica. Adherimos ao pacto Briand-Kellog e firmamos a declaração inter-americana, de 3 de agosto de 1932, regendo reconhecimento das conquistas feitas pela força. Possuimos ainda uma tradição de respeito á arbitragem á qual recorremos na solução de varios problemas de fronteiras. A nota da nossa Chancelleria não poderia, por tudo isso, contrariar a ininterrupta tradição brasileira da qual o ministro Macêdo Soares tem sido um grande fiel defensor. O que o Itamaraty fez foi apenas manter absoluta independencia de acção, reservando "a sua liberdade de proceder, em qualquer eventualidade, como lhe aconselhassem os seus interesses, os seus compromissos internacionais e os principios que sempre nortearam a sua politica externa". Assim o modo de proceder do Brasil só se subordinará ás directivas da sua diplomacia tradicional, na legitima defesa dos seus interesses, entre os quaes occupam lugar de relevo os do direito e da paz entre as nações.

A resposta brasileira á Liga das Nações não deve ser vista de outra maneira e não contraria a neutralidade que sempre mantivemos em todos os conflictos internacionais. Já foi lembrado que tivemos ainda ha bem pouco no Continente, o caso Leticia e a guerra do Chaco, ambos países vizinhos e nunca houve um só reparo á neutralidade brasileira, quer em questões de facto, quer relativamente á acção diplomatica que tivemos de desenvolver nos dois casos coroada de pleno exito. Não seria, portanto, agora, numa guerra colonial na Africa, que iriamos nos afastar da linha tradicional da nossa conducta.

A attitudé da imprensa e as felicitações, vindas de todos os pontos do

gagos, scenarios, luzes, personagens, cores, e a protagonista illuminando, rythmando tudo... Se adormecia, virava tenor e punha em sobressaltos o pequeno hotel onde me hospedei. Procurei uma Louise em Paris, em Bruxellas, em Londres, em varias cidades da Itália, na Suissa inteira. Nenhum. Vim da volta para o Brasil, intalle-me numa pensão franceza, familiar da rua dona Luiza. O destino. Na primeira manhã, ao sahir do banheiro, o nome adorado bateu nos meus ouvidos! A proprietaria chamava á porta de um quarto o "Cochon" e "Cochon". Quasi perdi os sentidos, o quarto era em frente do meu! E ali estava uma Louise! Bemdito Baudelaire! Oh patria amada! Idolatrada! Salve! Salve! Deixei a dançar ao som do hymno que, instinctivamente, me enchea a bocca. Vestiu-me. Perfumou-me. Como a letra caprichada e toda a poesia, escrevi uma carta á Louise, rogando-lhe o seu amor, mandando-lhe o meu. Mergulhei um dedo na cama, painha, e disse ao criado que apparece: "entreque já á mademoiselle Louise. Ah! caro doutor!"

— Criei o criado da carta... e, de repente, gritos, tapas, pontapés, tombos apavoraram a pensão. Os hospedes correram e me arrastaram da fúria de uma senhora horrivel, gorda, forçada, indignadissima, que, serrando um cano, gritou: "Cochon! Cochon!" Os seus sessenta annos ressaltavam acabavam de ser insultados. A sua fealdade tomara um exaggero que punha arrepios em torno. Levaram-me para a Assistencia. Depois, para a Policia. Depois, não sei por que, para o Hospicio de Cretins, emveneci. Velho, mandaram-me embora.

— Nunca mais quiz saber de Louises, hein?

— Quiz... Quiz... Quero... Uma que ha de vir, linda, illuminando, rythmando tudo... Ha de vir. Quando menos eu a esperar... Não veli. Veiu a morte. Como a morte não tem nome, talvez elle desse o de Louise com o ultimo suspiro...

— Nunca mais quiz saber de Louises, hein?

— Quiz... Quiz... Quero... Uma que ha de vir, linda, illuminando, rythmando tudo... Ha de vir. Quando menos eu a esperar... Não veli. Veiu a morte. Como a morte não tem nome, talvez elle desse o de Louise com o ultimo suspiro...

Actividade da Directoria do Instituto Serico do Estado

A situação da Sericicultura Parahybana é ainda precaria. Não sabiamos da sua phase de gestação, da sua phase inicial, iniciada tentadas em annos passados fracassaram ou foram abandonadas visto a mentalidade do povo não possuir a sympathia necessaria para activar essa industria. Os espiritos dos fazendeiros, proprietarios, colonos e agricultores não estavam preparados para um trabalho que exigia de certos cuidados e mais saber de certas condições do que a cultura rotineira da canna, do milho, ou de qualquer outra cultura. Falavamos o conhecimento pratico para bem dirigir uma plantação de amoreira e uma criação de bicho da sêda.

Não é bastante possuir programa de fomento de sericicultura, mas é preciso lutar para formar bons criadores e sericultores.

Bem penetrado do assumpto, e sempre em contacto directo com o povo, curioso de aprender e de saber, o actual director do Instituto Serico, dr. Raphael Hallage, não ficou passivo ante a resolução de tão importante problema. Dirigiu as suas actividades, em suas frequentes viagens, para a formação do espirito das gerações agricultrices futuras, esperança das fazendas e do Estado, criando nos Grupos Escolares uma secção de ensino theoreico e pratico da cultura da amoreira e da criação do bicho da sêda. E' por isso, que no municipio de Guarabira, auxiliado pelo activo agronomo sr. R. Bacellar, que deu começo ás primeiras iniciativas.

Em varios municipios do interior, Guarabira, Caicara, Araruna, Serraria e Bananeiras, são plantados numa area de 2 hectares de cada Grupo Escolar, um pomar de Guarabira onde surgirão, no lado deste, cerca de 800 amoreiras destinadas ao ensinamento pratico e theoreico da criação do bicho da sêda e servirão, ao mesmo tempo, de campo de demonstração para os particulares, fazendeiros e agricultores.

O programma das aulas será elaborado pelo director do Instituto Serico e administrado pelo agronomo R. Bacellar. Assim se irá formando a educação do povo e preparando o para o futuro Sericicola do Estado, o que, para a Parahyba, é um dos vites probaveis.

Focalizado, assim, o aspecto principal do problema Sericicola nacional, devem os prefeitos de todos os municipios prestar os seus auxilios valiosos, neste sentido, ao infatigavel director que não vem poupano esforços para levar a cabo a solução do nosso problema actual do Estado e da União o problema Sericicola.

Guarabira, 18 de novembro de 1935

LIVROS — Na Livraria Popular (secção sebo), compram-se bibliothecas, livros novos e usados de qualquer preço. — Rua Barão do Triunpho, 401 — João Pessoa — Parahyba.

VICTOR — A melhor tint. em 63 cores, para pinturas de calçados, bolsas, chapéus, metaes etc. — Rua Barão do Triunpho, 401 — João Pessoa — Parahyba.

VISITEM

DE 8 DE DEZEMBRO DE 1935 A 6 DE JANEIRO DE 1936

A 1.ª FEIRA DE AMOSTRAS DA PARAHYBA

GRANDE PARQUE DE DIVERSÕES

THEATRO — CINEMA — MUSICA — BAR — FEERICIA

ILLUMINAÇÃO

PARTE OFFICIAL

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. DR. ARCEMIRO DE FIGUEIRÊDO

LEI N.º 6

Autoriza o Poder Executivo a rever os regulamentos das repartições fiscaes subordinadas à Secretaria da Fazenda.

A Assembléa Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º — Fica o sr. Governador do Estado autorizado a rever os regulamentos das repartições fiscaes subordinadas à Secretaria da Fazenda, para o fim especial e exclusivo de estabelecer que os recursos dos contribuintes em matéria fiscal sejam julgados e resolvidos por um ou mais conselhos.

Art. 2.º — Este conselho será constituído por funcionários da administração pública e por contribuintes, nomeados pelo Governador do Estado, por proposta das associações de classes contribuintes, com personalidade jurídica, representativas do commercio em grosso, a varejo, proprietários e das indústrias, o qual funcionará sob a presidência do Secretário da Fazenda ou da autoridade fiscal por este designada.

§ único. — As deliberações do conselho não poderão obrigar as decisões finais do Secretário da Fazenda, sempre que este não se conformar com aquelas deliberações.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Palácio da Redempção, em João Pessoa, 16 de novembro de 1935, 46.ª da Proclamação da Republica.

ARCEMIRO DE FIGUEIRÊDO
Isidoro Gomes da Silva

Governo do Estado

EXPEDIENTE DO GOVERNO DO DIA 19:

Decretos:

O Governador do Estado da Parahyba nomeia Eustachio Martins de Moraes para exercer o cargo de 2.º supplente de juiz municipal do termo de S. José de Piranhas, durante o quadriennio que começou a 23 de fevereiro de 1933 e terminará a 23 de fevereiro de 1937, devendo solicitar seu título da Secretaria do Interior e Segurança Pública por si ou procurador, dentro do prazo legal.

O Governador do Estado da Parahyba exonera Joaquim Ribeiro Campos para exercer o cargo de 2.º supplente de juiz municipal do termo de S. José de Piranhas.

O Governador do Estado da Parahyba nomeia o sr. Joaquim Ribeiro Campos para exercer o cargo de 1.º supplente de juiz municipal do termo de S. José de Piranhas, durante o quadriennio que começou a 23 de fevereiro de 1933 e terminará a 22 de fevereiro de 1937, devendo solicitar seu título da Secretaria do Interior e Segurança Pública por si ou procurador, dentro do prazo legal.

O Governador do Estado da Parahyba exonera, a pedido, o sr. Antonio Coelho de Sousa do cargo de 1.º supplente de juiz municipal do termo de S. José de Piranhas.

O Governador do Estado da Parahyba exonera o sargento José Correia de Mello do cargo de sub-delegado de polícia da circumscrição de Poço das Antas, distrito de Campina Grande.

O Governador do Estado da Parahyba nomeia o sargento José Correia de Mello para exercer o cargo de sub-delegado de polícia da circumscrição de Torrelândia, distrito desta capital.

O Governador do Estado da Parahyba exonera Francisco Pereira de Oliveira do cargo de delegado de polícia do distrito de Antenor Navarro. O Governador do Estado da Parahyba nomeia o capitão Jacob Guilherme Frantz para exercer o cargo de delegado de polícia do distrito de Antenor Navarro.

Assembléa Legislativa

Acta da trigésima sexta sessão ordinária da primeira reunião da primeira legislatura da Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, em 18 de novembro de 1935.

A hora regimental, sob a presidência do sr. José Maciel, secretariado pelos srs. João de Vasconcelos e Adalberto Ribeiro, respectivamente 1.º e 2.º secretários, é feita a chamada e aberta a sessão com a presença dos srs. Americo Maia, Fernando Nobrega, Paula e Silva, Eulânio Nobrega, Odilon Coutinho, Rodrigues de Aquino, Paula Cavalcanti, Raphael Sebas, Raymundo Vianna, Newton Lacerda, Ernani Salyro, Delfino Costa, Lauro Wanderley, Sá e Benevides e Anacleto Victorino.

É lida e aprovada, sem observações, a acta da sessão anterior.

Entra a hora do expediente.

O sr. 1.º Secretário da conta do seguinte expediente: "Telegrammas do presidente da Assembléa Legislativa do Piauí, comunicando o encerramento dos trabalhos de sua primeira legislatura; do sr. Arlindo Luz, superintendente da Great Western concedido nos seguintes termos: "Em resposta telegramma vossencia referente construção nova estação nessa oipol, tenho prazer repetir informação já prestada digno prefeito. Companhia reconhece velho edifício já não corresponde a necessidades actuaes e só devido suas dificuldades financeiras tem deixado enfrentar esse despesa. Fosse assegurada, mediante a verificação que o programma de obras dependente acôrdo Governo Federal consta a nova estação de João Pessoa para a qual foi prevista a verba de quatrocentos contos. Terrei grande prazer se puder, na minha administração, prestar esse serviço à Parahyba. Atenciosos e cordiais saudações." (sr.) Arlindo Luz".

Continuando a hora do expediente, pede a palavra o sr. Delfino Costa e apresenta o seguinte projecto que vai à Comissão de Legislação e Justiça: (Projecto n.º 49). A Assembléa Legislativa da Parahyba, Decreta: Art. 1.º — Ficam isentos de qua-

Nobrega, Raymundo Vianna, Paula Cavalcanti, Miguel Bastos, Sá e Benevides".

Usa da palavra o sr. Rodrigues de Aquino e pede que a Mesa informe qual o destino dado a um seu projecto que visa a criação de um grupo escolar em Cabedelo, o qual teria sido apresentado há mais de um mês. O sr. Presidente informa achar-se o referido projecto em poder da Comissão técnica para quem no momento applica no sentido de elaborar o respectivo parecer.

Pede a palavra o sr. Emiliano Nobrega e faz sentir ao sr. Presidente uma reclamação identica à que acabou de fazer o sr. Rodrigues de Aquino, quanto ao parafuso de varios projectos seus, e em seguida requer que seja adiada a 2.ª discussão do projecto n.º 25 (Departamento de Educação do Estado) para a ordem do dia da sessão seguinte e seja submettido a discussão unica o parecer n.º 52 ao projecto n.º 11 (execução dos serviços de agua e esgôto na sede do municipio de Alagôa Grande), ora distribuido em impressos. É aprovado.

Vem à tribuna o sr. Raphael Sebas que justifica o seguinte projecto: (projecto n.º 51). Autoriza o governo do Estado a subvencionar a Associação de Assistência aos Lazeros da Parahyba, para a construção do leprosario desta capital. Art. 1.º — Fica o governo do Estado autorizado a subvencionar com 200.000\$000 a Associação de Assistência aos Lazeros da Parahyba, para a construção e instalação do leprosario desta capital. § unico — A subvenção poderá ser feita em parcelas de 50.000\$000, por cada trimestre. Art. 2.º — A construção, instalação, manutenção, administração e direcção tecnica do leprosario ficarão a cargo da Associação de Assistência aos Lazeros sob a fiscalização directa das autoridades sanitarias do Estado e da Republica. Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario. S. S. em 18/11/1935. (ass.) Raphael Sebas, Newton Lacerda, Lauro Wanderley, Miguel Bastos, Ernani Salyro, João de Vasconcelos, Odilon Coutinho, Anacleto Victorino, Paula e Silva, Sá e Benevides, Americo Maia, Emiliano Nobrega, Delfino Costa, Raymundo Vianna, Paula Cavalcanti, Fernando Nobrega, Adalberto Ribeiro, Rodrigues de Aquino".

O sr. Presidente manda à Comissão de Saúde Pública.

Com a palavra o sr. Ernani Salyro justifica o seguinte projecto que vai à Comissão de Legislação e Justiça. (Projecto n.º 52). Regula o direito de férias remuneradas aos funcionários publicos do Estado. A Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, DECRETA: CAPITULO I — Dos Funcionarios. Art. 1.º — Os funcionarios publicos do Estado terão direito, anualmente, ao gozo de 15 dias de férias, sem prejuizo dos respectivos ordenados, vencimentos, diarias, percentagens ou gratificações, nos termos do art. 114 da Constituição do Estado. Art. 2.º — São considerados funcionarios publicos, para os fins deste decreto, todos aqueles que, sem excepção de classe, trabalhem em qualquer serviço do repartição do Estado, percebendo remuneração por mês, quinzena, semana, dia ou hora, uma vez que empregue sua actividade, durante o prazo de 12 meses, exclusivamente a esse serviço ou repartição. Art. 3.º — As disposições deste decreto não se applicam aos magistrados, juizes municipales e membros do Ministerio Publico, cujo direito já se acha regulado em outra lei. CAPITULO II — Da duração, época e registro das férias. Art. 4.º — O direito de férias é adquirido depois de 12 meses, sem interrupção, de trabalho em serviço ou repartição publica. Art. 5.º — Verifica-se a interrupção, para os efeitos do artigo antecedente quando o funcionario: a) retirar-se do serviço e não for readmittido dentro de sessenta dias subsequentes à saída; b) permanecer no gozo de licença sem perda de remuneração, por mais de 30 dias; c) deixar de trabalhar, sem perda de remuneração por motivo de paralysação do serviço por mais de 30 dias. § 1.º — A prova da não interrupção, quando não resultar da natureza do serviço, deverá ser atestada pelo encarregado do chefe da repartição, onde o funcionario tiver servido durante o tempo a que se refere o artigo 4.º. § 2.º — A ausencia do funcionario, por motivo de accidente ou molestia, providamente contrahida no serviço respectivo, não se considera interrupção, para os efeitos desta lei. Art. 6.º — No caso de sorteio militar, será computado, para os efeitos deste decreto, o tempo de trabalho anterior ao sorteio, desde que o funcionario se apresente na repartição ou serviço, dentro de noventa dias, contado este prazo da data em que se verificou a baixa. Art. 7.º — As férias serão sempre gozadas no decurso dos 12 meses seguintes à data em que a ellas o funcionario fizer jus, não se permitindo, em hypothese alguma, a accumulção de período de férias. Art. 8.º — As faltas verificadas dentro do período de 12 meses, não causadas por motivo de molestia e força maior, poderão ser descontadas das férias. Art. 9.º — Não serão descontadas das férias os dias em que não tiver havido trabalho por conveniencia do proprio serviço, respeitadas as disposições da lei e do artigo 5.º. Art. 10.º — As férias serão concedidas a uma só vez, salvo em casos excepcionaes, consignado o motivo no requerimento e reconhecido no acto da concessão. Art. 11.º — A época das férias será a que melhor harmonize os interesses do funcionario com os do serviço, observado sempre o disposto no art. 7.º. Art. 12.º — Não será permitido ao funcionario trabalhar durante o período das férias, a não ser em serviço domestico, de sua exclusiva utilização. Parágrafo unico. A informação do disposto neste artigo importa a perda do direito às férias, no periodo immediato. Art. 13.º — A concessão das férias será participada, por escrito ao funcionario, com a antecedencia, do minimo, de oito dias, salvo elle dispensar este prazo. Art. 14.º — A concessão e o gozo das férias serão registrados na repartição onde servir o funcionario, e, si for transitoria a natureza do serviço ou variavel o seu local, na repartição, por ordem da qual se verificar o pagamento. CAPITULO III — Da remuneração durante as férias. Art. 15.º — A importância a ser paga, relativa ao período das férias, corresponderá a 15 dias de trabalho, para os diaristas, e a meio mês, para os mensaristas. § 1.º — No calculo da importância a ser referida este artigo, será computado o ordenado, vencimento, diaria, percentagem ou gratificação. § 2.º — No caso de percentagem será tomada por base aquella commun aos demais funcionarios, como se no serviço o funcionario feriado estivesse. Art. 16.º — O pagamento será feito até a véspera de dia em que o funcionario entrar no gozo das férias. Parágrafo unico. No caso do parágrafo 2.º do artigo anterior, será feito um calculo approximado, sujeito a modificação posterior, ficando o funcionario sujeito a restituição ou com direito a percepção do excesso, conforme a differença do calculo. CAPITULO IV — Das indemnizações e reclamações. Das autoridades competentes para concessão de férias e conhecimento de reclamações. Art. 17.º — Se o Estado deixar de conceder férias, nos termos deste decreto, ao funcionario que as requerer, ficará obrigado a pagar-lhe uma importância correspondente ao dobro das férias não concedidas. Art. 18.º — Ao funcionario que deixar o serviço, voluntariamente ou não, será paga a indemnização a ser-lhe devido, correspondente a 15 dias de férias, desde que haja trabalhado no curso do decimo segundo mês. Art. 19.º — Toda reclamação relativa à não concessão de férias, qualquer transgressão ou inobservancia de qualquer disposição deste decreto, deverá ser feita pelo interessado dentro de três meses após o termino do prazo estabelecido no artigo 7.º, ou da data da transgressão ou inobservancia, sob pena de precripção. Art. 20.º — É lícito aos interessados, menores de 21 annos, independentemente de assistência dos pais ou tutores, apresentar as suas reclamações contra o não

comprimento deste decreto, ou recorrer para esse fim, ao patrocínio da autoridade competente, evitando, quanto às reclamações judiciais, o choque com a lei federal ou estadual. Art. 21.º — São competentes para conceder férias: 1.º — O director de estações, chefe de repartição ou serviço, a quem esteja subordinado o requerente; 2.º — qualquer dos Secretários de Estado, ou o Chefe de Polícia, conforme a natureza do serviço; 3.º — O juiz de direito ou municipal, aos serventuários da justiça. CAPITULO V — Das penalidades. Dos recursos. Art. 22.º — As infracções dos dispositivos do presente decreto serão punidas, segundo a natureza da infracção cometida, com a multa de 50\$000 a 500\$000, elevado ao dobro em caso de reincidência. Art. 23.º — Serão competentes para conhecer dos recursos dos interessados, os Secretários de Estado, conforme a função exercida pelo requerente. Se desatendidos, poderão os interessados recorrer ao Poder Judiciário. § 1.º — Ficam isentos do imposto de selo quaisquer recursos, petições e documentos, relativos à execução deste decreto, salvo o requerimento inicial do gozo de férias. CAPITULO VI — Disposições Gerais. Art. 24.º — presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação a partir da qual terá inicio a concessão de férias aos funcionarios que já contarem dez meses de serviço. Art. 25.º — Revogam-se as disposições em contrario. S. S. em 18 de novembro de 1935. (ass.) Ernani Salyro, Fernando Pessoa, Severino Lucena, Sá e Benevides".

Passa-se à ordem do dia.

É aprovado em 3.ª discussão o projecto n.º 15 (subvenção annual à Academia de Commercio "Epitacio Pessoa").

É aprovado em 3.ª discussão o projecto n.º 38 (criação do serviço de ginecologia geral anexo à Maternidade).

O sr. Delfino Costa pede a palavra e apresenta a seguinte emenda: (Emenda n.º 1) onde couber: A chefia do serviço de Ginecologia da Maternidade ficará a cargo do assistente mais antigo, sem maior despesa para o Estado. S. S. da Assembléa Legislativa, em 18 de novembro de 1935. (ass.) Delfino Costa.

Submettidos a votos o referido projecto é o mesmo aprovado contra o voto do sr. Rodrigues de Aquino.

Posta em discussão a emenda, é a mesma aprovada.

São igualmente aprovados em 3.ª discussão os projectos nos. 39 (considera de utilidade publica a Associação Parahybana dos Cirurgões Dentistas) e 36 (cria a circumscrição policial de Emas, no municipio de Piancó).

O sr. Presidente manda os projectos supra à redacção de leis.

É aprovado em 2.ª discussão o projecto n.º 42 (credito para a biblioteca dos estudantes do Lyceu Parahybano e Escola Normal).

O sr. Presidente deixa de submeter a 2.ª discussão o projecto n.º 25 (Departamento de Educação do Estado) em virtude de requerimento do sr. Emiliano Nobrega.

Entra em discussão unica o parecer n.º 52 ao projecto n.º 11 (execução do serviço de agua e esgôto na sede do municipio de Alagôa Grande). É aprovado.

Nada mais havendo a tratar, a sessão é levantada, designando-se para a seguinte a ORDEM DO DIA: 3.ª discussão do projecto n.º 42 (credito para a biblioteca dos estudantes do Lyceu Parahybano e da Escola Normal). 2.ª discussão do projecto n.º 25 (Departamento de Educação do Estado). 1.ª discussão de Educação do Estado. 1.ª discussão do serviço de agua e esgôto na sede do municipio de Alagôa Grande. 1.ª discussão do projecto n.º 45 (Da a União, Organismo Oficial do Estado, a finalidade exclusiva de publicar actos officiaes e materia correlata de interesse publico). 1.ª discussão do projecto n.º 44 (regulamento o art. 124 da Constituição do Estado, que estabelece garantias ao direito de petição nas repartições publicas). 1.ª discussão do projecto n.º 19 (transferecia da sede de S. José de Piranhas para o lugar Jatobá). 1.ª discussão do projecto n.º 47 (contagem de tempo de serviço ao bacharel Joaquim Bulhões Pontes de Miranda). 1.ª discussão do projecto n.º 43 (autoriza o Governo do

Estado da Parahyba, em 19 de novembro de 1935.

Francisco Alves de Paiva, Escripturnario.

Thesouraria Geral do Thesouro do Estado da Parahyba

no dia 19 do corrente mês

RECEITA

Saldo do dia 18 do corrente 454.787\$969

Dias Galvão & Cia. — Caução para habilitar-se ao fornecimento ao Estado 200\$000

Hern Stoltz & Cia. — Idem, idem 500\$000

F. Mendonça & Cia. Ltda. — Idem, idem 500\$000

C. Pereira & Companhia — Idem, idem 500\$000

José Moura Filho — Saldo de adiantamento 1\$000

Pimentel Gomes — Idem, idem \$200

Recebedoria de Rendas — Por conta da renda do dia 18 159.500\$000

Banco Central — C/movimento — Retirada n/dta 2.733\$200

Banco do Estado da Parahyba — C/movimento — Idem, idem 26.165\$100

161.201\$200

28.898\$300

644.887\$469

DESPESA

Jonathas Carecas — Adiantamento 50\$000

Augusto Odilon da Costa — Adiantamento 40\$000

Obras Publicas — Folha de operarios 1.185\$000

Directoria de Produção — Folha de operarios 112\$000

Antonio Ismael de Oliveira — Ajuda de custas 258\$000

Tenente João Alves de Lyra — Adiantamento 960\$000

Diversos funcionarios — Vencimentos 31.662\$800

Saldo para o dia 20 do corrente 610.619\$669

644.887\$469

Thesouraria Geral do Thesouro do Estado da Parahyba, em 19 de novembro de 1935.

Francisco Alves de Paiva, Escripturnario.

Thesouraria da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em 19 de novembro de 1935.

Gentil Fernandes, Thesoureiro interno.

hida; b) permanecer no gozo de licença sem perda de remuneração, por mais de 30 dias; c) deixar de trabalhar, sem perda de remuneração por motivo de paralysação do serviço por mais de 30 dias. § 1.º — A prova da não interrupção, quando não resultar da natureza do serviço, deverá ser atestada pelo encarregado do chefe da repartição, onde o funcionario tiver servido durante o tempo a que se refere o artigo 4.º. § 2.º — A ausencia do funcionario, por motivo de accidente ou molestia, providamente contrahida no serviço respectivo, não se considera interrupção, para os efeitos desta lei. Art. 6.º — No caso de sorteio militar, será computado, para os efeitos deste decreto, o tempo de trabalho anterior ao sorteio, desde que o funcionario se apresente na repartição ou serviço, dentro de noventa dias, contado este prazo da data em que se verificou a baixa. Art. 7.º — As férias serão sempre gozadas no decurso dos 12 meses seguintes à data em que a ellas o funcionario fizer jus, não se permitindo, em hypothese alguma, a accumulção de período de férias. Art. 8.º — As faltas verificadas dentro do período de 12 meses, não causadas por motivo de molestia e força maior, poderão ser descontadas das férias. Art. 9.º — Não serão descontadas das férias os dias em que não tiver havido trabalho por conveniencia do proprio serviço, respeitadas as disposições da lei e do artigo 5.º. Art. 10.º — As férias serão concedidas a uma só vez, salvo em casos excepcionaes, consignado o motivo no requerimento e reconhecido no acto da concessão. Art. 11.º — A época das férias será a que melhor harmonize os interesses do funcionario com os do serviço, observado sempre o disposto no art. 7.º. Art. 12.º — Não será permitido ao funcionario trabalhar durante o período das férias, a não ser em serviço domestico, de sua exclusiva utilização. Parágrafo unico. A informação do disposto neste artigo importa a perda do direito às férias, no periodo immediato. Art. 13.º — A concessão das férias será participada, por escrito ao funcionario, com a antecedencia, do minimo, de oito dias, salvo elle dispensar este prazo. Art. 14.º — A concessão e o gozo das férias serão registrados na repartição onde servir o funcionario, e, si for transitoria a natureza do serviço ou variavel o seu local, na repartição, por ordem da qual se verificar o pagamento. CAPITULO III — Da remuneração durante as férias. Art. 15.º — A importância a ser paga, relativa ao período das férias, corresponderá a 15 dias de trabalho, para os diaristas, e a meio mês, para os mensaristas. § 1.º — No calculo da importância a ser referida este artigo, será computado o ordenado, vencimento, diaria, percentagem ou gratificação. § 2.º — No caso de percentagem será tomada por base aquella commun aos demais funcionarios, como se no serviço o funcionario feriado estivesse. Art. 16.º — O pagamento será feito até a véspera de dia em que o funcionario entrar no gozo das férias. Parágrafo unico. No caso do parágrafo 2.º do artigo anterior, será feito um calculo approximado, sujeito a modificação posterior, ficando o funcionario sujeito a restituição ou com direito a percepção do excesso, conforme a differença do calculo. CAPITULO IV — Das indemnizações e reclamações. Das autoridades competentes para concessão de férias e conhecimento de reclamações. Art. 17.º — Se o Estado deixar de conceder férias, nos termos deste decreto, ao funcionario que as requerer, ficará obrigado a pagar-lhe uma importância correspondente ao dobro das férias não concedidas. Art. 18.º — Ao funcionario que deixar o serviço, voluntariamente ou não, será paga a indemnização a ser-lhe devido, correspondente a 15 dias de férias, desde que haja trabalhado no curso do decimo segundo mês. Art. 19.º — Toda reclamação relativa à não concessão de férias, qualquer transgressão ou inobservancia de qualquer disposição deste decreto, deverá ser feita pelo interessado dentro de três meses após o termino do prazo estabelecido no artigo 7.º, ou da data da transgressão ou inobservancia, sob pena de precripção. Art. 20.º — É lícito aos interessados, menores de 21 annos, independentemente de assistência dos pais ou tutores, apresentar as suas reclamações contra o não

comprimento deste decreto, ou recorrer para esse fim, ao patrocínio da autoridade competente, evitando, quanto às reclamações judiciais, o choque com a lei federal ou estadual. Art. 21.º — São competentes para conceder férias: 1.º — O director de estações, chefe de repartição ou serviço, a quem esteja subordinado o requerente; 2.º — qualquer dos Secretários de Estado, ou o Chefe de Polícia, conforme a natureza do serviço; 3.º — O juiz de direito ou municipal, aos serventuários da justiça. CAPITULO V — Das penalidades. Dos recursos. Art. 22.º — As infracções dos dispositivos do presente decreto serão punidas, segundo a natureza da infracção cometida, com a multa de 50\$000 a 500\$000, elevado ao dobro em caso de reincidência. Art. 23.º — Serão competentes para conhecer dos recursos dos interessados, os Secretários de Estado, conforme a função exercida pelo requerente. Se desatendidos, poderão os interessados recorrer ao Poder Judiciário. § 1.º — Ficam isentos do imposto de selo quaisquer recursos, petições e documentos, relativos à execução deste decreto, salvo o requerimento inicial do gozo de férias. CAPITULO VI — Disposições Gerais. Art. 24.º — presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação a partir da qual terá inicio a concessão de férias aos funcionarios que já contarem dez meses de serviço. Art. 25.º — Revogam-se as disposições em contrario. S. S. em 18 de novembro de 1935. (ass.) Ernani Salyro, Fernando Pessoa, Severino Lucena, Sá e Benevides".

Passa-se à ordem do dia.

É aprovado em 3.ª discussão o projecto n.º 15 (subvenção annual à Academia de Commercio "Epitacio Pessoa").

É aprovado em 3.ª discussão o projecto n.º 38 (criação do serviço de ginecologia geral anexo à Maternidade).

O sr. Delfino Costa pede a palavra e apresenta a seguinte emenda: (Emenda n.º 1) onde couber: A chefia do serviço de Ginecologia da Maternidade ficará a cargo do assistente mais antigo, sem maior despesa para o Estado. S. S. da Assembléa Legislativa, em 18 de novembro de 1935. (ass.) Delfino Costa.

Submettidos a votos o referido projecto é o mesmo aprovado contra o voto do sr. Rodrigues de Aquino.

Posta em discussão a emenda, é a mesma aprovada.

São igualmente aprovados em 3.ª discussão os projectos nos. 39 (considera de utilidade publica a Associação Parahybana dos Cirurgões Dentistas) e 36 (cria a circumscrição policial de Emas, no municipio de Piancó).

O sr. Presidente manda os projectos supra à redacção de leis.

É aprovado em 2.ª discussão o projecto n.º 42 (credito para a biblioteca dos estudantes do Lyceu Parahybano e Escola Normal).

O sr. Presidente deixa de submeter a 2.ª discussão o projecto n.º 25 (Departamento de Educação do Estado) em virtude de requerimento do sr. Emiliano Nobrega.

Entra em discussão unica o parecer n.º 52 ao projecto n.º 11 (execução do serviço de agua e esgôto na sede do municipio de Alagôa Grande). É aprovado.

Nada mais havendo a tratar, a sessão é levantada, designando-se para a seguinte a ORDEM DO DIA: 3.ª discussão do projecto n.º 42 (credito para a biblioteca dos estudantes do Lyceu Parahybano e da Escola Normal). 2.ª discussão do projecto n.º 25 (Departamento de Educação do Estado). 1.ª discussão de Educação do Estado. 1.ª discussão do serviço de agua e esgôto na sede do municipio de Alagôa Grande. 1.ª discussão do projecto n.º 45 (Da a União, Organismo Oficial do Estado, a finalidade exclusiva de publicar actos officiaes e materia correlata de interesse publico). 1.ª discussão do projecto n.º 44 (regulamento o art. 124 da Constituição do Estado, que estabelece garantias ao direito de petição nas repartições publicas). 1.ª discussão do projecto n.º 19 (transferecia da sede de S. José de Piranhas para o lugar Jatobá). 1.ª discussão do projecto n.º 47 (contagem de tempo de serviço ao bacharel Joaquim Bulhões Pontes de Miranda). 1.ª discussão do projecto n.º 43 (autoriza o Governo do

Estado da Parahyba, em 19 de novembro de 1935.

Francisco Alves de Paiva, Escripturnario.

Thesouraria Geral do Thesouro do Estado da Parahyba

no dia 19 do corrente mês

RECEITA

Saldo do dia 18 do corrente 13.737\$844

Recetta do dia 19 1.242\$300

14.979\$744

DESPESA

Recolhido ao Banco do Estado, de imposto predial, em guia n.º 115 1.529\$600

Saldo para o dia 20 13.450\$144

No Banco do Brasil 868\$000

Em documentos de valor 1.365\$000

Deposito para o Necroterio 3.000\$000

Dinheiro em Cofre 8.995\$144

13.450\$144

CAIXA PHARMACEUTICA O. MUNICIPAL

RECEITA

Saldo do dia 18 7.373\$600

Recetta do dia 19 705\$200

7.443\$800

DESPESA

Saldo para o dia 20 7.443\$800

Em dinheiro na Caixa Rural 7.443\$800

Thesouraria da Prefeitura Municipal de João Pessoa, em 19 de novembro de 1935.

Gentil Fernandes, Thesoureiro interno.

QUER ZELAR PELA SUA SAUDE?

ADQUIRA UM EXEMPLAR DO LIVRO

"MESA VEGETARIANA"

Nas livrarias desta capital.

Estado a criar o Curso Gymnasial nocturno no Lyceu Parahybano).

Pago da Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba, em 18 de novembro de 1935.

José Machel — Presidente.
João Vasconcellos — 1.º secretário.
Adalberto Ribeiro — 2.º secretário.

COMMANDO DA FORÇA PUBLICA MILITAR DO ESTADO DA PARAHYBA

(Auxiliar do Exercito).

Quartel em João Pessoa, 19 de novembro de 1935.

Serviço para o dia 20 (quarta-feira).

Dia 4 Força, 2.º tenente Raymundo Coelho.

Bonda à Guaranição, 1.º sargento Manoel Guilherme.

Adjunto no official de dia, 3.º sargento Severino Dias.

Guarda da Cadeia, 3.º sargento Francisco de Assis Luna.

Ordem à C/O, soldado-corneteiro Minervino Vicente.

Piquete ao Q/F, soldado-corneteiro Francisco Guilherme.

Dia à Secretaria, cabo Ramiro.

Dia à C/O, cabo Ayrton Nunes.

Dia ao telefone, soldado-telefonista José Baptista.

Ordem ao sargento de ronda, soldado José Jerônimo.

Bolletim numero 265.

(ass.) Delmiro Pereira de Andrade, cel. comte.

Confere com o original: ten. cel. Elyse Sobreira, sub. comt.

INSPECTORIA DA GUARDA CIVICA DO ESTADO

Quartel em João Pessoa, 19 de novembro de 1935.

Serviço para o dia 20 (quarta-feira).

Uniforme 2.º (duki).

Dia à Inspectoria, guarda de 2.ª classe n.º 58.

Dia à S/P, guarda de 1.ª classe n.º 1.

Dia à S/V, guarda de 2.ª classe n.º 11.

Dia à Secretaria, guarda de 2.ª classe n.º 10.

Rondantes, fiscal Aristides, guardas ns. 18 e 27.

Guarda do Quartel, guardas ns. 18 — 69 — 80 — 83.

Guarda da S/P, guardas ns. 126 — 137 — 68.

Bolletim n.º 258.

Para conhecimento desta Corporação e devida execução, faço publico o seguinte:

Segunda parte:

I — Apresentação de guardas: — Apresentaram-se, hontem, vindos da cidade de Campina Grande, onde prestam serviços no respectivo Posto de Veiculos, os guardas ns. 94, José Osorio de Mello, e 101, Antonio Martins Correia, que vieram a esta capital, a fim de fazerem concurso para guardas de 2.ª classe que se está realizando nesta Corporação; e hoje, o dito de 2.ª classe n.º 41, José Torres Cydonio que exercia as funções de examinador de motoristas na Sub-Secção de Veiculos daquela cidade, o qual fica prestando seu serviço nesta Corporação.

II — Remessa de documentos e importâncias: — O Sr. encarregado da Sub-Secção de Veiculos de Campina Grande, remetteu a esta Inspectoria, acompanhados do officio n.º 87, de 16 de maio, varios documentos, isto é, processos de diversos motoristas daquela cidade, para ser-lhes fornecidas as respectivas carteiras, assim como remetteu, tambem, a importância de 122\$400 destinada à compra de sellos para os referidos processos e o registro do mesmo nesta Inspectoria e na Chefatura de Policia. Da importância e documentos acima referidos, faz-se entrega no sr. enc. da S/V, para os fins convenientes.

O sr. Antonio Eloy Ramalho, secretario, respondendo pelo expediente da Prefeitura de Mamanguape, com o officio n.º, datado de hontem, remetteu a esta Inspectoria a importância de 10\$000, referente a dois registros de automoveis feitos naquela Prefeitura, cujas guias entregaram-se à Secção de Veiculos, para os fins convenientes, e a importância supra ao sr. Almoxtarifado, que lhe dará o conveniente destino.

III — Multa paga: — Pelo sr. José Freire da Silva, condutor do auto camião n.º 2.690 P/B, foi paga a quantia de 10\$000, da multa que lhe foi imposta por infração do art. 352, do R.T.P.

IV — Petições despachadas: — De Antonio de Albuquerque Montenegro, chauffeur profissional, residente nesta capital, solicitando uma 2.ª via de sua carta, por ter extraviado a 1.ª. Deferido. Forneça-se a 2.ª via, segundo o que se direto.

Da fms J. Minervino & Cia., solicitando outra placa do seu auto marca "Chevrolet", motor n.º 57.764. Como requer. Forneçam-se novas placas cobrando o que for de direto.

De Joaquim Ferreira de França, chauffeur profissional, solicitando a dispensa da multa que lhe foi imposta por infração do art. 237, do R.T.P. Absteve-se.

De José Porfírio de Sousa, residente em Patos, requerendo para prestar exame de chauffeur profissional. Deferido. Nomeio o sr. enc. da S/V, Severino de Araújo Queiroz e o chauffeur profissional Dionysio Carneiro da Cunha, para, em comissão, sob a presidencia desta Inspectoria, procederem no exame requerido.

Do sr. Osvaldo Brainer, residente nesta capital, solicitando para prestar exame de chauffeur amador. Deferido. Nomeio o Sub-Inspector, interino e o chauffeur profissional Dionysio Carneiro da Cunha, para, em comissão, sob a presidencia desta Inspectoria, procederem no exame requerido.

De Rodrigo Medeiros, residente nesta capital, solicitando para prestar exame de chauffeur profissional. Igual despacho. Nomeio o sr. enc. da S/V, Severino de Araújo Queiroz e o chauffeur profissional Dionysio Carneiro da Cunha, para, em comissão, sob a presidencia desta Inspectoria, procederem no exame requerido.

V — Designação: — Designo o guarda de 2.ª classe n.º 41, José Torres Cydonio, para fiscalizar placas e freios de automoveis que transitarem nesta capital, bem assim, carteiras de chauffeur desde que se ache na direcção do seu carro.

(ass.) Francisco P. dos Santos, Inspector Geral.

Confere com o original: — João Maciel dos Santos, sub-inspector, interino.

roza e o chauffeur profissional Dionysio Carneiro da Cunha, para, em comissão, sob a presidencia desta Inspectoria, procederem no exame requerido.

Do sr. Osvaldo Brainer, residente nesta capital, solicitando para prestar exame de chauffeur amador. Deferido. Nomeio o Sub-Inspector, interino e o chauffeur profissional Dionysio Carneiro da Cunha, para, em comissão, sob a presidencia desta Inspectoria, procederem no exame requerido.

De Rodrigo Medeiros, residente nesta capital, solicitando para prestar exame de chauffeur profissional. Igual despacho. Nomeio o sr. enc. da S/V, Severino de Araújo Queiroz e o chauffeur profissional Dionysio Carneiro da Cunha, para, em comissão, sob a presidencia desta Inspectoria, procederem no exame requerido.

V — Designação: — Designo o guarda de 2.ª classe n.º 41, José Torres Cydonio, para fiscalizar placas e freios de automoveis que transitarem nesta capital, bem assim, carteiras de chauffeur desde que se ache na direcção do seu carro.

(ass.) Francisco P. dos Santos, Inspector Geral.

Confere com o original: — João Maciel dos Santos, sub-inspector, interino.

Para RIGOS E POBRES

Lustres, Camas, Colchões,

Baterias de Alluminio, Fa-

queiros, Cofres e Geladei-

ras, vendem a prestações

CHAVES & CUNHA

Rua Maciel Pinheiro 145.

EDITAES

DELEGACIA FISCAL DO THE-

SOURO NACIONAL DA PARAHY-

BA — EDITAL N.º 1 — Concurso de

1.ª entrada para provimento de em-

pregos de Fazenda — De ordem do

sr. Presidente, faço publico para co-

nhecimento de quem interessar possa,

nos termos do art. 2.º do regulamen-

to anexo ao decreto n.º 8.155 de 18

de agosto de 1910, e de acordo com o

programa do sr. director do Expedien-

te e do Pessoal do Thesouro Nacio-

nal, sob o n.º 101 E, de 11 de outu-

bro ultimo, que se acha aberta, a con-

tara desta data e durante o prazo de

trinta dias, a inscricao ao concurso

de 1.ª entrada para provimento de

emprego de Fazenda.

De acordo com o artigo 13, do men-

cionado decreto, o concurso versará

sobre as seguintes materias:

1 — Portuguez (orthographia, ana-

lyse e redacção). A orthographia se-

rá adoptada pelo artigo 26 das Dis-

posições Transitorias da Constituição

Federal;

2 — Arithmetica (especialmente em

relação ás operações em uso no com-

mercio e nas repartições de Fazenda);

3 — Francez (leitura, traducção e

analyse);

4 — Inglez (leitura, traducção e ana-

lyse);

5 — Algebra (até equações de 2.º

grau inclusive);

6 — Geographia geral, especialmente

do Brasil);

7 — Dactylographia, prova pratica.

(Art. 66, paragrafo unico do decreto

n.º 15.210, de 28 de dezembro de 1921).

O candidato à inscricao deverá

dirigir o seu requerimento ao Presi-

dente do concurso, juntando os se-

guientes documentos, todos com firmas

devidamente reconhecidas por tabelão

dessa capital:

1 — Certidão de idade, extrahida

do registro civil, em que prove ser

maior de 18 e menor de 25 annos de

idade;

2 — Folha corrida extrahida do Ga-

binete de Identificação;

3 — Atestado de bom comporta-

mento passado pelo delegado de policia

dessa capital;

4 — Atestado de vacina e de que

nao soffre de molestia infecto-conta-

giosa.

Além dos documentos referidos po-

derão ser juntos ao requerimento de

inscricao no Estado da Parahyba.

João Pessoa, 13 de novembro de 1935.

O secretario do concurso Alfredo

Gomes.

LYCEU PARAHYBANO — EDITAL

N.º 5 — Exames de 1.ª época. De

ordem do sr. dr. Director do Lyceu

Parahybano faço publico a quem in-

teressar possa, que de 22 a 27 do cor-

rente mês, estarão abertas nesta Se-

cretaria, das 8 às 11 horas, as ins-

scrições para os exames de primeira

época do curso seriado dos alumnos

deste estabelecimento.

Secretaria do Lyceu Parahybano,

14 de novembro de 1935.

Maximiano Lopes Machado — Se-

cretario.

SECRETARIA DA FAZENDA —

EDITAL N.º 51 — Comissão de

Compras — Esta Comissão abre

concorrência para o fornecimento de

uma machina de calcular "Dalton"

1101-4 com estante de aço, para a

Directoria de Viacao e Obras Publi-

cas.

Os proponentes deverão fazer no

Thesouro do Estado uma caução de

2035000 (duzentos mil reis) em dinhe-

iro, para garantia e effectividade da

proposta, cuja caução será levantada

após julgamento definitivo.

As propostas deverão ser remettidas

à esta Comissão, em envelope

fechados até às 14 horas do dia 29 do

corrente.

Fica reservado ao Estado o direito

de annular a presente, chamando a

nova concorrência, ou deixar de effec-

tivar a compra do material constan-

te da mesma.

Thesouro do Estado, 14 de novembro

de 1935.

Chromacio Cavalcanti — pela com-

missão de compras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE

JOÃO PESSOA — EDITAL N.º 13 —

De ordem do sr. Director do Expedien-

te e Fazenda, torno publico que esta

Prefeitura está recebendo, a bocca do

cofre, até o ultimo dia do mês corren-

te, o imposto predial de valor inferior

a 50\$000.

Findo aquelle prazo, será esse im-

puesto cobrado com u'a multa de 5%

durante o mês de dezembro e 10% ca-

so attinja o exercicio vindouro.

Prefeitura Municipal de João Pes-

soa, em 14 de novembro de 1935.

Dante Grisi 2.º escriptuario.

EDITAL DE CONVOCACAO DO

JURY — O doutor Braz Barachy,

juiz de direito da 3.ª vara da comarca

da Capital do Estado da Parahyba,

em virtude da lei, etc.

Faço saber aos que o presente edi-

tal virem, que tendo sido convocado

para funcionar em sua quarta sessão

ordinaria do corrente anno, o Jury

dessa Capital, procedendo de acordo com

o que determina o Cod. do Proc. Pen-

al o Estado ao sorteio dos 20 cida-

dãos jurados que têm de servir na

referida sessão, tendo sido sorteados

os seguintes: 1—Paulo Peixoto de Vés-

concellos; 2—Claudio Victor de Lima

e Moura; 3—Antonio Tancredo de

Carvalho; 4—Gustavo Pinto; 5—

Francisco Vergara; 6—João Fabricio

Véras; 7—João Regis de Amorim;

8—Dr. José Fructuosos Dantas; 9—

Francisco Alves de Araújo; 10—Dr.

Edson de Almeida; 11—Dr. Alcides

Vasconcellos; 12—Miguel Reis; 13—

Acad. José Alves de Mello; 14—Dr.

Osvaldo Soares de Miranda; 15—Dr.

Abbas da Cunha Pedra; 16—Raul

Henriques de Sá; 17—Byron Brainer

Nunes da Silva; 18—Dr. Arnal

Moura; 19—Dr. José Teixeira de

Vasconcellos; 20—Canuto José Pe-

reira de Lucena.

A todos os que e a cada um de

per si, convito a comparecerem à refe-

rida sessão do Jury convocada para o

dia 2 de dezembro vindouro, pelas 8

horas da manhã, no pavimento terreo

do edificio da Sociedade de Medicina,

bem como nos demais dias enquanto

durarem os trabalhos da mesma ses-

são, a fim de comparecerem em dias con-

suetivos à mesma hora, não sendo en-

cerrada desde que existem processos

preparados para ser julgados, sob

as penas da lei se faltarem.

E para que chegue ao conhecimento

de todos, passei o presente edital que

será affixado no logar do costume e

publicado pela imprensa. Dado e pas-

sado na cidade de João Pessoa, aos

7 dias do mês de novembro de 1935.

Eu, Carlos Neves da França, escriptão

do Jury o escrevi. (a.) Braz Bar-

achy.

As Senhoras cuja época catamenial

é cheia de atroz soffrimentos de-

DR. DAMASQUINO MACIEL

MEDICO ESPECIALISTA

DOENÇAS DA NUTRICAÇÃO (DIABETE, OBESIDADE, ETC.), ESTOMAGO, INTESINOS, FIGADO E RINS — REGIMENS ALIMENTARES.

Tratamento moderno das dyspepsias, ulceração do estomago e duodeno, colítes, prisão de ventre, etc.

RUA DUQUE DE CAXIAS, 504 — 1.º ANDAR.

Consultas: — Das 10 às 12 e das 15 às 17 horas.

to, districto de Cabedello, neste Estado.

Os detalhes técnicos e demais es, claramente constam do edital n.º 12, publicado no jornal oficial "A União", desta capital, em sua edição de 7 de novembro de 1935.

Administração do Domínio da União, em 7 de novembro de 1935.

Sabino de Campos encarregado da Administração.

SECRETARIA DA FAZENDA — EDITAL N.º 52 — Comissão de Compras — Proroga por 15 dias o prazo para a entrega das propostas do edital n.º 41, de 3 de outubro findo, referente à concorrência para a aquisição de material para o Instituto Serico, ficando a mesma adiada para as 14 horas do dia 29 do corrente.

Thesouro do Estado, 14 de novembro de 1935.

Chromacio Cavalcanti — pela comissão de compras.

EDITAL N.º 41 — COMMISSÃO DE COMPRAS — Esta Comissão recebe até as 14 horas do dia 7 de novembro vindouro, propostas para o fornecimento de seguintes materiais:

1 microscópio "Leitz", modelo FTM 25-82, com tubo monoculador de lãvel, revolver para 3 objectivas, platina e chaniol, aparelho de iluminação segundo Abbe, com condensador de 1,20 objectivas n.º 3, 6 L e com 1/12 de imersão a óleo, oculares 5 X 8 e 12, completo em armário. 1 mesa para microscópio, com 3 gavetas à direita e uma maior à esquerda, com chave, tampa de crystal lapidada, toda de ferro esmaltado de branco, com 0,90 X 0,50.

1 lampada para microscópio "Leitz", modelo especial com transformador regular, 1 ocular micrométrica, Leitz, para medidas com microscópio. Lâminas com micrometros para medidas, 1 lupa manual de 2 cm de diâmetro, 1 lupa binocular estereoscópica "Leitz", com um par de objectivas e 3 pares de oculares, 1 balança de precisão, nickelada sobre consolo de madeira, com gavetas, capacidade de 1 kilo e jogo de pesos de latão 1 balança de tipo Erebuvhel, com pesos de 100 grms., 1 cuba de vidro para preparações, 10 frascos brancos, 10 frascos esmerilhados, de capacidade de 250/300 cc., 3 balões de fundo chato de vidro Record de 250 cc., 5 ditos idem, idem de 1.000 cc., 5 frascos de Erlenmeyer, de vidro Record de 250 cc., 5 ditos, idem, idem de 500 cc., 100 tubos de cultura de 180 X 18 mm., 10 frascos de Kollé, vidro Jena, 20 placas de Petri de 10 X 2 cm, 100 de fuchsina acida, 100 fuchsina basica, 50,0 carbolfuchsin, solução 50,0 solução methyleno de Unna, 1000,0 o ácido sulphurico p. a. 1000,0 ácido nítrico p. a. 1000,0 ácido chlorídrico p. a. 1000,0 de amoniaco 0,910 p. a. 1000,0 hydroxido de sodio p. a. 1000,0 hydroxido de potassa p. a. 1000,0 alambique de cobre, com capacidade de 5 litros, 2 objectivas de E. Leitz, uma n.º 6 e uma de imersão de 1/12 2 microscopios em caixas de madeira envernizadas com fechaduras, estativos GO 19/07 de E. Leitz, com inclinação até 90 graus, tubo manipular fixo e sem revolver, parafuso micrométrico e lateral com tambor dividido, platina fixa para condensador, diaphragma Iris e cylindro condensador Abbe fixo 1,20, espelho plano e convexo, e com o seguinte jogo de lentes, cada um, uma ocular, periplanatica, 12X e uma objectiva achromatica a secco n.º 7/62X, para um aumento de 750 vezes, 4 morteiros de porcellana de 0,05 de diametro, 1 dito, idem, de 0,075 de diametro, 3 ditos, idem, de 0,09 de diametro, 12 balnetes de vidro, tamanhos entre 0,25 a 0,31, 2 campanulas de vidro para microscópio, 1 copo de vidro graduado, para 30 grms., 1 dito, idem, idem, para 60 grms., 1 caneca de louça com bico e aza, para 250 grms., 1 dita idem, idem para 500 grms., 2 capsulas de porcellana, com tampa, cabo de madeira e fundo chato, e 1 lampada de vidro para álcool, redonda, media, com tampa de vidro, 1 aparelho de destillação, de vidro, completo, para 500 grms., 1 psycrometro "Angustess", com termometros divididos em tubos, montado em armação de latão, 5 termometros simples mercurio, 5 com suportes de madeira e duas

graduações diferentes (Far. e Cent.)

1 dito todo de vidro para imersão, 1 thermometro de maxima e minima de Casella, em armação de latão, 5 depósitos de vidros, sendo, um para lâminas de vidro e 4 para lâminulas para microscópio, 1 colher de vidro de Bohemia, meio crystal, para sobre-mesa, 2 ditos, idem, idem para sopa, 34 vidros de relógios, sendo 6 com 0,05 de diametro, 5 com 0,06, 5 com 0,075 com 0,075 e 0,09, 10 suportes de madeira para tubos de ensaio (capac. 6 tubos), 1 barometro de aneróide de mercurio, systema "Addie Fress", 1 funil de vidro de forma ordinaria para 60 grms., 1 pellaidera de casulos, medindo 1,60 X 0,65, caixa de 6 pés de madeira, envernizada com 7 traves, uma manivela e engrenagem de ferro, para movimentar 4 rolos de ferro agarradas, 1 machina esmagadora ("Pestatrice") de 10 morteiros, medindo 1,20 de altura e mesa de madeira de 0,63 X 0,70, com 4 pés e 2 traves, 2 polias, 1 alavanca e 1 manivela de ferro, com 10 campanulas rotativas movidas por uma serie de engrenagens e accompanhadas dos seguintes accesorios: 24 abscissa de folião e 12 sem tampas, 240 morteiros de metal; 120 pilóscos de metal com cabo de ferro e 1 aparelho de folião para 4 litros, com base de madeira e medida para distribuição d'água nos morteiros, 1 machina (gynecrino) electrica, medindo 1 metro de altura e caixa com 0,64 X 0,54, com 4 pés, duas traves, aparelho electrico marchando e duas lâminas ultra-sensíveis internamente, com eixo, engrenagem e uma polia de ferro para funcionamento, 1 ventilador para retirar impurezas do conjunto dos ovulos do bicho da seda, de madeira, com 4 pés e 4 traves, medindo 1,22 de comprimento, tendo duas alturas, de 1,17 e 1,30 X 0,25, 3 gavetas e puxadores de metal, ventilador accionado a motor electrico e caixa de metal com registro para queda dos ovulos, 1 centrífuga a mão, com 4 tubos de alumínio para vidros de 15 cm., com base e manivela de ferro fundido e parafuso nordeste, 1 aparelho de Kipp, de vidro, para meio litro, com 3 peças, 4 bocas, duas tampas e 3 peças de vidro, 1 balança de metal amarelo com bandeja (pesos de 3 a 250 grms.), 2 pinças de Debrand com contrapeso para lamina de microscópio, 2 pinças de histologia, ponta fina, curvas, 2 agulhas para histologia em forma de lancetas, 1 bisturi para histologia, com manga de metal, 2 agulhas de dissecação, com manga de metal e lugar para fixar agulhas, 1 frasco para semente de cedro, com tampa de vidro, 1 frasco para balsamo do Canadá, com tampa, vareta de vidro e respectiva agulha, 2 tesourinhas de Mayo para anatomia, curvas, de 15 1/2 cent., 4 pinças de Cornet pilaminas e laminulas para microscópio, 2 pinças de Kuhne para laminulas para microscópio, 2 pinças de pressão constante para laminulas, 2 campanulas de vidro claro, para microscópio, 10 frascos para amostras de sementes, até 2.000 grms., 2 cubetas de Giemsa para collorar e lavar, 1 jogo de conservas de borrel em numero de 6, modelo redondo para collocar 3 laminas com pé firme e tampa, 1 conserva de Coplin, de vidro, com ranhuras internas para collocar 3 laminas com pé firme e tampa, 1 cagorla de cobre de forma espherica, fundo chato, para parafina, 1 platina aquecedora de Malses, com tampa forte de cobre, spatula em forma de cuador para preparações, 10 frascos ou tubos para inclusões, medindo 0,07 de altura X 0,023 de diametro, fechados com rolhas de cortiça, 1 prensa para rolhas de cortiça, de ferro fundido, 10 frascos, idem, medindo 0,07 de altura X 0,014 de diametro, fechados com rolhas de cortiça fina, 4 capsulas de Petri para cultivos, medindo 0,080 X 0,015, 1 alcoolometro de Guy-Lussac e Cartier de 0 a 100, 1 jogo de 6 conservas Borrel, redondas, com estojos de madeira, 1 lampada systema Barthel, redonda, com estajo de madeira, 1 lampada systema Barthel, modelo Plnit, para naphta, com tripé de ferro, 2 campanulas de vidro branco para microscópio, de 0,40 de altura X 0,20 de diametro e 1 incubadeira.

Fazemos publico para o conhecimento de quão interessar possa, que esta Comissão, aceita propostas

para o fornecimento do material acima discriminado, sob as seguintes condições:

a) — As propostas deverão ser escritas a tinta ou dactylographadas e assignadas de modo leavel, sem rasuras, emendas ou borões, em duas vias, sendo uma devidamente sellada, contendo preço por unidade em algarismos e por extenso.

b) — Os proponentes deverão no acto da entrega das propostas, apresentar provas de quitação de impostos municipal, estadual e federal, no exercicio passado, bem como de haverem cautionado no Thesouro do Estado a importância de 5008900 (quinhetos mil réis), em dinheiro, para garantia e effectividade da proposta, cuja caução será levantada após julgamento definitivo.

c) — Os proponentes obrigam-se a tornar effectivo o compromisso a que se propuserem, caso seja aceita a sua proposta, assignando contrato na Procuradoria da Fazenda, com previa caução arbitrada pelo Tribunal competente, não inferior a 5% sobre o valor do fornecimento, a qual revertêrã a favor do Estado, no caso de rescisão do contrato, sem causa justificada e fundamentada a juizo do referido Tribunal.

d) — As propostas deverão ser entregues nesta Comissão, em envelopes lacrados, no dia 7 de novembro vindouro, pelas 14 horas, para julgamento do Tribunal da Fazenda.

e) — Os proponentes deverão marcar o prazo para a entrega do material o qual não deverá exceder de 60 dias a contar da data da abertura das propostas.

f) — Qualquer esclarecimento com relação ao material constante do presente edital, será prestado pela directoria do Instituto Serico, no predio onde funciona a Directoria de Produção, a praça Anthenor Navarro.

g) — Fica reservado ao Estado o direito de anullar a presente, chamando a nova concorrência, ou deixar de effectuar a compra do material constante da mesma.

Thesouro do Estado, 3 de outubro de 1935. — Chromacio Cavalcanti, pela Comissão de Compras.

SECRETARIA DA FAZENDA — EDITAL N.º 53 — COMMISSÃO DE COMPRAS — Proroga por 30 dias o prazo para a entrega das propostas do edital n.º 45, de 21 de outubro ultimo, referente à concorrência para a aquisição de uma estação radio-difusora e seus pertences, ficando a mesma adiada para as 14 horas do dia 20 de dezembro vindouro.

Thesouro do Estado, 19 de novembro de 1935. — Chromacio Cavalcanti, pela Comissão de Compras.

EDITAL DE CITACÃO DE HERDEIROS — O cidadão Francisco da Costa Barros, 1.º supplente de juiz municipal em exercicio, do termo de Cabaceiras, em virtude da lei, etc.

Faz saber a todos quantos este edital de citação de herdeiros, virem e interessar possa, que tendo sido iniciado neste juizo o arrolamento dos bens do espólio de João Pedro da Silva e mulher, foi declarado pelo inventariante acharem-se ausentes os herdeiros Minervina Maria da Conceição, residente em Queimadas, Estado de Pernambuco, Tertulina Maria de Jesus, Sebastião Pedro da Silva, Candido Pedro da Silva, residentes em lugares ignorados, Luocencia Maria da Silva, Maria Francisca Filha e Geracinda Maria da Conceição, residentes no municipio de Campina Grande, deste Estado. Pelo que ordeno se passasse o presente edital com o prazo de 60 dias para os quatro primeiros, e de 30 dias para os demais, pelo qual os cito para em 48 horas, que correrão em cartorio, do dia da ultima citação, dizerem sobre as declarações do inventariante e para os demais termos do arrolamento até final sentença. E para que chegue ao conhecimento de todos mandei passar este, que será afixado no lugar do estilo e publicado pelo organ official do Estado. Dado e passado nesta villa de Cabaceiras, em 25 de outubro de 1935. Eu, Severino Aurelio Correia de Araújo, escrivão o escrevi. (a.) Francisco da Costa Barros, 1.º supplente em exercicio. Conforme ao original, que me reporto, dou fé. Cabaceiras, 25 de outubro de 1935. O escrivão — Severino Aurelio Correia de Araújo.

EDITAL — JUNTA COMMERCIAL DO ESTADO DA PARAHYBA — A Secretaria da Junta Commercial do Estado da Parahyba, faz publico que durante o mês de outubro de 1935 foi o seguinte o seu movimento:

CONTRATO

De P. Miranda & C.ª, João Pessoa. Capital social 40.000\$000. Socios solidarios: Paulo Miranda c/35.000\$000 e Zacharias Miranda c/5.000\$000. Ramo de negocio — Ferragens, louças e miudezas, nacionais e estrangeiras. Época do balanço, 31 de dezembro. Duração do contrato (5 annos). Registraram a firma.

De Silveira Brasil & C.ª, Campina Grande. Capital social 30.000\$000. Socios solidarios: Manuel da Silveira Dantas c/10.000\$000, Camello Wanderley Brasil c/10.000\$000 e José Dias de Araújo c/10.000\$000. Ramo de negocio, Recebimento de algodão por conta alheia e quequer outros generos que interessem a firma. Época do balanço, 31 de maio. Duração do contrato Indeterminado. Registraram a firma.

MUDANÇA DE SEDE DE FIRMA

De Ignacio de Souza Moraes, João Pessoa. Mudou a sede de sua firma

HEMORRHOIDAS

INTESINOS, RECTO E ANUS

HEMORRHOIDAS — Cura radical sem operação e sem dor. Tumores, Estreitamento e Fístulas (Serviço clínico e cirurgico). **ELECTRICIDADE MEDICA EM GERAL**: — Diathermia, Alta frequência — Ultra-violeta, Infra-vermelho, Massagens vibratórias, Kromayr, Banhos de luz, Galvanisação e Parafinação.

DR. ALCIDES VASCONCELLOS

MEDICO ESPECIALISTA

PRACA ANTHONOR NAVARRO, 14 — 1.º ANDAR. Das 8 às 18 horas diariamente.

para a rua Cardoso Vieira n.º 25, nesta capital.

PROROGACAO PARA PRESTACAO DE FIANÇA DE LEILOEIRO

Dr. João de Andrade Lima, João Pessoa, Pedindo mais 30 dias, para prestar a fiança exigida. Foi dado o seguinte despacho: — Atendido. Concedo mais 30 dias, prazo improrogavel, para prestação da fiança.

CONSULTA

De Cicero Lopes Cavalcante, João Pessoa. "Pode uma firma commercial que muda a sua razão social em virtude de retirada de socio e consequente alteração do contrato continuar a sua scripta no mesmo "Diario" escripturado pela firma substituída?" Foi da-

do o seguinte despacho. — Responde-se por officio. O Diario utilizado por uma firma não pode ser usado por outra, cuja razão social e diferente, mesmo permanecendo algum socio da firma extinta.

Peticões	20
Offícios recebidos	2
Offícios expedidos	7
Livros rubricados	12
Termos de abertura e encerramento	24
Folhas rubricadas	3.500
Certidões despachadas	8
Empenhos extrahidos	2

Secretaria da Junta Commercial do Estado da Parahyba, 13 de novembro de 1935.

Romualdo Fonseca, escriptuario.

SECCÃO LIVRE

ERNESTINA RIBEIRO DA ROCHA



(Missa de 7.º dia — Convite)

Carlos Cordeiro da Rocha, Diogo Ribeiro da Rocha, Delzuite Ribeiro da Silva, Maria Amalia da Silva, Maria Luiza e Soledade Moraes, esposa, sobrinho, irmãs e filhas adoptivas de ERNESTINA RIBEIRO DA ROCHA, fallecida em 16 do corrente, convidam a todos os seus amigos e parentes para assistirem à missa de 7.º dia que em suffragio de sua alma mandam celebrar no Curato do Rosario, nesta capital, ás 6,30 da manhã de sexta-feira proxima, 22 do corrente.

A todos os que comparecerem a esse acto de religião, hypothecam o seu sincero reconhecimento.

João Pessoa, 18 de novembro de 1935.

IDALINA GOLZIO



(Missa de 1.º anniversario)

A familia Golzio ainda compungida com o seu desaparecimento convida os seus parentes e amigos para assistirem à missa que por sua alma manda resar, no dia 21 do corrente, ás 6 1/2 horas da manhã, na igreja S. Pedro Gonçalves, agradecendo de já, a todos aquelles que comparecerem a esse acto de religião santificado.

João Pessoa, 18/11/1935.

DOENÇAS DAS SENHORAS

CIRURGIA GERAL — PARTOS

TRATAMENTO DE HEMORRHOIDAS SEM OPERAÇÃO

DR. LAURO WANDERLEY

DA MATERNIDADE

Cirurgião do Hospital Santa Isabel — Cirurgião do Instituto 3e

Protecção à Infancia

Consultorio — Rua Direita, 389 — Das 3 ás 5.

Teleph. residência 20

DR. NEWTON LACERDA

CONSULTAS COMMUNS AS SEGUNDA-FEIRAS, QUARTAS E SEXTAS, DAS 9 AS 13 HORAS.

Nos demais dias uteis, só attenderá no consultorio, os clientes em hora, previamente marca.

CLINICA MEDICA

Doenças Nervosas e Mentais. Tratamento da Tuberculose pelo PNEUMOTORAX e a FRENECTOMIA

RUA DUQUE DE CAXIAS, 504. TELEPHONE, 172.

JOÃO SANTA CRUZ

ADVOGADO

DUQUE DE CAXIAS, 609

BENEDICTO FELICIANO DO NASCIMENTO



(1.º aniversário)

Convidamos as pessoas parentes e amigas, para assistirem à missa que mandamos celebrar por alma de nosso inesquecível pai, BENEDICTO FELICIANO DO NASCIMENTO, na Cathedral, às 6 horas do dia 21 do corrente (5.ª feira). A todas as pessoas que comparecerem a este acto de religião e caridade, nos confessamos agradecidos. — Manuel F. do Nascimento, Eulália do Nascimento, Emilia do Nascimento e Francisco F. do Nascimento.

GRANDE LEILÃO DE MOVEIS

QUINTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 1935

Na Avenida Juarez Tavora, n.º 487, residência do sr. Guilherme Kroncke, que se retira deste Estado.
O leiloeiro official Jayme Fernandes Barbosa venderá

AO CORRER DO MARTELO

Todos os moveis e demais objectos que estarão à vista do distincto publico: 1 grupo estufado com 8 peças, 1 escrivaninha, 2 porta bibelots, 2 poltronas, 2 tapetes grandes, 1 porta chapéus, 5 peças de vime, 2 aparadores com pedra marmore, 2 consolos com pedra marmore, 1 cavalette, 1 columna, 1 mesa de jantar, 1 mesa redonda, de jacarandá, 1 preguiçosa, 1 aparelho de cobre para fazer chá, 2 cestos de vime, 1 guarda louça, 1 filtro allemão com 2 pedras sobrolantes, 1 armario de cosinha, 1 cama de casal, 1 banca com 2 gavetas, 1 guarda roupa de pau setim, 1 cabide, 1 toilette de jacarandá, 1 lavatorio com pedra marmore, 1 cama de ferro para casal, 1 mesa de cabeceira, 1 guarda casaca com espelho de crystal, 1 lavatorio com pedra marmore, 1 lote de cerca de 40 cortinas de renda, 1 lote com perto de 50 quadros diversos, 2 espelhos de crystal grandes, 1 busto de marmore, 2 candieiros, 1 lampada flexivel para escritorio, 1 lote de pratos para paredes, 1 sorveteira nova n.º 2, 3 baldes e 3 bacias de agalh, 2 termômetros, 1 grande lote de pequenos bibelots, 1 lote de porta copos, louças de porcelanas, crystaes, facas, garfos etc. 1 lote de peças de aluminio para cosinha, e uma infinidade de outros objectos que seria enfadonho enumerar.

TUDO AO CORRER DO MARTELO

Quinta-feira, 21 de novembro, às 7 horas da noite, à avenida Juarez Tavora, na residência do cavalheiro Guilherme Kroncke.

Pelo leiloeiro Jayme Fernandes Barbosa — Agencia, Praça Pedro Americo, n.º 71.

DOENÇAS DOS OLHOS

DR. N. COSTA BRITTO

EX-ASSISTENTE DOS SERVIÇOS DE OLHOS DO PROF. SANSOU
NO RIO DE JANEIRO
OCULISTA DO HOSPITAL SANTA ISABEL
TRATAMENTO MEDICO E OPERATORIO DAS DOENÇAS
DOS OLHOS

Consultorio: — Rua Duque de Caxias, 312. (Alto da Pharmacia Vêras, 1.º andar).

Residência: — Avenida Juarez Tavora, 313.

Consultas: — Das 14 1/2 às 17 horas, diariamente.

ORESTES LISBÔA

— ADVOGADO —

CAUSAS CIVEIS, COMMERCIAES E CRIMINAES

AVENIDA GENERAL OSORIO (RUA NOVA 206).

— JOÃO PESSÔA —

"A PREVIDENTE"

QUADRO DE OBSERVAÇÃO

1.ª Série

José Epaminondas de Araújo, com 43 annos de idade, casado, residente em Guarabira.

Dursulino Nonato da Cruz, com trinta e seis annos (36), viuvo, residente em Cabedello.

CHAMADAS

650 sem multa até 30 de julho
650 sem multa até 20 de agosto
651 sem multa até 15 de agosto
651 sem multa até 5 de setembro
652 sem multa até 30 de agosto
652 sem multa até 20 de setembro
653 sem multa até 15 de setembro
653 sem multa até 5 de outubro
654 sem multa até 30 de setembro
654 sem multa até 20 de outubro
655 sem multa até 15 de outubro
655 sem multa até 5 de novembro
656 sem multa até 30 de outubro
656 sem multa até 20 de novembro
657 sem multa até 15 de novembro
657 sem multa até 5 de dezembro
658 sem multa até 30 de novembro
658 sem multa até 20 de dezembro
659 sem multa até 15 de dezembro
659 sem multa até 5 de janeiro de 1936
660 sem multa até 30 de dezembro, 1935

675 sem multa até 15 de agosto de 1936
675 sem multa até 5 de setembro de 1936

João Candido Duarte
1.º secretario

PARA AS PRISÕES
DE VENTRE INFAN-
TIS, NADA MELHOR
QUE
MANITOL
Laxante suave, leve e
efficaz

AVISO — RETIRADA DE MERCADORIAS — (Decreto n.º 18.754, de 15 de março de 1931) — Quatro amarrados de Elixir de Injume e uma caixa Peptol, marca "C. C. R.", embarcados no porto de Rio de Janeiro, por J. Goulart Machado & Cia. Ltda., sob conhecimento n.º 74, emitido para o vapor "Itapuihy", entrado no porto de Cabedello a 25 de julho deste anno.

Pelo presente avisamos ao commercio e a quem interessar possa que o sr. Christiano Cartaxo Rolim, sell, citou a entrega dos volumes supra, mediante recibo, allegando extraviado do conhecimento original.

A entrega será feita dentro do prazo de cinco dias, a contar desta data, se nenhuma reclamação apparecer.

No caso de reclamação deverão os interessados dirigir-se aos Agentes desta Companhia, estabelecidos à Praça Antunho Navarro n.º 8.

João Pessoa, 14 de novembro de 1935.

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA.

MIGUEL REIS — p. p. Williams & C.º — Agentes.

CURSO DE FERIAS

João Viçagre e Herundina Cam. dão avisos aos interessados que, durante o periodo de ferias escolares, manterão um curso destinado a preparar alumnos para o exame de admissão ao Lyceu Parahybano, Escola Normal e Academia de Commercio, o qual começará a funcionar no dia 1.º de dezembro, de 8 às 11, no Grupo Escolar "Dr. Thomas Mundello". Pagamento adiantado.

EXTRA O
LEITE CONDENSADO
SITIENSE

BOVINOS LEITEIROS DE OPTIMA ORIGEM

Bom gado leiteiro não terá quem não quizer.

O estabulo Modêlo, sito à av. Almeida Barreto n.º 2108, tem para vender excellentes novilhas.

Optimas garrofas.

Vacaras de garrofa produção leiteira.

As novilhas estão embriçadas do reproductor, puro sangue Hollandês, vindo do Sul, no valor de 4.000\$000, e serviu de 1.º Premio na 1.ª Exposição Agro-Pecuaria de João Pessoa, sob o registro n.º 270.

Procurer vir este estabulo, antes de comprar seu gado bovino leiteiro em qualquer parte.

SOUSA CAMPOS,
grande importador e
exportador de ferra-
gens, cutelaria e mate-
rial de construção.
M. Pinheiro, 98.

Si depois de uma molestia prolongada sentis desanimo, febre e tosse todas as tardes, deveis prevenir-vos contra a TUBERCULOSE. Use F. Brogenol, o melhor reconstituinte por ser de effectos rapidos e cujo sabor agradavel concorre para uma integral assimilação. Encontra-se nas Pharmacias de primeira ordem. (19).

HEMORROIDAS

CURA SEM OPERAÇÃO

Dr. José Caldas

ESPECIALIDADE:

DOENÇAS DO ANUS E DO RETO
DOENÇAS DO ANUS E DO RETO
Do serviço Pitanga dos Santos
Com 22 annos de pratica dos Hospi-
taes do Rio e São Paulo
RUA DO IMPERADOR
(Edificio do "Journal do Commercio")
SALAS, 1-2-4 — TEL. 6-7-2-4
HORARIO das 14 às 18 horas.

BICYCLETAS de todas as
marcas aos melhores preços, na
casa Dias Galvão & Cia. — Rua
Maclei Pinheiro, 118.

PREFEITURAS DO INTERIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA

Balancete da Receita e Despesa municipal, em 31 de outubro de 1935

RECEITA	ARRECADAÇÃO			Renda
	Anterior	Do mês	Total	Prevista
Licenças	4.784\$000	680\$800	5.464\$800	6.200\$000
Imposto de feira	20.771\$900	3.896\$800	24.668\$700	35.000\$000
Impos. predial	6.064\$700	132\$300	6.197\$000	7.500\$000
Reg. entr. e sahida de mercadorias	690\$500	—	690\$500	7.600\$000
Gado abatido	3.489\$800	518\$200	4.008\$000	5.500\$000
Aferição	592\$000	206\$000	798\$000	530\$000
Taxa de Limpeza publica	1.600\$000	75\$000	1.675\$000	2.200\$000
Patrimonio	497\$500	23\$800	497\$300	1.253\$000
Imposto sobre vehiculos	1.693\$000	—	1.693\$000	900\$000
Matriculas	100\$000	15\$000	115\$000	200\$000
Imposto territorial	629\$000	16\$000	639\$000	1.200\$000
Rendas diversas	394\$000	38\$900	432\$900	3.000\$000
Divida activa	724\$700	—	724\$700	3.077\$000
Adiantamentos do Estado	2.000\$000	—	2.000\$000	—
SOMMAS	43.894\$100	5.595\$800	49.599\$900	74.160\$000

DESPESAS	EFFECTUADAS			Prevista
	Anterior	Do mês	Total	
Prefeitura	5.613\$800	656\$800	6.270\$600	9.160\$000
Fiscalização	2.701\$800	427\$300	3.129\$100	4.000\$000
Thesouraria	6.771\$800	968\$900	7.740\$700	8.475\$000
Obras Publicas	1.223\$600	230\$800	1.454\$400	15.300\$000
Estradas	3.997\$800	571\$000	4.568\$800	2.600\$000
Iluminação	5.390\$000	—	5.390\$000	9.240\$000
Limpeza Publica	2.514\$500	343\$000	2.857\$500	2.200\$000
Instrução	4.148\$300	558\$600	4.706\$900	5.392\$700
Cemiterio	458\$000	272\$900	730\$900	900\$500
Subvenções	—	—	—	1.500\$000
Rendas diversas	9.858\$500	1.143\$200	11.001\$700	10.510\$000
Divida Passiva	1.338\$200	—	1.338\$200	1.600\$000
SOMMAS	43.953\$900	5.164\$800	49.118\$700	67.183\$700

RESUMO:

Saldo do mês anterior	863\$000
Arrecadação do mês	5.595\$800
Menos despesas do mês	5.164\$800
Saldo para o mês seguinte	1.294\$000

Prefeitura Municipal de Esperança, 3 de novembro de 1935.

Pedro A. Torres collector, respondendo pelo secretario.
Mauel Simplicio Firmeza, secretario no exercicio de Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DE PIRANHAS

Balancete da receita e despesa, referente ao mês de outubro de 1935

RECEITA	RECEITA		
	Anterior	Do mês	Total
1 — Licenças	52\$000	—	52\$000
2 — Imposto de feira	444\$000	—	444\$000
3 — Imposto predial	31\$200	—	31\$200
4 — Registro de entrada e sahida de mercadorias	3.236\$800	—	3.236\$800
5 — Gado abatido	370\$800	—	370\$800
6 — Aferição	108\$000	—	108\$000
7 — Taxa de limpeza publica	—	—	—
8 — Patrimonio	51\$000	—	51\$000
9 — Imposto sobre vehiculos	—	—	—
10 — Matriculas	—	—	—
11 — Imposto territorial urbano	—	—	—
12 — Rendas diversas	1.112\$000	—	1.112\$000
13 — Divida activa	—	—	—
Saldo do mês de setembro	5.307\$500	—	5.307\$500
Importancia recebida do Banco do Estado	5.835\$420	—	5.835\$420
Idem da Inspectoria F. de O. contra as Séccas	660\$000	—	660\$000
Saldo anterior	18.118\$800	—	18.118\$800
Total	29.921\$720	—	29.921\$720

DESPESA

DESPESA	DESPESA		
	Anterior	Do mês	Total
1 — Prefeitura	700\$000	—	700\$000
2 — Fiscalização	260\$000	—	260\$000
3 — Thesouraria	784\$280	—	784\$280
4 — Obras Publicas	142\$000	—	142\$000
Credito especial — Dec. n.º 49 de 14/8/35	12.315\$300	—	12.315\$300
5 — Estradas de rodagem	350\$000	—	350\$000
6 — Iluminação	10\$000	—	10\$000
7 — Limpeza publica	273\$000	—	273\$000
8 — Instrução Publica (contribuição de 10%)	530\$800	—	530\$800
9 — Cemiterios	143\$000	—	143\$000
10 — Subvenções	75\$000	—	75\$000
11 — Despesas diversas:	—	—	—
a) Delegacia de policia, quartéis e alugueis de casas	134\$000	—	134\$000
b) — Expediente e tele-grammas	55\$500	—	55\$500
c) — Forum	120\$000	—	120\$000
d) Publicações e impressões officaes	300\$000	—	300\$000
e) — Eventuais	422\$800	—	422\$800
f) — Despesas das eleições municipais — Credito especial aberto pelo dec. n.º 55, de 15/9/35	1.486\$500	—	1.486\$500
Saldo que passa para o mês seguinte:	17.831\$880	—	17.831\$880

Saldo que passa para o mês seguinte:
Em ações no Banco do Estado
Em caixa na thesouraria
1.000\$000
11.098\$840
20.921\$720

Prefeitura Municipal de São José de Piranhas, em 1.º de novembro de 1935.

Visto: P. Jacome, pelo prefeito.

Antonio Andrade, thesoureiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MISERICORDIA

Balancete da receita e despesa do mês de outubro de 1935

RECEITA	RECEITA		
	Anterior	Do mês	Total
Licença	380\$000	—	380\$000
Imposto de feira	297\$300	—	297\$300
Registro de mercadorias	14\$000	—	14\$000
Gado abatido	294\$000	—	294\$000
Patrimonio	78\$000	—	78\$000
Rendas diversas	30\$000	—	30\$000
Somma da receita	1.096\$300	—	1.096\$300
Saldo anterior	4.652\$800	—	4.652\$800

DESPESA

DESPESA	DESPESA		
	Anterior	Do mês	Total
Fiscalização	30\$000	—	30\$000
Thesouraria	164\$000	—	164\$000
Obras Publicas	183\$000	—	183\$000
Estradas de rodagem	153\$000	—	153\$000
Limpeza publica	123\$000	—	123\$000
Instrução Publica	103\$000	—	103\$000
Inactive	58\$000	—	58\$000
Despesas diversas	95\$000	—	95\$000
Somma da despesa	867\$400	—	867\$400
Saldo para novembro	4.893\$700	—	4.893\$700

Thesouraria da Prefeitura Municipal de Misericordia, 4 de novembro de 1935.

Visto: Sebastião Rodrigues, sec. resp. pelo exp. da Prefeitura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA

Balancete da receita e despesa, em outubro de 1935

RECEITA

Licenças 3.768\$500

Imposto de feira 1.486\$400

Declina 4.691\$600

Entrada e sahida de mer-

cadorias 1.638\$300

Gado abatido 427\$400

Imposto siveiculos 79\$000

Somma da receita 12.142\$200

Saldo anterior 12.135\$000

DESPESA

Prefeitura 900\$000

Fiscalização 120\$000

Thesouraria 300\$000

Obras Publicas 4.200\$000

Iluminação 2.915\$800

Limpeza publica 604\$000

Cemiterios 45\$000

Despesas diversas 2.188\$400

Somma da despesa 11.333\$400

Saldo para novembro 708\$800

12.115\$000

Areia, 4 de novembro de 1935.

Visto:

Arnaldo de Moraes Galvão, prefeito.

Manuel Nunes Oliveira, thesoureiro.

REGISTO FAZEM ANOS HOJE:

Transcorre hoje o aniversário natalício da senhorita Genilda Barreto, funcionária da Seção de Estatística do Estado e filha do sr. Januário Barreto, comerciante nesta praça.

— A senhorita Octávia Ramalho, filha do sr. Bento Ramalho, empregado da Imprensa Official.

— A menina Daise, filha do sr. Samuel Silva, mecânico da E. T. L. e F., desta cidade.

— A menina Maria do Carmo Lyra, uma das mais applicadas alumnas da professora Esther Holmes Pedrosa, em cujo curso acaba de prestar exames com distincção.

— O joven Claudio Roberto Feijó da Silveira, filho do sr. Bernardino Gomes da Silveira, residente em Santa Rita.

A exma. sr. Francisca Emilia da Fonseca, esposa do nosso distinguido amigo sr. Jeremias Venancio dos Santos, politico prestigioso no municipio de Pichuhy.

— O sr. Manuel Francisco Campello, residente em Guarabira.

ESPONSAES:

Acabam de contratar casamento a gentil senhorita Lygia Falcão, filha do nosso conterraneo dr. Mariano Falcão, cirurgião-dentista do Corpo de Bombeiros, no Rio de Janeiro, e do dr. Onildo Leal, director do Hospital-Colônia "Juliano Moreira", e conceituado psychiatria nesta capital.

Parentes e distinguidas familias parahybãnas, os recém-prometidos reberão, sem duvida, pelo auspicioso motivo, muitas mensagens de felicitações.

VIAJANTES:

Encontra-se nesta capital, desde alguns dias, a nora de sua repatrição, o nosso amigo sr. Manuel Firmo de Medeiros Filho, administrador da Mesa de Rendas de Patos.

— Encontra-se nesta capital, desde alguns dias, o nosso amigo sr. Antonio Ismael de Oliveira, estacionario fiscal em Pombal.

S. s. que veiu a negocios da repatrição que dirige, está hospedado no Parahyba-Hotel.

Com destino a Pichuhy, segue hoje, a passeio, o sr. Antonio Muriel, commerciante nesta praça.

S. s. deverá estar de regresso nesses breves dias.

VISITANTES:

Encontram-se nesta capital tratando de negocios de C. Furst & Cia, Ltda., os srs. Hans Schnelle e Oscar Pilard Campos, procurador e representante daquella grande organização commercial em Recife.

VARIAS:

Concluindo o seu curso de commercio com notas distinctas, volveu hontem a Campina Grande, onde reside, a senhorita Lourdes Vieira, filha do sr. José Vieira Filho, industrial naquella cidade.

Telegrammas retidos

Ha na Repartição Geral dos Telegraphos, telegrammas retidos para: — Joanna, rua dos Tócos, sin Cruz das Armas; Luiz Isidro Sousa, avenida Torre; Jobabosa, Neusa e Dina Lima.

NECROLOGIA

BEL. JOAO CANCIO BRAYNER: — Victima de peritaz enfermidade, veiu a falecer, as primeiras horas de hontem, em sua residencia, nesta capital, o bacharel João Cancio Brayner, antigo magistrado no Estado do Maranhão.

Occupou neste Estado, de que era natural, varios cargos, entre elles o de Delegado de Policia, Director da Cadeia Publica, tabelião Publico e, ultimamente, exercia as funções de secretario da Ordem dos Advogados.

Desapparece o dr. João Cancio Brayner com a idade de 50 annos, deixando viúva d. Irene Nunes Brayner, de cujo matrimonio houve nove filhos.

São ainda seus cunhados os capitães do Exército Agenor, Newton e Arnalbal Brayner e o sr. Byron Brayner, chefe de secção da Directoria de Viagem e O. Publicas.

Seu sepultamento effectueu-se no mesmo dia no Cemiterio da Boa Sentença, com grande acompanhamento.

Sobre o ataudie viam-se as seguintes corações:

"O honnissimo Cancio, o grande estio de sua familia, lagrimas sentidas de sua esposa e filhos".

"Ao compadre e bom amigo João Cancio sincera saudade de Maria e Newton Lacerda".

"Ao João Cancio, de Pepito Bandeira, Odette e filhos um ultimo adeus".

João Cancio saudades interminaveis de sua mãe, irmãs Moca e Nevinha e de seu sobrinho Byron".

"Ao prezado amigo João Cancio, saudades de Emilia".

BIBLIOGRAPHIA

Lucta — Sahirá hoje, o 4.º numero da revista "Lucta", que se edita nesta capital, sob a direcção do "Centro Estudantil do Lyceu Para-hybano". O presente numero desta revista, traz vasta collaboração dos alumnos do Lyceu.

Lucta será posta a venda em livrarias desta capital e no Lyceu Parahybano.

INFORMAÇÕES TELEGRAPHICAS

O DIA DA BANDEIRA

RIO, 19 — A data de hoje, consagrada como o Dia da Bandeira, foi grandemente festejada. Na praça do Russel, onde compareceu pessoalmente o presidente Getúlio Vargas, após o hasteamento da bandeira houve o acto da entrega solenne do pavilhão nacional à Policia Municipal, que em seguida desfilou sob o commando do coronel Zenobio Costa.

Desse desfile tambem participaram quasi todas as escolas do Distrito Federal. (A. B.)

A DECLARAÇÃO DOS ASPIRANTES A OFFICIAES DA RESERVA

RIO, 19 — Despertou bastante interesse a cerimonia realizada hoje, na Quinta da Boa Vista, da declaração dos aspirantes a officiaes da reserva, que recentemente concluíram o curso do Centro de Preparação de Officiaes da Reserva, na 1.ª Região.

Paranympou a turma, o coronel Canrobert Pereira Rosa, tendo discursado em nome dos seus camaradas o aspirante Lopes Farias.

PROFESSORAS DE 1935 A ENTREGA DOS DIPLOMAS A'S NOVAS MESTRAS

Terá lugar no proximo dia 30 do corrente, no salão nobre do Palacio da Redempção, a cerimonia da entrega dos diplomas dos novos professores da Escola Normal, em numero de trinta e seis.

A festividade em apreço terá um cunho de alta distincção, estando para a mesma organizado o seguinte programma:

A's 6 horas — Missa na Cathedral Metropolitana com o comparecimento dos novos professores e communião geral dos mesmos.

A's 20 horas — Entrega dos diplomas respectivos, no salão nobre do Palacio da Redempção, pelos exmos. srs. dr. Argemiro de Figueiredo, governador do Estado e d. Moysés Coelho, arcebispo metropolitano, falando por essa occasião a senhorita Jandyrá Pinto, oradora official e monsenhor Pedro Anísio Bezerra Dantas, paranympo da turma.

A's 22 horas — Inicio da "soirée" dansante, oferecida pelos jovens preceptores à sociedade conterranea e abrilhantada pelas jazz do 22.º B. C. e da Força Publica, do Estado.

A banda de musica do 22.º B. C., gentilmente cedida pelo seu digno commandante tocará a entrada de Palacio.

A commissão encarregada dos festejos e do quadro de formatura pede aos novos diplomados e aos professores que figuram como homenageados no mesmo, a fineza de se apresentarem no "studio" photographico do sr. Olivio Pinto a fim de tirar os seus retratos para maior brevidade na confecção do dito quadro.

NOTICIARIO

LOTERIA DO ESTADO

Extração realizada em 19 de novembro de 1935

7572	50.000\$000
11270	3.000\$000
10963	2.000\$000
13564	1.000\$000
12834	1.000\$000
6748	500\$000
3851	500\$000

Todos os numeros terminados em 2, tem 20\$000.

O DIA DA BANDEIRA

(Conclusão da 1.ª pagina)

Aquella hora viam-se presentes os representantes que exmos. commandantes da 7.ª Região Militar; do sr. governador do Estado; do prefeito da capital; dos commandantes do 22.º B. C., Bateria de Artilharia e Força Publica; do chefe de policia e delegados de policia da capital e outras autoridades federais, estaduais e municipais; da Loja Maçonica "Branca Dias" e de outras sociedades e dos representantes da imprensa da capital.

Iniciando a sessão, o presidente, sr. João Coelho, discursou sobre o reaparelhamento do "Tiro de Guerra 37" e os seus deveres para com a Patria.

A seguir deu emposamento à nova directoria, usando da palavra o sr. Agostinho Serrano de Andrade, 1.º secretario que, após, concedeu ao orador official, dr. Osias Gomes, que falou a respeito do "Tiro 37", terminando por agradecer em nome daquelle corporação a todos que compareceram ao acto.

A sala principal da sede achava-se engalanada e repleta de familias, ativas e curiosas, tendo um aspecto imponente à festividade que

Em seguida, discursou tambem o sr. Tristão de Athayde, que pronunciou vibrante oração.

Encerrada a solennidade, o Bata, Ião Escola do Centro desfilou perante as autoridades. (A. B.)

A MORTE TRAGICA DO PINTOR CORREIA DIAS

RIO, 19 — Vem sendo muito senti, da nesta capital a morte do pintor Correia Dias, que causou dolorosa impressão nos nossos meios culturais, com o extincto era geralmente estimado.

O pintor Correia Dias enforcou-se pela madrugada de hoje, numa trave da sala de jantar da sua residencia.

Segundo o que corre, motivou esse gesto treloado daquelle artista, o estado de neurasthenia que elle vinha experimentando ultimamente. (A. B.)

ASSASSINADO O SUB-COMMANDANTE DA POLICIA DE ALAGOAS

RIO, 19 — Os jornas destacam a

noticia do assassinato do capitão Manuel Alípio de Oliveira, subcommandante da Policia de Alagoas, que foi alvejado a tiros, no seu proprio gabinete, pelo tenente Tenorio de Andrade.

O criminoso despejou toda a carga do seu revolver contra a victima que cahiu immediatamente sem vida. (A. B.)

INVENTO DE UM OPERARIO BRASILEIRO

RIO, 19 — O operario Antonio Pereira Dutra, mechanico com dezoito annos de pratica, acaba de inventar um util appareho destinado a parar trens deante de perigo.

O referido appareho, que é de maneio muito simples, pode funcionar com ar comprimido, electricidade ou meio cabo mechanico. (A. B.)

PIO XI VIRA' AO BRASIL?

RIO, 19 — Registrando a visita do cardeal D. Sebastião Leme à Camara Municipal, um jornal desta capital agita a possibilidade da vinda do Papa

ao Brasil, em visita de cordialidade. (A. B.)

O SR. RAUL FERNANDES ESCOLHIDO PARA UMA COMMISSAO INTERNACIONAL DE CONCILIAÇÃO

RIO, 19 — Os governos do Japão e da Hollanda escolheram o sr. Raul Fernandes para fazer parte da commissão de conciliação nippon-hollandesa.

Dessa instituição fazem parte altas personalidades internacionais. (A. B.)

A ACTUAÇÃO DO INSTITUTO DO ALCOOL E DO ASSUCAR

RIO, 19 — Um jornal, estudando a actuação do Instituto de Assucar e Alcool, diz que a orientação dessa organização está prejudicando grandemente os Estados de Minas e Paraná. Acrescenta que essa politica prejudicial aos interesses desses Estados é inspirada pelo violinista Truuda, que se acha transformado em economista e financista. (A. B.)

A collação de grão das novas professoras pela Escola Normal de Alagôa Grande

No acto da collação de grão das novas professoras pela Escola Normal de Alagôa Grande, que teve lugar domingo ultimo, o dr. José Mariz, secretario do Interior, fez-se representar pelo dr. Asdrubal Montenegro, prefeito eleito daquelle municipio.

OBEESIDADE — GORDURA EXCESSIVA — MENSTRUACAO IRRREGULAR — IRRITABILIDADE — CANSACAO — V. EXCITAÇÃO — QUEER — RAB-SEA Use o Regulador Maciel. Encontra-se nas Pharmacias de primeira ordem. (18).

O MERCADO NACIONAL DE ASSUCAR

No quinquennio de 1930 a 34, o mercado de assucar sofreu uma grande transformação, mercê da criação do Instituto que controla a produção e o commercio do artigo. Em 1930, nove portos nacionaes exportavam assucar para o estrangeiro e hoje figuram como exportadores apenas três: Recife, Macaé e Santa Victoria, do Palmar, no Rio Grande do Sul. Todos os outros suspenderam as suas remessas para o exterior e os proprios que ainda exportam diminuíram de muito o volume das exportações: Recife que em 1930 exportava 69.852 toneladas passou a 18.196; Macaé desce a 10.431 toneladas em 1930 para 5.463, em 1934; e Santa Victoria do Brasil de 43 para 4 toneladas. A exportação total do assucar que em 1930, fora de 84.556 toneladas, desceu em 1934, a 23.897. Quanto no valor essa exportação total baixou de 25.219 contos para 14.284. E' que a industria da especie se desviou da produção quasi unica de assucar para a da diversificação dos productos da cana, especialmente para o de alcool, cujo consumo está garantido dentro do proprio pais. A tendencia é para o desaparecimento da concurrencia brasileira ao mercado mundial já saturado com a produção de outros países.

No quinquennio em referencia, a Inglaterra foi sempre o maior comprador de assucar brasileiro: em 1930, importou 74.734 toneladas no valor de 21.984 contos; e, em 1934, ainda importou 23.493 toneladas, no valor de 13.948 contos. A despeito do que acima foi dito, registrou-se de janeiro a agosto deste anno, um grande acrescimo nas exportações de assucar: de uma exportação de 23.789 toneladas, verificada nos oito primeiros meses de 1934 passaram a 60.535, em igual periodo deste anno, isto é de uma exportação no valor de 14.179 contos, ascendemos a 34.577 contos.

coincida com o Dia da Bandeira Nacional, a qual foi prestada entusiasticamente homenagem.

Abrihantaram o acto, gentilmente cedidas pelos respectivos commandantes, as bandas do 22.º B. C. e da Força Publica.

Foi a seguinte a directoria empossada, da hontem:

Presidente de honra: coronel Arthur Lopes de Castro Pinto, actual commandante da 7.ª Região Militar; vice-dito: Osvaldo Pessoa; 1.º secretario, Agostinho Serrano de Andrade; 2.º ditto, Benedicto Pinto Pessoa; thesoureiro, Francisco Salles; vice-dito, Aloysio Navarro; orador, dr. Osias Gomes.

Conselho fiscal: prof. João Coelho, Porfirio Pinto Ribeiro e Samuel Harpman Norz.

Suppentes: prof. Sizenando Costa, Francisco Carvalho e Francisco Gerbas.

Na proxima sexta-feira, haverá, na sede do "Tiro 37", uma reunião da Commissão Fiscal, para a qual são convidados todos os membros da Directoria.

O INCENTIVO À POLYCULTURA DO ESTADO

Opportuno comentario do "Diario de Pernambuco" sobre a politica economica do actual governo parahybano

A segura orientação que vem imprimindo o sr. governador Argemiro de Figueiredo à administração do Estado, sobretudo no que concerne ao seu aspecto essencial, que é o economico, tem repercutido sympathicamente no pais, como um exemplo de senso pratico e immediata percepção dos problemas de interesse publico.

Decorridos, apenas, dez meses à frente dos destinos da Parahyba, o actual governo já demonstrou, plenamente, os seus firmes propósitos de abrir horizontes mais amplos à economia de nosso Estado, com o desenvolvimento da campanha pela lavoura mechanica, com a applicação de methodos racionais de agricultura.

A proposito do incentivo à polycultura parahybana, o "Diario de Pernambuco", de hontem, inseriu a seguinte Varia:

"O governo parahybano, resolvido a tirar do pequeno territorio do seu Estado, tudo o que elle pode dar, continua a incentivar a polycultura, por todos os meios ao seu alcance.

Uma lavoura que está merecendo o seu maior interesse é a do abacaxi. Segundo informa o ultimo numero do Boletim da Directoria de Produção de João Pessoa, a exportação do abacaxi parahybano começou com o melhor exito: semanalmente sahem algumas centenas de caixas com destino aos mercados argentinos. Os agricul-tores vendem com facilidade as suas safras e sempre pelos melhores preços.

Presentemente, estão sendo expor-

tados os abacaxis do municipio de Pedras de Fôgo, esperando-se dentro em breve a exportação da produção de Sapé. Sentindo que a Parahyba tem possibilidade para lançar nos mercados do Rio da Prata dezenas de milhares de fructos, o governador do Estado já autorizou a devida propaganda na capital argentina.

Outra cultura que está sendo estimulada e que offerece as melhores perspectivas é da mamona, considerando-se que um hectare de mamona, plantado por methodos modernos, representa o valor approximado de ... 1.500\$000 e até 2.040\$000.

Digno de registro é a campanha que o governo vem fazendo pela lavoura mechanica. O municipio de Areia tem este anno 95 hectares de terra, no arado e plantado em sulco. Por meio de uma insistente propaganda, por meio de auxilios de toda sorte, o governo está fazendo um esforço enorme para libertar o parahybano do regimen martyrizante e retrogrado da enxada. E para isso está realizando um plano intelligente: durante dois annos o governo proporciona ao lavrador machinas, insecticidas, sementes, aradores, direcção technica: do terceiro anno em diante é o agricultor que deve usar suas machinas e seus aradores e o Estado pela sua directoria da Produção dará conselhos technicos e sementes.

A fim de facilitar a aquisição de machinas, a Secretaria da Produção vai promover a venda de machinas a credito e a prestações".

Movimento de passageiros no porto de Cabedello

Passageiros chegados dos portos do norte pelo vapor "Manaus":

Maria Lopes Cruz, Nila Pontes, Epiphany de Castro, Antonio Hollanda Monteiro, Benjamin Cardoso, Humberto de Queiroz, José Pessoa Costa, Nair Bandeira Costa, Clotilde Veiga, Luiz Galvão e Geny Galvão.

Idem embarcados no mesmo paquete, com destino ao sul:

Augusto, Francisca, Manuel e Thezina Guimarães, Lucas G. da Silva, Severina Malta, João Felix, Severino Correia, Antonio Correia de Lima, Vicente L. da Silva, Pedro P. de Vasconcellos, Basília, Nílza, Maria José G. do Nascimento e Terencia Guimarães.

Desembarcou do "Affonso Penna", procedente da Bahia: — Marietta Martins Costa.

Seguiram para o norte no referido vapor:

Graziela, Belkiss, Zuleika, Elza, Maria Annunciada e Maria de Lourdes de Freitas Galvão, Flavio Claudio Mesquita, Eduardo G. Sobrinho, Maria C. Miranda, Henrique Theophilus da Justa e Raymundo C. Ribeiro.

Vieram do sul pelo "Rodrigues Alves":

José Oliveira Barbosa Filho, José de Sá Ferreira, Murillo de Araújo Régio, Avid Faria Araújo Régio, João Henrique da Silva, Ernesto D. de Be-nevides, João M. Farias, Francisco S. Mendonça, José T. de Senna, Severino Ferreira, José A. da Silva e Sandoval Lucena.

Pelo mesmo vapor embarcaram para o norte:

EDUCAÇÃO SEXUAL (CONFERENCIA)

Terá lugar hoje, às 23 horas, no edificio da Academia de Commercio "Epitacio Pessoa", mais uma palestra do dr. Jaco do Régio Barros, subordinada ao thema: "Uma noção do mundo".

O assumpto a ser tratado interessa de perto o elemento feminino, dada a maneira com que será desenvolvida a materia escolhida.

INDUSTRIAS, AGRICULTORES E COMMERCIANTES DO NORDESTE: NÃO VOS ESQUEÇAIS DE QUE SEREIS BENEFICIADOS EXPONDO OS VOSSOS PRODUCTOS NA 1.ª FEIRA DE AMOSTRAS DA PARAHYBA!

José Pessoa Costa, Lourival Correia de Azevedo e Alberto de M. Henriques. — Bordo do "Pococé" foram para o sul.

Mário Martins de Andrade, José Leite de Araújo, Benedicto M. da Silva, Odilon S. de Oliveira, João Borges de Sousa, Antonio Francisco de Oliveira, Justino Alves de Sousa e Francisco Manuel do Nascimento.

Vieram do sul pelo "Tassuê".

Frederico Muller, Arthur Senna, Manuella Francisca Senna, Osorio, Orlando e Anita Senna, Analia Conceição e Antonio F. de Paula.

Pelo "Aragano" vieram do norte: Fausto R. Cardoso e Francisco Molta.

LEI.º 3

A ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAHYBA. DECRETA E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI QUE ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO:

Regimento Interno da Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba

TITULO I
CAPITULO I

Da instalação da Assembléa

Art. 1.º — Os diplomados à Assembléa Legislativa do Estado se reunirão três dias antes da data da inauguração solenne, às treze e meia horas, no respectivo edificio afim de, realizarem sessões preparatorias, que serão presididas por um dos diplomados escolhido na ocasião, por aclamação, dentre os presentes. O presidente convidará dois deputados para secretários.

Art. 2.º — Declarada aberta a sessão, serão os diplomados presentes convidados a entregar os seus diplomas.

Art. 3.º — Terminada a entrega dos diplomas, o presidente dará por finda a primeira sessão e, auxiliado pelos secretários da Mesa, organizará uma lista dos portadores de diplomas e uma outra dos suplentes dos diplomados.

Art. 4.º — A lista acima referida deverá ficar organizada dentro do prazo de vinte e quatro horas e será lida em sessão para conhecimento dos interessados e immediata publicação no órgão official do Estado.

Art. 5.º — No mesmo dia em que for feita a citada publicação os diplomados presentes, desde que constituam a maioria absoluta dos representantes, elegerão, por escrutínio secreto, um dentre elles, para presidente da Assembléa.

Art. 6.º — A apuração dessa eleição será feita pessoalmente pelo presidente das sessões preparatorias, sendo declarado eleito o que tiver obtido a maioria absoluta dos sufrágios.

§ unico — Si nenhum dos votados obtiver maioria absoluta dos votos dos presentes, proceder-se-á a um segundo escrutínio, em que só poderão ser sufragados os dois nomes que tiverem sido mais votados no primeiro escrutínio; si houver, nesse primeiro escrutínio, mais de dois sufragados com votação igual, são os dois mais idóneos que devem entrar no segundo escrutínio. Em caso de empate nessa segunda escrutínio, não declarar-se-á eleito o mais idoso.

Art. 7.º — A sessão preparatoria seguinte será presidida pelo presidente eleito, o qual convidará para secretários provisórios dois deputados, realizando-se neste mesmo dia, desde que esteja presente a maioria absoluta dos membros da Assembléa, a eleição do vice-presidente, dois secretários e outros tantos suplentes de estes.

Art. 8.º — Esta eleição será feita por escrutínio secreto em três cédulas, sendo uma para vice-presidente, outra para 1.º e 2.º secretários e outra para suplentes.

§ unico — Serão considerados eleitos os que obtiverem maioria absoluta de votos. Na falta de maioria absoluta, ou em caso de empate de mais de dois nomes, proceder-se-á na forma do disposto no § unico do art. 6.º.

Art. 9.º — Si não houver numero legal para as eleições de que trata os arts. anteriores, serão ellas adiadas para a data da inauguração da Assembléa. Nesta hypothese, nas sessões seguintes a da inauguração, servirá a Mesa provisória até que seja eleita a Mesa definitiva.

Art. 10 — Na ultima sessão preparatoria será prestado o compromisso. O Presidente, de pé no que será acompanhado por todos os deputados presentes, proferirá o compromisso seguinte: "Prometto respeitar a Constituição e as leis da Republica e bem assim a Constituição do Estado e desempenhar com fidelidade o mandato que me foi confiado."

Art. 11 — A segunda será feita pelo 1.º secretario a chamada de cada um dos deputados, a começar pelo vice-presidente, seguindo-se os outros membros da Mesa e cada um, á proporção que for sendo proferido o seu nome, responderá: "Assim prometto."

§ 2.º — O deputado, que comparecer para tomar posse depois desse dia, será conduzido ao recinto pelos suplentes dos secretários, ou na falta destes, por uma comissão de três deputados nomeada pela Mesa, e prestará, em voz alta, perante o presidente em sessão, o compromisso acima exarado.

Art. 12 — A sessão da inauguração, da Assembléa Legislativa do Estado será realizada no dia primeiro de outubro de cada anno, ou em outra data que a lei designar e funcionará durante três meses, contados do dia da inauguração, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa de metade de seus membros ou do Governador do Estado. Nestas hypothese, as suas deliberações serão restrictas ao assumpto que houver motivado a convocação.

Art. 13 — Durante o prazo das sessões, a Assembléa funcionará todos os dias úteis, com a presença de um terço, pelo menos, dos seus membros, em sessões publicas, salvo resolução em contrario.

§ 1.º — As deliberações da Assembléa a não ser nos casos expressos na Constituição do Estado, serão tomadas por maioria de votos, presente metade e mais um de seus membros.

§ 2.º — Nenhuma alteração regimental será approvada sem proposta escrita, impressa, distribuída em avulso e discutida, pelo menos, em duas sessões successivas.

Art. 14 — Inaugurados os trabalhos legislativos passará a Assembléa ao exame e julgamento das contas do Governador do Estado, relativas ao exercicio anterior.

§ unico — Si o Governador do Estado não as prestar, a Assembléa Legislativa procederá nos termos do § unico do art. 21 da Constituição do Estado.

Art. 15 — O voto será secreto nas eleições e deliberações sobre vetos e contas do Governador.

Art. 16 — A Assembléa pode convocar qualquer secretario de Estado para prestar informações sobre questões prévias e expressamente determinadas, attinentes a assumptos da respectiva Secretaria. O não comparecimento do secretario convocado, sem previa justificação, importa crime de responsabilidade.

§ 1.º — As comissões eleitas pela Assembléa têm também a faculdade de convocar os secretários de Estado, nos mesmos termos do art. 15.

§ 2.º — Tanto a Assembléa, como as Comissões, designarão dia e hora para ouvir os secretários de Estado.

Art. 17 — A Assembléa Legislativa creará comissões de inquerito sobre factos determinados, sempre que o requer a terça parte, pelo menos, dos seus membros.

§ unico — Applicam-se a esses inqueritos as normas do processo indicadas neste Regimento.

Art. 18 — No caso de veto ou perda de mandato, renuncia ou morte do deputado convocado o supplente, na forma da lei eleitoral. Si não houver supplente, proceder-se-á a eleição, salvo si faltarem menos de três meses para se encerrar a ultima sessão da legislatura.

Art. 18 — Nos outros annos da legislatura, a hora designada para a instalação da Assembléa, reunidos os deputados no salão destinado ás sessões, tomarão esses os seus respectivos logares; e, depois de feita a chamada e aberta a sessão, o presidente declarará installada a Assembléa Legislativa, usando a seguinte formula: "Está installada a Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba."

Art. 19 — Si o Governador do Estado vier pessoalmente apresentar á Assembléa a sua mensagem, o presidente desta, depois de observado o que dispõe o art. 18, nomeará uma comissão de três deputados para recebê-lo e introduzi-lo no recinto.

Art. 20 — Lida a mensagem pelo Governador do Estado, o Presidente da Assembléa, ao recebê-la, dirá: "A mensagem do sr. Governador do Estado será tomada pela Assembléa na devida consideração."

Art. 21 — Nas sessões extraordinarias, servirá a Mesa que presidiu a sessão anterior.

Art. 22 — Na sessão de encerramento da Assembléa só se tratará da redacção de projectos de leis, resoluções, propostas ou representações anteriormente accettas e indicações.

§ unico — Findos os trabalhos suspender-se-á a sessão, até que seja lavrada a respectiva acta e, approvada a mesma, dará o presidente, por terminados os trabalhos, usando da seguinte formula: "Está encerrada a sessão da Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba."

CAPITULO II

Da Mesa

Art. 23 — A Mesa será composta de um presidente e dois secretários. Para supprir a falta do presidente haverá um vice-presidente, e a dos secretários, dois suplentes. O primeiro secretario será substituído pelo segundo e este por qualquer dos suplentes.

Art. 24 — Na falta dos secretários e dos suplentes o presidente convidará a qualquer dos deputados para os substituir.

Art. 25 — A eleição do presidente, vice-presidente e secretários e suplentes desta será feita annualmente, no primeiro dia da sessão ordinaria, por escrutínio secreto.

Art. 26 — Os eleitos para a Mesa servirão por um anno e poderão ser reeleitos, sendo-lhes facultado, em qualquer hypothese, a renuncia aos cargos.

Art. 27 — Nas sessões extraordinarias e nas prorrogações servirão o presidente, vice-presidente e secretario que tiverem servido ultimamente.

Art. 28 — Se durante o mandato de uma Mesa vagar algum dos seus lugares, proceder-se-á a eleição para o lugar vago, cujos poderes findarão com os dos outros membros.

Art. 29 — As cédulas para as eleições serão lançadas em uma urna, contadas, abertas e vistas pelo primeiro secretario, que depois as lerá em voz alta; o segundo secretario tomará nota dos votados, annunciando em voz alta o resultado da votação e depois de concluída esta o presidente proclamará os eleitos.

Art. 30 — Compete á Mesa:

§ 1.º — Providenciar sobre a impressão de projectos, pareceres, discursos e quaesquer publicações dos trabalhos da Assembléa.

§ 2.º — Contratar tachygraphos para apanhar os discursos dos deputados.

§ 3.º — Nomear e demittir os empregados da Secretaria, advertindo-os e suspendendo-os. A suspensão não poderá exceder de trinta dias.

§ 4.º — Assignar as actas das sessões, os autographos das leis, resoluções e representações da Assembléa, que foram expedidas em seu nome.

§ 5.º — Policiar, fazer a economia da casa e da Secretaria.

§ 6.º — Aceitar o compromisso dos deputados diplomados que não o tiverem ainda feito e aos supplentes, chamados a exercer o mandato na forma da lei. Esse compromisso pode ser tomado independente de numero exigido para as votações. A este acto procederá o ingresso do deputado ou supplente no recinto, por uma comissão de três deputados nomeada pelo presidente. Depois de compromissado, o deputado tomará assento.

§ 7.º — Dar licença aos funcionarios da Secretaria até trinta dias.

Art. 31 — Nenhum deputado ou supplente poderá prestar o compromisso de que trata o § 6.º do art. 30, sem que apresente a mesa o seu respectivo diploma.

Art. 32 — A Mesa não receberá moções, emendas, requerimentos, pareceres ou projectos de lei, que sejam incongruentes ou contrários ás disposições deste Regimento; bem como emendas, consignando despesas orçamentarias para a construção ou reconstrução de obras ou quaesquer outros fins que não tenham sido votadas em leis especiaes.

Art. 33 — Recebendo a Mesa quaesquer moções, requerimentos, indicações, emendas, pareceres ou projectos e reconhecendo posteriormente que são os mesmos contrários ás disposições deste Regimento, não os submeterá á votação da casa, regeitando-os in-limine.

CAPITULO III

Do presidente

Art. 34 — O presidente é o órgão da Assembléa, todas as vezes que esta tiver de se manifestar collectivamente.

§ unico — Sempre que tiver o presidente de dirigir a palavra á Casa, o fará de sua cadeira.

Art. 35 — São attribuições do presidente:

§ 1.º — Abrir, suspender, prorogar e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar a Constituição e este regimento.

§ 2.º — Mandar ler e assignar as actas das sessões, todos os decretos e resoluções da Assembléa e bem assim o expediente, a que dará o conveniente destino.

§ 3.º — Conceder a palavra aos deputados, que competentemente pedirem, observando a ordem de inscripção, que deverá ser feita pelo primeiro secretario.

§ 4.º — Estabelecer o ponto da questão para a discussão e sobre que deva recahir a votação e annunciando o resultado da mesma.

§ 5.º — Interromper o orador, quando se desviar da questão, infringir o regimento ou quando falar com a consideração devida á Assembléa ou a qualquer de seus membros, advertindo-o, chamando-o ao ponto da questão ou ordem e cassando-lhe, signal, a palavra, si não for attendido.

§ 6.º — Levantar a sessão ou suspendê-la, nos casos prescritos por este regimento, declarando-o em termos expressos. Sendo a sessão suspensa por não poder o presidente manter a ordem, deixará este a cadeira que não poderá ser occupada por seu substituto, ficando portanto definitivamente levantada ou suspensa a sessão.

§ 7.º — Designar a materia que deverá constituir a ordem do dia para a sessão seguinte.

§ 8.º — Compromissar os deputados na forma declarada neste regimento.

§ 9.º — Nomear comissões especiaes para a recepção dos deputados e as que não dependerem de eleição.

§ 10 — Nomear interinamente membros de comissões para substituir os eleitos em seus impedimentos ou faltas.

§ 11 — Encaminhar ás comissões respectivas, as petições, representações, memoriaes, projectos, indicações, propostas e requerimentos submettidos á apreciação da Assembléa.

§ 12 — Declarar a Assembléa em sessão permanente, quando tiver de receber em seu recinto pessoas de saliente notabilidade, estranhas á Casa e que vierem visitá-la.

Art. 36 — Vagando o lugar de presidente, proceder-se-á immediatamente a nova eleição, salvo si faltarem menos de quinze dias para completar o periodo de seu exercicio.

Art. 37 — O presidente poderá offerecer projectos de lei e tomar parte em qualquer discussão, devendo, neste caso, passar a presidencia ao seu substituto, reassumindo-a logo que tenha concluído. Todavia não poderá votar, excepto nos escrutínios secretos e nas moções de caracter social e politico.

Art. 38 — O presidente não poderá fazer parte de outra comissão senão a de Policia.

Art. 39 — O presidente não poderá, em caso algum, consultar á mesa sobre a interpretação de qualquer disposição regimental, competindo-lhe decidir a respeito.

CAPITULO IV

Do vice-presidente

Art. 40 — Si o presidente não houver comparecido á Assembléa quinze minutos depois da hora marcada para o começo dos trabalhos, o vice-presidente e na sua falta os secretários, na ordem respectiva tomará a cadeira e desempenhará todas as funções do presidente, coadjuvando-o, porém, a este logo que se apresentar. Do mesmo modo se praticará quando o presidente a tiver momentaneamente deixado.

Art. 41 — O vice-presidente poderá ser nomeado ou eleito para qualquer comissão e deverá continuar no exercicio das mesmas, até que, por impedimento prolongado do presidente, occupe o lugar deste, por mais de quinze dias, e se torne indispensavel a sua substituição no seio da comissão.

Art. 42 — Vagando o lugar de vice-presidente, proceder-se-á a nova eleição, salvo o caso previsto no final do art. 41.

CAPITULO V

Dos secretários

Art. 43 — Compete ao 1.º secretario:

§ 1.º — Substituir o presidente na falta do vice-presidente.

§ 2.º — Fazer a chamada dos deputados.

§ 3.º — Ler á Assembléa toda a correspondencia official, e bem assim quaesquer petições, representações, memoriaes, pareceres de comissões, propostas, emendas, indicações e requerimentos, projectos e as leis e resoluções da Assembléa e finalmente todo e qualquer papel ou documento, que deva ser lido em sessão, dando-lhe o conveniente destino.

§ 4.º — Fazer expedir toda a correspondencia official da Assembléa.

§ 5.º — Receber os officios, requerimentos e memoriaes dirigidos á Assembléa, dando-lhes o conveniente destino.

§ 6.º — Fazer imprimir, recolher e guardar, na melhor ordem, os projectos, indicações, pareceres, emendas, representações, petições, officios recebidos e informações, para os apresentar á Casa quando se fizer necessario.

§ 7.º — Assignar, depois do presidente, as actas das sessões e bem assim todos os decretos, projectos e resoluções da Assembléa.

§ 8.º — Expedir os convites aos secretários de Estado para comparecerem ás sessões, de accordo com as instruções que lhe forem dadas pelo presidente da Assembléa.

§ 9.º — Dirigir e inspecionar todos os trabalhos da Secretaria, instruindo ao director para a boa distribuição do serviço e regulamentação do expediente.

§ 10 — Dar conhecimento á Mesa de quaesquer requerimentos, officios ou representações dirigidas á Assembléa, em que se falte com o respeito devido a ella, ou contemham injurias e se achem concebidas em termos desrespeitosos a seus membros ou aos poderes publicos do Estado, afim de que a Mesa delibere sobre a sua acceitação ou recusa.

§ 11 — Tomar nota dos deputados que pedirem a palavra e das vezes que o fizerem.

§ 12 — Propôr á Mesa a nomeação e demissão de qualquer funcionario da Secretaria, bem como a suspensão dos mesmos.

Art. 44 — Compete ao 2.º secretario:

§ 1.º — Substituir o presidente na falta do vice-presidente e do 1.º secretario.

§ 2.º — Desempenhar todas as attribuições do 1.º secretario na falta deste.

§ 3.º — Fiscalizar a redacção das actas, fazer a sua leitura e assignar-as depois do 1.º secretario.

§ 4.º — Assignar igualmente todos os decretos, projectos, leis e resoluções da Assembléa.

§ 5.º — Contar os votos nas deliberações e eleições da Mesa, tomando nota das votações nominaes.

Art. 45 — Os supplentes de secretários substituirão a estes nas suas faltas ou impedimentos e exercerão as attribuições dos mesmos.

CAPITULO VI

Das comissões

Art. 46 — As comissões serão permanentes ou especiaes. As primeiras serão eleitas no começo de cada sessão e permanecerão até a sessão do anno seguinte, servindo também nas extraordinarias e prorrogadas. As segundas somente serão eleitas quando, a requerimento de algum deputado, a Assembléa assim resolver, cessando as suas attribuições, quando tiverem preenchidos os seus fins.

Art. 47 — As comissões, quer permanentes quer especiaes, se comporão de três deputados, excepto as de Fazenda, Orçamento e Tomada de Contas e de Constituição, Legislação e Justiça, que se comporão de cinco membros cada uma.

Art. 48 — Além da comissão de Policia que será com-

porta do presidente da Mesa e secretários, haverá mais as seguintes comissões:

- I — FAZENDA, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS;
- II — CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA;
- III — PRODUÇÃO, ESTATÍSTICA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS;
- IV — NEGÓCIOS MUNICIPAIS;
- V — EDUCAÇÃO, INSTRUÇÃO E SAÚDE PÚBLICA;
- VI — SEGURANÇA PÚBLICA, ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL;
- VII — REDACÇÃO DE LEIS.

Art. 49 — Nenhum deputado poderá ser eleito para mais de duas comissões permanentes.

Art. 50 — Preciso das comissões de esclarecimentos ou de informações de quaisquer repartições do Estado, poderão pedir-las por intermédio do 1.º secretário da Assembleia.

Art. 51 — Qualquer dos membros da comissão, poderá dar o seu voto em separado ou assignar-se vencido. O relator de qualquer comissão será considerado autor do parecer e o assignará em primeiro lugar, logo após o parecer.

Art. 52 — As eleições das comissões se farão por escrutínio secreto. No caso de empate proceder-se-á a nova eleição, considerando-se eleito o mais velho, no caso de haver novo empate nessa segunda eleição.

Art. 53 — No caso de falta, impedimento ou renúncia de membro de qualquer comissão, o presidente da Assembleia dar-lhe-á substituto.

Art. 54 — O deputado que for eleito para mais de duas comissões terá o direito de optar pelas duas que lhes forem mais convenientes e as vagas serão preenchidas mediante nova eleição.

Art. 55 — As comissões elegerão dentre os seus membros o seu presidente, a quem compete dirigir os trabalhos das mesmas e convocar as suas reuniões.

Art. 56 — A matéria que for presente a uma comissão será relatada por um dos seus membros, conforme distribuição feita pelo presidente.

Art. 57 — As reuniões das comissões deverão ser convocadas com antecedência de vinte e quatro horas, indicando-se lugar e hora em que ellas se deverão effectuar, e a matéria a ser tratada.

§ 1.º — Os documentos destinados a cada comissão serão enviados ao seu presidente que fará a respectiva distribuição.

§ 2.º — O deputado a quem for distribuída qualquer matéria fará o seu relatório e formulará o parecer ou projecto que tem de ser discutido e votado pela Assembleia.

Art. 58 — Não é permitido a nenhum deputado estranho à comissão, tomar parte nos seus trabalhos, podendo no entanto a comissão receber sugestões por escripto de qualquer membro da Assembleia.

Art. 59 — O presidente de qualquer comissão em suas faltas, será substituído por aquele que os membros presentes designarem; e sempre que se reunirem duas ou mais comissões, para tratarem de qualquer assumpto, cabe a presidência ao presidente mais idoso.

Art. 60 — As deliberações das comissões serão tomadas por maioria absoluta de votos, tendo o presidente o direito de votar.

CAPÍTULO VII

Dos Deputados

Art. 60 — Nas sessões ordinárias e extraordinárias, depois da abertura da Assembleia, os deputados deverão apresentar-se regularmente, à hora regimental, e se tiverem impedimento legítimo, que os impossibilite comparecer, communicar-lhe ao 1.º secretário, que dará sciência à Assembleia.

Art. 61 — Nenhum deputado poderá falar sem pedir a palavra ao presidente, e concedida esta, falará de pé, salvo si, por motivo attendível, obtiver licença da mesa para falar sentado. O discurso será sempre dirigido ao presidente.

Art. 62 — É vedado ao deputado usar palavras desatenciosas para com os seus collegas de bancada, chefe de Estado, e órgãos do poder judiciário.

Art. 63 — Nenhum deputado poderá falar contra o vencido, nem censurar, nem fazer uso de linguagem desrespeitosa referindo-se às deliberações da Assembleia.

Art. 64 — É lícito a qualquer deputado reclamar à Mesa pela observância de qualquer dispositivo regimental. Ao presidente cabe tomar conhecimento da reclamação e resolvê-la de definitivamente.

Art. 65 — Os deputados deverão guardar entre si todo o decore e respeito, dando-se, reciprocamente, o tratamento de excellência.

§ 1.º — Os que procederem de modo contrario durante as sessões, serão advertidos pelo presidente.

§ 2.º — Si advertido o deputado pela primeira e segunda vez, não attender, o presidente poderá cassar-lhe a palavra. Si ainda não attender em attitude descorada, o presidente suspenderá a sessão pelo tempo que julgar conveniente.

Art. 66 — Nenhum deputado poderá interromper o que estiver com a palavra, nem entreter dialogos, com o mesmo, podendo, no entanto, apartar-se si este o permitir.

§ 1.º — Para apartar um collega deverá o deputado solicitar-lhe permissão.

§ 2.º — Não serão permitidos apartes successivos, paráphrasas e discursos.

§ 3.º — Por occasião de se encaminhar a votação não serão admitidos apartes.

§ 4.º — Os apartes subordinam-se às disposições relativas aos debates em tudo que lhes for cabível.

§ 5.º — Recusado pelo orador a permissão para apartes, não serão estes registrados.

§ 6.º — As palavras do presidente não serão permitidos apartes.

Art. 67 — O deputado que solicitar e obtiver a palavra, não poderá se desviar do assumpto que o trouxe à tribuna, entrando em divagações, ou introduzindo materia diversa para a discussão.

§ unico — Si, entretanto, o deputado se desviar do ponto do debate, o presidente chamará a attenção sobre o assumpto que se discute e, si, apesar das ponderações do presidente, primeira e segunda vez, ainda insistir em desatender o, ser-lhe-á cassada a palavra.

Art. 68 — Quando o deputado, no recinto da Assembleia, commetter qualquer excessos que seja motivo de repressão maior que a estabelecida nos arts. e §§ anteriores, será o facto conhecido e examinado pela comissão de Policia, que deverá levar ao conhecimento da Assembleia para que esta decida a respeito.

Art. 69 — O deputado somente poderá falar:

- a) sobre a ordem para fazer requerimentos, apresentar moções, ou protestos, offerrecer projectos e indicações;
- b) sobre o objecto em discussão;
- c) para requerer urgencia, propor adiamentos ou prorrogações e para alguma explicação pessoal.

Art. 70 — No exercicio do mandato, os deputados são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

§ 1.º — A inviolabilidade, porém, não se estende as palavras que o deputado proferir, sem relação com o exercicio do mandato.

§ 2.º — Desde que tiver recebido o diploma, os deputados não poderão ser processados criminalmente, sem previa licença da Assembleia, salvo caso de flagrante delicto por crime inafiançável. A prisão em flagrante, por crime inafiançável, será logo communicada ao presidente da Assembleia com a remessa do auto e dos depoimentos tomados, para que ella resolva sobre a sua legitimidade e conveniencia e autorize ou não a formação da culpa.

§ 3.º — Ao accusado, no caso de prisão em flagrante, é facultado o direito de optar pelo julgamento immediato.

§ 4.º — As immunições, sob extensivas aos suppletivos immediatos dos deputados em exercicio.

Art. 71 — Fica creado o serviço de identificação dos membros da Assembleia Legislativa, o qual será gratuito, correndo as despesas por conta do Estado.

§ unico — O serviço de identificação será feito na Secretaria da Assembleia, recebendo então cada deputado uma car-

teira de identidade, devidamente authenticada pelo presidente da Mesa, secretários, ou substitutos legaes.

CAPÍTULO VIII

Da ordem dos trabalhos, sessões publicas e secretas

Art. 72 — A's treze horas e meia, terão começo as sessões da Assembleia e o presidente ou o seu substituto, nos termos do Art. 23, occupará o seu lugar na Mesa com os secretários, ficando a sua direita o 1.º e o 2.º a sua esquerda.

Art. 73 — Feita a chamada, si não estiverem presentes deputados em numero legal para votação (metade e mais um) o presidente, não obstante, abrirá a sessão para o fim de ser lida a acta da anterior e o expediente que houver sobre a mesa, e ser discutida a materia dada para a ordem do dia, caso este, jam presentes, pelo menos um terço dos deputados.

Art. 74 — As sessões serão publicas, salvo quando a Mesa resolver o contrario, successivas nas dias uteis e pelo espaço de três horas, si se fizer necessario, ainda que comecem depois da hora regimental.

Art. 75 — Decorrido o prazo de três horas, si algum deputado estiver com a palavra logo que este termine será levantada a sessão; si, porém, existir materia cuja discussão já se ache encerrada, será submettida à votação, levantando-se em seguida a sessão.

Art. 76 — O prazo das sessões, a requerimento de qualquer deputado, poderá ser prorrogado pela Assembleia.

Art. 77 — Em casos de necessidade poderá a Assembleia, a requerimento de qualquer deputado, determinar que haja duas sessões no mesmo dia, tendo inicio a primeira às treze e meia horas e a segunda ás dez horas.

Art. 78 — Ainda que não haja sessão será lavrada a acta pelo respectivo secretario, mencionando nella os nomes dos deputados que compareceram.

Art. 79 — Aberta a sessão, o 2.º secretario procederá a leitura da acta da sessão anterior, que será posta em discussão, bem como as emendas que forem offerrecidas. Approvada a acta será assignada pelo presidente e secretários, registrada no livro competente e archivado o original.

Art. 80 — No ultimo dia da sessão legislativa será lida e approvada a acta desse dia, com o numero dos deputados que compareceram.

Art. 81 — Si a discussão sobre a acta versar sobre alguma inexactidão ou omissão em relação ao que se passou na sessão respectiva, o 2.º secretario prestará os devidos esclarecimentos, e, si não obstante elles, a Assembleia approvar alguma alteração, serão feitas na acta rectificações conforme o approvedo.

Não havendo impugnação sobre a acta, considerará-se approvada a acta e o expediente da votação.

Art. 82 — Si por qualquer circunstancia a acta não estiver sobre a mesa, o presidente communicará à Assembleia, e proseguirá nos trabalhos, até que vindo a mesa a acta, sejam os trabalhos interrompidos para a leitura da mesma.

Art. 83 — Terminada a discussão da acta, seguir-se-á a leitura do expediente, dos pareceres das comissões, projectos, indicações e requerimentos dos deputados.

Art. 84 — O expediente será feito nos três primeiros quartos de hora e dentro delles pôde o deputado, independentemente de urgencia, justificar qualquer requerimento, apresentar projectos, moções, pareceres e indicações.

Art. 85 — A requisição de qualquer deputado, poderá ser prorrogado o tempo do expediente, comtanto que a prorrogação seja limitada a trinta minutos.

Art. 86 — Concedida uma prorrogação e esta esgotada, não será concedida segunda.

Art. 87 — As indicações, requerimentos, pareceres e projectos, que não poderem ser lidos na mesma sessão, dentro do prazo regimental, ficarão reservados para a sessão seguinte, com preferencia.

Art. 88 — Esgotada a hora do expediente, entrará logo a materia designada para a ordem do dia, que, com a preferencia estabelecida no artigo antecedente, não poderá ser alterada ou interrompida, salvo os casos de urgencia, ou posse de algum deputado.

Art. 89 — Terminados os trabalhos da sessão, o 2.º secretario enviará para ser publicado diariamente, no jornal da Casa ou no órgão official do Estado, na falta daquele, uma noticia resumida da sessão, contendo os nomes dos deputados presentes, os dos que não compareceram, os dos que tomaram parte na discussão dos trabalhos, a materia do expediente, as emendas e os projectos apresentados, os resultados das votações e a ordem do dia para a sessão seguinte.

§ 1.º — A ordem do dia pôde ser alterada pela Assembleia, a requerimento de qualquer deputado.

§ 2.º — A materia cuja discussão não se concluir no mesmo dia terá preferencia na ordem do dia da sessão seguinte a qualquer outra.

Art. 90 — Serão publicados obrigatoriamente no órgão official os discursos pronunciados no recinto, apanhados pelo serviço tachygraphic, lidos, ou cujo resumo for encaminhado pelo orador, por intermédio da Mesa.

§ unico — Essa publicação feita na sessão, em que se noticiam os trabalhos da Assembleia, não impede que seja o discurso transcrito na acta tambem a requerimento e, como tal, novamente divulgado.

Art. 91 — É permitido a qualquer deputado requerer ao presidente que inclua na ordem do dia seguinte a materia que lhe parecer preferivel e urgente, e não accedendo o presidente, será submettida à votação da Casa.

Art. 92 — Logo que for dado para a ordem do dia dos trabalhos, qualquer projecto de leis annuaes, será reservada diariamente para a sua discussão meia hora, pelo menos, em cada sessão.

Art. 93 — O deputado que requerer urgencia deve declaral-a, quando pedir a palavra; e para ser concedida, é mister que a Assembleia a reconheça por meio de votação, sem preceder discussão; e emquanto não for decidido, não se concederá a palavra para falar sobre a materia a nenhum deputado.

§ 1.º — A urgencia pôde ser requerida em qualquer tempo da sessão, mesmo depois de iniciada a ordem do dia, e deve ser justificado, pelo seu autor e só a Assembleia pôde concedê-la, ou denegal-a.

§ 2.º — Urgente se entende toda e qualquer materia que ficaria prejudicada, ou cujo resultado se tornaria nullo, si não fosse tratado immediatamente.

§ 3.º — O adiamento deverá ser limitado por tempo certo e si houver dois adiamentos propostos a mesma votação, a Assembleia decidirá qual deverá prevalecer.

Art. 94 — A ordem do dia poderá ser dividida em duas partes e quando assim se praticar, o presidente designará hora especial para cada uma dellas. Si succeder que se vote a materia da primeira parte, antes de finda a hora, passar-se-á a segunda, antes de chegar a hora designada para ella.

Art. 95 — Na escolha e designação das materias para a ordem do dia e discussão, o presidente attenderá em geral a antiguidade dellas, mas esta regra poderá ser alterada de conformidade com as exigencias de interesse publico e a importancia de outros assumptos sujeitos à deliberação da Assembleia.

Art. 96 — As sessões secretas serão realizadas quando requeridas por algum deputado e a Assembleia assim resolver.

Art. 97 — O deputado que requerer sessão secreta deverá dirigir ao presidente a proposta respectiva assignada por elle e mais cinco deputados, pelo menos. No requerimento deverão ser expostos circumstanciadamente, os motivos que justifiquem o pedido.

Art. 98 — O presidente recebendo o requerimento e attendendo a relevancia do assumpto convidará a Assembleia para deliberar sobre o mesmo.

§ unico — Resolvido pela maioria absoluta da Assembleia que o assumpto seja tratado em sessão secreta, esta terá lugar no dia designado ou no mesmo dia conforme deliberar a Assembleia.

Art. 99 — Sempre que houver de proceder-se a sessão secreta, o presidente suspenderá a sessão publica e dirá para os expectadores: "A Assembleia vai trabalhar em sessão secreta". Immediatamente serão fechadas as portas das galerias, affixando-se nellas o aviso seguinte, assignado pelo 1.º secre-

tario: "A Assembleia delibera hoje em sessão secreta". Serão fechadas em seguida as portas das salas das sessões, evitando-se a entrada nas salas immediatas não só de pessoas de fora como tambem das empregadas da Casa.

Art. 100 — A Assembleia, no caso de sessão secreta, resolverá si o seu objecto e o resultado devem ou não ser annotados na acta publica e igualmente decidirá, por simples votação e sem discussão, si deve ou não guardar sigillo sobre os nomes dos proponentes.

Art. 101 — A Acta será lavrada em acto continuo pelo 2.º secretario, lida e approvada na mesma sessão, lacrada e archivada com a indicação do dia, mês e anno, em que se celebrou. Si a Assembleia, porém, houver decidido que o objecto e o resultado da sessão secreta sejam inseridos em acta publica, a acta dos trabalhos secretos será lida e approvada em sessão publica, observando-se a seu respeito as disposições regimentaes no que concerne as actas das sessões communs.

CAPÍTULO IX

Das proposições

Art. 102 — Considerar-se-ão proposições para entrar na ordem dos trabalhos da Assembleia:

- a) os projectos de leis ou resoluções;
- b) os pareceres das comissões;
- c) as indicações;
- d) os requerimentos ou moções;
- e) as emendas.

Art. 103 — Os projectos serão escriptos em termos concisos e claros, divididos em artigos numerados e assignados pelo deputado, ou deputados, que os apresentarem.

Art. 104 — O deputado ou deputados que tiverem de apresentar um projecto exporão resumidamente qual o seu objecto, conveniencia ou utilidade, e depois mandal-o ao Mesa, não devendo offerrecer razões, nem mesmo escriptas, que justifiquem a sua apresentação.

Art. 105 — O presidente mandará que o 1.º secretario faça em voz alta a leitura do projecto, caso não o tenha feito o seu autor, e depois de registrado, o remetters a comissão competente, que no prazo de dez dias, prorrogavel por outro tanto emitirá seu parecer, que será discutido e votado pela Assembleia. Si a comissão não apresentar parecer, dentro do prazo ou da prorrogação, será o projecto incluído na ordem dos trabalhos.

§ 1.º — O projecto só deixará de ir à comissão ou comissões, si assim deliberar a Assembleia, pela maioria absoluta dos deputados presentes, respectado o disposto no Art. 181.

§ 2.º — Aos pareceres das comissões, que se referam a legislação e a projectos anteriores, deve sempre acompanhar copia dos artigos da lei, ou projectos citados.

Art. 106 — A impressão do projecto só terá lugar, depois que for apresentado o parecer e approvedo este, conclua pela sua acceitação, com ou sem emendas.

Art. 107 — As comissões podem propor a rejeição dos projectos que lhe forem remetidos, sua acceitação, com emendas ou sem ellas ou a sua substituição.

Art. 108 — Os projectos elaborados em consequencia de propostas do Governador do Estado, ou formulados por alguma comissão, serão registrados e impressos, para entrar na ordem dos trabalhos, independentemente das formalidades estabelecidas nos artigos antecedentes.

Art. 109 — Si o projecto contiver poucos artigos ou tratar de assumpto de urgencia, qualquer deputado poderá requerer que seja dispensado a impressão do mesmo.

Art. 110 — O deputado ou deputados que apresentarem qualquer projecto de sua autoria, poderão requerer a sua retirada da ordem dos trabalhos da Casa, mesmo que já se encontre em ultima discussão e si assim deliberar a Assembleia.

Art. 111 — A iniciativa dos projectos de lei, guardado o disposto no artigo seguinte, cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia e ao Governador.

Art. 112 — Resalvada a competencia da Assembleia, quanto ao respectivo serviço administrativo e aos casos constantes da constituição da Republica, pertence exclusivamente ao Governador do Estado a iniciativa dos projectos de lei sobre augmento de vencimentos de funcionarios, criação de empregos em serviços já organizados ou modificações, durante o prazo de sua vigencia, da lei de fixação do effectivo da Força Publica.

Art. 113 — Approvados pela Assembleia os projectos de lei, serão enviados ao Governador do Estado, que acqiescendo os sancionará e promulgará.

§ 1.º — Quando o Governador do Estado julgar um projecto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrario aos interesses do Estado, o vetará total ou parcialmente, dentro de dez dias uteis, a contar daquelle, em que o recebeu, devolvendo nesse caso a Assembleia, com os motivos do veto, o projecto ou a parte vetada.

§ 2.º — O silencio do Governador do Estado, no decurso do prazo, importa sancção.

§ 3.º — Devidos o projecto à Assembleia Legislativa será substituído, dentro de trinta dias do seu recebimento ou da reabertura dos trabalhos com o parecer ou sem elle, a discussão unica, considerando-se approvedo, si obtiver o voto de dois terços de seus membros e será, nesse caso, enviado ao Governador para promulgar.

§ 4.º — A sancção e promulgação effectuam-se por essas formulas:

1) "A Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei" (ou resolução).

2) "A Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei" (ou resolução).

Art. 114 — Não sendo a lei promulgada dentro do prazo de quarenta e oito horas nos casos dos §§ 2.º e 3.º, o presidente da Assembleia Legislativa a promulgará, usando da seguinte formula:

"O presidente da Assembleia Legislativa faz saber que a Assembleia Legislativa decreta e promulga a seguinte lei" (ou resolução).

Art. 115 — Si a sessão legislativa já estiver encerrada, o projecto e os motivos da recusa serão publicados no órgão official.

Art. 116 — Os projectos regeitados não poderão ser renovados na mesma sessão legislativa.

Art. 117 — Poderão ser discutidos e approvedos em globo os projectos de codigos, organização judiciaria ou municipal e de consolidação de dispositivos legaes, quando assim resolver a Assembleia por maioria de seus membros presentes, salvo as emendas, com ou sem revisão de comissão especial, pela mesma nomeada.

Art. 118 — Os projectos de lei serão apresentados com a respectiva emenda, enunciando de forma sucinta o seu objectivo e não poderão conter materia estranha ao seu enunciado.

Art. 119 — Não serão admitidos, como objecto de deliberação da casa, projectos infringentes da Constituição da Republica e do Estado.

Art. 120 — Quando na forma do Art. 122 e seus §§ da Constituição do Estado, a Assembleia tiver de tomar conhecimento de alguma proposta de reforma, emenda ou revisão da mesma Constituição do Estado, o presidente nomeará uma comissão especial de cinco deputados, que converterá em projecto de lei a proposta apresentada, si a proposta estiver de accordo com o precatto constitucional, será o projecto impresso e distribuído entre os deputados afim de ser discutido no anno seguinte.

Art. 121 — O projecto indicará os artigos da Constituição que se pretende reformar, emendar ou rever.

Art. 122 — Approvedo o projecto de lei de reforma constitucional será incorporada a Constituição depois de assignado pelos deputados presentes e promulgado pela Mesa da Assembleia Legislativa.

Art. 123 — Não é permitido reunir em um só projecto materias differentes.

Art. 124 — As comissões deverão apresentar os seus pareceres dentro de dez dias, salvo prorrogação concedida pela Assembleia, tomando-se em consideração a importancia da materia e necessidade de esclarecimentos.

§ unico — Esses pareceres deverão ser concebidos em

termos claros e explícitos, expondo os seus fundamentos e indicando desde logo as emendas que forem julgadas necessárias.

Art. 120 — Os pareceres, depois de assinados e lidos a maioria, sem o qual não serão tomados em consideração.

Mesa, serão impressos em avulsos com os respectivos projectos para serem enlobadamente discutidos, salvo dispensa de impressão, requerida por algum deputado e aprovada pela Casa.

§ único — Os pareceres que não concluírem por projecto de lei serão postos imediatamente em discussão, depois de lidos pelo 1.º secretário e não havendo quem sobre elle se manifeste serão logo votados; si, porém, algum deputado se manifestar sobre o mesmo, o presidente declarará adiada a votação, para a ordem do dia seguinte.

Art. 124 — Na discussão dos pareceres que concluírem por projecto, poderá qualquer deputado, oferecer emenda ou substitutivo quer ao projecto quer ao parecer com o projecto.

Art. 125 — As indicações devem ser escriptas e assignadas pelo autor e serão apresentadas na hora do expediente. Entende-se por indicação toda a proposição que sem desenvolver a matéria exige, contudo, para ser levada a effecto, uma lei ou resolução.

§ 1.º — Se a indicação contiver matéria importante, a Assembleia, caso julgue conveniente, a enviará a uma das comissões permanentes, ou nomeará uma comissão especial para estudar o assumpto contido na indicação. Essa deliberação tomará a Assembleia mediante requerimento do autor da indicação ou de qualquer outro deputado.

§ 2.º — Quando a indicação versar sobre a reforma do regimento interno, será sempre remetida à Mesa para se pronunciar a respeito.

§ 3.º — Si a indicação fór remetida a qualquer comissão, esta dará o seu parecer que será discutido com a indicação.

Art. 126 — Apresentada uma indicação será imediatamente posta em discussão e depois votada, podendo ficar a votação e discussão para a ordem do dia seguinte, si assim deliberar a Casa.

Art. 127 — Entende-se como requerimento:

a) pedidos de esclarecimentos e informações ao Governo do Estado e Secretarias;

b) pedidos de dispensa dos trabalhos da Mesa, ou das comissões;

c) pedidos de sessões extraordinárias, prorrogação dos trabalhos das sessões da Assembleia e outros quaisquer sobre objectos de simples economia dos trabalhos da Assembleia ou de policia da Casa, que não estejam determinados ou previstos neste Regimento.

§ 1.º — Os requerimentos só poderão ser offerecidos nos primeiros três quartos de hora, marcados neste Regimento e poderão ser verbaes ou escriptos.

§ 2.º — Nenhum deputado poderá additar ou fazer seu o requerimento de outro, depois de apresentado e retirado da ordem dos trabalhos, podendo no entanto sobre a mesma matéria fazer novo requerimento.

Art. 128 — Os requerimentos e indicações que não forem discutidos na sessão do anno, em que forem apresentados, ficam prejudicados, mas poderão ser renovados na sessão seguinte.

Art. 129 — Os projectos poderão ser alterados por emendas nas duas ultimas discussões.

Art. 130 — Entende-se por emenda toda alteração proposta por um deputado ou comissão a qualquer projecto, requerimento ou parecer. Si a esta alteração se propuzer outra, será considerada esta sub-emenda.

Art. 131 — As emendas são: suppressivas, substitutivas, additivas ou correctivas; preferem as primeiras as segundas; estas as terceiras e as ultimas.

§ 1.º — As emendas que tiverem por fim separar artigos, paragraphos ou periodos de qualquer projecto, equivalem a emendas suppressivas.

§ 2.º — Nos projectos de interesses locais ou individuaes não poderão ser offerecidas emendas que tiverem um effecto geral ou comprehenderem pessoas diversas.

Art. 132 — Não é permitido nas discussões das leis anuanciar a apresentação de emendas das proposições principaes, devendo estas emendas seguirem os tramites do projecto de lei. Nas mesmas condições são consideradas as emendas que criarem servicos novos, extinguem ou reformarem, por qualquer modo, repartições ou servicos publicos, revogarem as de natureza diversa, ou manutiverem vigora as já revogadas.

Art. 133 — As emendas sobre augmento ou diminuição de despesas somente poderão ser offerecidas nas respectivas rubricas do orçamento.

Art. 134 — As petições, memoriaes ou papeis de quaesquer naturezas, dirigidos à Assembleia, serão depois de annunciados em resumo a sua matéria pelo 1.º secretario, remetidos às comissões a que pertencerem.

Art. 135 — Nenhuma petição ou representação será recebida sem assignatura e data. A Mesa, si julgar necessario, exigirá o reconhecimento das firmas.

Art. 136 — No caso da Mesa julgar que a matéria não é da competencia da Assembleia dará immediatamente seu parecer e o apresentará à Casa para discussão e votar. A Mesa não acceitará requerimentos, cuja matéria esteja contraria a este Regimento.

CAPITULO X

Da discussão

Art. 137 — Toda discussão será iniciada pela leitura do projecto, respectivo artigo, emenda, indicação, requerimento ou parecer, feita pelo 1.º secretario; e durante ella, ficarão sobre a mesa os autographos dos projectos e proposições com os documentos que lhes são relativos.

Art. 138 — Nenhum projecto de lei será apresentado para a discussão senão 24 horas, pelo menos, depois de sua apresentação; e o mesmo intervalo se observará entre uma e outra discussão, salvo dispensa de intersticio concedida pela Assembleia.

Art. 139 — Denomina-se intersticio o prazo decorrente entre dois actos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ único — Não poderão ser dispensados de intersticio para a discussão, após sua aprovação, os projectos emendados, que serão enviados à comissão de redacção.

Art. 140 — Os projectos passarão por três discussões; as indicações, requerimentos e pareceres só terão uma, salvo o disposto no art. 126 1.º parte.

Art. 141 — A primeira discussão dos projectos será em globo e só se tratará da sua utilidade ou conveniencia, não sendo permitido seu adiamento, nem emendas.

Art. 142 — Na primeira e terceira discussões cada deputado falará somente uma vez e duas na segunda; o autor terá o direito de falar mais uma vez em qualquer discussão.

§ 1.º — A faculdade concedida a cada deputado de falar duas vezes na segunda discussão se refere a cada artigo que fór posto em discussão e não ao projecto em globo.

§ 2.º — Nenhum deputado poderá exceder de uma hora na discussão, salvo prorrogação requerida e concedida pela Casa.

Art. 143 — Terminadas a primeira discussão e votação, o projecto, si fór aprovado, passará à segunda discussão que será por artigos separadamente e se lhe poderão offerer artigos additivos ou emendas, que serão conjunctamente discutidos. O deputado poderá referir-se a qualquer outro artigo que se relacione com o que estiver em discussão.

§ 1.º — A segunda discussão do orçamento do Estado, poderá ser feita por paragrapho, tanto na receita como na despesa.

§ 2.º — Em segunda discussão tambem se póde offerer substitutivo, nos termos do art. 131.

Art. 144 — Terminada a segunda discussão de todos os artigos, emendas e additivos, finda a votação dos mesmos, passará o projecto à terceira discussão. Si houver soffrido notavel alteração, será enviado, caso assim deliberar a Casa, a comissão de redacção com as emendas aprovadas a fim de ser redigido conforme o vencido. E preenchidas estas formalidades, ou dispensadas, si o projecto não tiver soffrido emendas, ou

somente ligeiras alterações, o presidente dará opportunamente o projecto para a ordem do dia.

Art. 145 — A terceira discussão versará sobre emendas aprovadas na segunda discussão e sobre as novas que forem apresentadas.

Art. 146 — Si, porém, na terceira discussão tratar-se do Regimento, ou projecto de lei, que contenha divisões de titulos, capitulos ou artigos, o presidente, a bem da ordem e a requerimento de qualquer deputado, proporá os termos que deve seguir a discussão, si em globo, si por capitulos, si por artigos, e a Assembleia decidirá sem discussão.

§ único — A requerimento de qualquer deputado e por deliberação da Casa, poderá ser observada a mesma norma na segunda discussão de leis, projectos.

Art. 147 — Terminada a terceira discussão o presidente porá a votos em primeiro lugar, o projecto com as alterações feitas e depois as emendas apresentadas; e decidindo a Assembleia affirmativamente o projecto considerará-se aprovado.

Art. 148 — Aprovado definitivamente o projecto, será remetido à comissão, de redacção de leis.

Art. 149 — Apresentada e lida a redacção do projecto, ficará sobre a mesa para ser discutida na sessão seguinte, depois de impressa, no jornal da Casa, no orgão official ou em avulsos, salvo o caso de urgencia.

§ 1.º — Tratando-se de matéria de urgencia, a Casa póde dispensar a impressão. Neste caso a discussão será immediata e nella não se poderá discutir nada mais do que a redacção do projecto.

Art. 150 — Verificando-se que o projecto ou resolução venha mal redigido, contendo contradicções de artigos, infracção da Constituição ou outros defeitos, a Assembleia decidirá o caso, mediante proposta de qualquer deputado. Decididas todas as questões, será o projecto ou resolução dado para discussão na sessão seguinte, a fim de serem feitas as emendas necessarias, na conformidade do vencido, sendo enviado à Secretaria para ser copiado.

Art. 151 — Na discussão da redacção só será permitido ao deputado falar uma vez.

Art. 152 — Na discussão de qualquer matéria o presidente dará a palavra conforme a ordem da inscricao.

§ único — Quando diversos deputados pedirem a palavra ao mesmo tempo, o presidente dará preferencia a quem lhe approuver. Na discussão terá preferencia o autor do projecto, indicação ou requerimento, bem como os relatores das comissões.

Art. 153 — Os relatores de comissões terão o direito de falar mais de uma vez em qualquer discussão.

Art. 154 — E' lícito a qualquer deputado explicar o sentido de qualquer expressão usada e que não houver sido tomada no seu verdadeiro sentido, sem que, contudo, exceda os termos estritos da explicação.

Art. 155 — Entrando-se na discussão de qualquer matéria, só se poderá falar pela ordem antes de iniciado o debate para indicar os meios ou o methodo melhor de dirigi-la; ou no fim da discussão, para melhor estabelecer o ponto ou modo de votação. Fora destes casos, só por meio de urgencia se poderá interromper qualquer discussão.

Art. 156 — Na discussão unica que deverão ter os pareceres, requerimentos e indicações, cada deputado falará uma vez; o autor, porém, poderá obter a palavra duas vezes.

Art. 157 — Não será considerado autor o que offerecer emendas ou additamentos ao requerimento que se discute.

Art. 158 — Os requerimentos e indicações depois de lidos serão postos em discussão e logo em votação, si nenhum deputado quizer discutilos.

Art. 159 — A discussão dos requerimentos não excederá dos três primeiros quartos de horas, marcados para a sessão, e continuará nas sessões seguintes, si algum deputado se inscrever para falar sobre elles, sem prejuizo de qualquer outro deputado, para a apresentação e justificação de requerimentos, salvo o caso de vencer-se urgencia para proseguir a discussão anterior.

Art. 160 — Si porém, depois de lido o requerimento algum deputado pedir a palavra, será adiada a discussão, dando-se o requerimento para a ordem do dia da sessão seguinte. Exceptua-se o caso de urgencia, reconhecido pela Assembleia, e o caso de que trata este Regimento.

Art. 161 — Quando na discussão de qualquer matéria não houver quem queira fazer uso da palavra, ou não se puder effectuar a votação à falta de numero fica encerrado a discussão, adiando-se a votação para a sessão seguinte.

§ único — Não estando na hora de encerrar-se a sessão, proseguir-se-á na discussão de outras materias dadas para a ordem do dia.

Art. 162 — Os requerimentos sobre questões incidentes, que não admittirem demora, serão discutidos e votados immediatamente; e, na falta de numero legal para a votação, será a mesma adiada depois de encerrada a discussão.

Art. 163 — Os requerimentos que tiverem por fim mandar qualquer projecto à uma comissão especial ou permanente serão discutidos juntamente com o projecto e logo em seguida votados, e, na falta de um numero para a votação, será a mesma adiada, depois de encerrada a discussão.

Art. 164 — As materias encerradas serão em primeiro lugar votadas na sessão seguinte e si não poderem ser decididas na sessão do anno, ficarão para o anno seguinte e considerará-se como adiadas, para continuarem a ser discutidas nos novos termos em que se encontrarem.

Art. 165 — As materias incluídas para discussão na ordem do dia deverão ser escrupulosamente observadas, de modo que nenhuma outra se poderá tratar sem que nella tenha sido anteriormente designada, excepto o expediente no qual se comprehende apresentação de projectos de leis, indicações, requerimentos e leitura dos pareceres das comissões.

Art. 166 — Durante a discussão de qualquer matéria, nenhuma outra será admittida sem que se termine a primeira, excepto nos casos seguintes:

a) para ser offerecida uma emenda;

b) para se reclamar ordem;

c) para se propor adiamento.

Art. 167 — O adiamento por tempo certo terá lugar:

a) para ser o projecto enviado a alguma das comissões da casa;

b) para ser discutido em dia e hora designados.

O adiamento por tempo indeterminado ou para a legislatura seguinte equivale ao da matéria principal.

Art. 168 — Não é permitido reproduzir na mesma discussão os adiamentos propostos, ainda que em termos diversos ou para fins differentes, salvo concluida a discussão de todo o projecto para este ir à alguma discussão.

Art. 169 — O adiamento é admittivel em qualquer estado, em que se achar a discussão, excepto unicamente no caso do art. 145.

Art. 170 — O deputado que pretender requerer urgencia usará desta formula: "Peço a palavra para negocio urgente."

Art. 171 — Sendo dada a palavra nos termos do art. antecedente, entrará em discussão a matéria que fór lida urgente e concluida esta, proseguir-se-á na matéria de que se estava tratando.

Art. 172 — Todas as questões de ordem, que se suscitarem durante as sessões da Assembleia, serão decididas pelo presidente, podendo este, no entanto, submeter à Casa a decisão da questão.

Art. 173 — E' lícito a qualquer deputado requerer a inversão da ordem do dia e justificada a procedencia do requerimento, a Assembleia approvará depois de discutida.

Art. 174 — Qualquer deputado póde requerer encerramento da discussão desde que a matéria se ache sufficientemente discutida.

Art. 175 — A faculdade concedida pelo art. 173 não se refere à votação da matéria que tiver sido encerrada na sessão anterior, que em caso algum poderá ser preterida para o fim de passar-se antes à discussão.

Art. 176 — E' lícito a qualquer deputado rectificar os seus discursos, fazendo-o por escripto e, depois de feito, será entregue a Mesa para o mandar imprimir estando em devidos termos.

Art. 177 — No debate entre dois oponentes, aquelle que primeiro tiver falado terá prioridade na replica.

Art. 178 — Quando houver dois ou mais projectos sobre o mesmo assumpto, haverá discussão previa sobre a pre-

ferencia do que deve servir de base para a discussão, sem que dali resulte ficarem os outros prejudicados.

Art. 179 — Os requerimentos, indicações e emendas, depois de apresentadas, somente poderão ser retirados, si a Assembleia a requerimento do autor, permitir.

Art. 180 — Nenhum artigo do Regimento será mudado ou alterado, senão em virtude de indicação, sobre a qual haja parecer da comissão de Policia ou de uma comissão especial nomeada para tal fim.

CAPITULO XI

Da Votação

Art. 181 — A votação de qualquer matéria só terá lugar quando se encontrar presente a maioria absoluta da totalidade dos deputados, de que se compuzer a Assembleia.

Art. 182 — Na votação terá prioridade a matéria encerrada no dia antecedente. Si houver falta de numero para votação, não ficará prejudicada a discussão das materias dadas para a ordem do dia.

Art. 183 — A votação ordinariamente será symbolica, devendo os deputados que approuverem ficar sentados e levantarem-se os que forem de opinião contraria, conservando, se assim aie que o presidente declare o resultado.

§ 1.º — A votação será tambem nominal e secreta.

§ 2.º — Quando a votação fór nominal, deverão os deputados dizer *sim* ou *não*, à medida que forem sendo chamados pelo 1.º secretario.

§ 3.º — Quando fór secreta a votação, os deputados devem, de suas cadeiras, depositar as cedulas em uma urna que lhes será apresentada pelo continuo.

Art. 184 — Na votação nominal comprehender-se-á aquella em que se indique o nome do deputado para qualquer eleição.

Art. 185 — Na votação por escrutinio secreto o 1.º secretario contará e annunciará o numero das cedulas que irão sendo anotadas pelo 2.º secretario, sendo afinal proclamado o resultado pelo presidente.

Art. 186 — O acto da votação em hypothese alguma será interrompido.

Art. 187 — O deputado presente à sessão e no recinto da Assembleia, não poderá excusar-se de votar, sendo-lhe, no entanto, prohibido o direito de voto na matéria, em que tiver interesse individual.

§ único — Deve se entender interesse individual qualquer lei de favor que possa aproveitar ao deputado designadamente e da qual elle aia vantagens ou proveito proprio.

Art. 188 — Quando se verificar empate na votação, ficará o desempate adido para a sessão seguinte e, si nesta repetir-se o empate, decidirá o presidente.

Art. 189 — Nenhum deputado poderá representar contra o resultado da votação, sendo-lhe permitido requerer verificação no caso de duvida, como tambem requer que seja consignada na acta declaração do seu voto.

Art. 190 — Si o projecto que tiver de votar-se fór composto de mais de um artigo, votar-se-á cada artigo separadamente, e da qual elle aia vantagens ou proveito proprio.

Art. 191 — Na votação da matéria se compuzer de duas ou mais proposições distinctas, exceptuando-se os projectos de orçamento, n'as quaes as votações serão por paragraphos.

Art. 192 — Na votação das emendas, as suppressivas terão preferencia e quando se tratar de despesas, serão preferidas na votação as mais restrictivas.

Art. 193 — Na votação dos projectos e emendas terão preferencia as que forem apresentados por comissões.

§ único — E' permitido, a requerimento de qualquer deputado e por deliberação da Casa, o destaque de artigos na votação dos projectos a que se referem os arts. 115 e 140.

CAPITULO XII

Da correspondencia da Assembleia

Art. 194 — A Assembleia se corresponderá com o Governador do Estado, por meio de officio do seu presidente e, por comissões; com a Camara e o Governo Federal, por meio de officios, mensagens ou representações, assignadas pela Mesa e com os secretarios de Estado por officio do 1.º secretario da Assembleia.

Art. 195 — Os projectos de lei e resoluções, que dependerem de sancção do Governador do Estado, serão enviados a este, acompanhados de officio da Mesa da Assembleia expondo a utilidade e necessidade da projecto ou resolução.

Art. 196 — Quando os projectos de leis ou resoluções não receberem a sancção e promulgação do Governador do Estado, serão observado pela Assembleia o disposto nos arts. 35, 36 e 37 da Constituição do Estado e seus ff.

Art. 197 — Não dependem de sancção:

a) o Regimento Interno da Assembleia e da Secretaria;

b) auctorização para processo contra o Governador do Estado por delicto commum, ou para limitação de sua capacidade civil;

c) auctorização para processo do Governador do Estado e dos membros da Corte de Appellação nos crimes de responsabilidade;

d) prisão em flagrante delicto de deputado, continução do seu processo depois de pronuncia ou licença para seu processo;

e) os projectos a que se refere o art. 35 da Constituição do Estado.

Art. 198 — Nos casos previstos e determinados no art. 32 ns. I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI da Constituição do Estado.

Art. 199 — Todas as leis, decretos e resoluções da competencia exclusiva da Assembleia Legislativa serão promulgadas e mandados publicar pelo seu presidente.

CAPITULO XIII

Do compromisso do Governador do Estado

Art. 200 — Achando-se reunida a Assembleia e recebendo a comunicação do Governador que tem de prestar compromisso perante ella, o presidente da Assembleia designará dia e hora para o seu comparecimento e nomeará uma comissão de deputados para receber.

Art. 201 — No dia e hora designados, chegando o Governador do Estado, será elle introduzido na sala das sessões, sentando-se na mesa, à direita do presidente da Assembleia.

Em seguida, levantando-se todos prestará o Governador do Estado o seguinte compromisso:

"PROMETTO MANTER E CUMPRIR LEALMENTE A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, PROMOVER O BEM GERAL DA PARAHYBA, OBSERVAR AS SUAS LEIS E DEFENDER-LHE A INTEGRIDADE E AUTONOMIA DENTRO DO REGIMEN FEDERATIVO BRASILEIRO."

Art. 202 — Se, porém, decorridos trinta dias da data fixada para a posse do Governador não houver assumido o cargo sem causa justificada, a Assembleia Legislativa declarará a vacancia do mesmo e communicará ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado, para que providencie na forma da lei, sobre a nova eleição.

TITULO III

CAPITULO XIV

Da Policia e Economia Interna da Assembleia

Art. 203 — A mesa terá ao seu cargo, na qualidade de comissão de Policia, a autoridade de fazer manter o respeito e a ordem dentro do edificio da Assembleia.

Art. 204 — E' lícito a qualquer cidadão de qualquer nacionalidade, assistir às sessões, contanto que se apresente decentemente vestido e desarmado e guarde o maior silencio nas galerias.

§ único — Em hypothese alguma as galerias se poderão manifestar.

Art. 205 — Os expectadores que perturbarem a sessão dos trabalhos legislativo, serão egrados immediatamente a sair, se não attenderem as advertencias do presidente da Assembleia.

§ único — No caso de desobediencia será requisitada

a Força Pública, para fazer cumprir a ordem do presidente da Assembléa.

Art. 204 — Si dentro do edificio da Assembléa algum expectador exceder-se em desordem ou perturbação ou commetter algum delicto, a commissão de Policia o deixará em custodia e averiguado o caso tomará as medidas que o mesmo reclamar, ou pondo em liberdade o delicto, ou remetendo-o á autoridade competente, com officio circumstanciado sobre todo o occorrido.

Art. 205 — Quando o presidente não fór attendido nas suas advertencias, quer quanto aos deputados, quer quanto aos expectadores, poderá suspender a sessão pelo tempo que julgar necessario, ou levantar-a.

Art. 206 — As folhas de subsidio dos deputados, correspondendo ao mês dos trabalhos legislativos, depois de assignadas pela Mesa, serão enviadas no ultimo dia útil de cada mês ao secretario da Fazenda, por intermedio do 1.º secretario, salvo si a Assembléa se encerrar antes do fim do mês, porque neste caso serão as referidas folhas remetidas na véspera do encerramento dos trabalhos.

§ 1.º — As de ajuda de custo dos deputados serão enviadas pelo 1.º secretario, ao Secretario da Fazenda, no dia immediato ao da abertura da Assembléa.

§ 2.º — Os empregados da Secretaria receberão os seus vencimentos, mediante attestado passado pelo 1.º secretario e, na falta desse, de quem suas vezes fizer, em folha especial que será igualmente remetida ao Secretario da Fazenda.

§ 3.º — As contas de expediente só serão enviadas ao Thesouro depois de visadas pelo 1.º secretario, a quem compete requisitar o respectivo pagamento.

§ 4.º — Os contratados pela Mesa para os serviços de

tachygraphia dos debates dos trabalhos da Assembléa, não receberão os seus vencimentos, sem attestados do 1.º secretario, ou de quem as suas vezes fizer.

CAPITULO XV

Da Secretaria

Art. 207 — A Secretaria da Assembléa compôr-se-á de um director, um chefe de secção, um redactor de debates, um 2.º escriptuario, um 4.º escriptuario, um 5.º escriptuario, um porteiro e um continuo-servente.

Art. 208 — Na Secretaria se fará todo o expediente da Assembléa, ficando o Director responsavel pela segurança e boa ordem de todos os objectos a ella pertencentes.

Art. 209 — A substituição dos empregados da Secretaria se dará pela ordem e graduação dos seus empregados. No caso, porém, de não se verificar substituição por impedimentos de substitutos legaes, a Mesa nomeará interinamente o substituto.

Art. 210 — O porteiro da Assembléa além das obrigações marcadas no Regimento da Secretaria, fará a limpeza e asseo de todo o edificio e do serviço que fór preciso na casa.

Art. 211 — Todos esses empregados perceberão os vencimentos que por lei lhe forem devidos.

Art. 212 — O Director e demais empregados da Secretaria são subordinados ao 1.º secretario.

Art. 213 — No intervalo das sessões da Assembléa a commissão de Policia, ou quaesquer de seus membros poderá inspecionar o edificio da Assembléa e o serviço da Secretaria, tomando as providencias que acharem conveniente.

Art. 214 — Este Regimento só poderá ser modificado ou reformado, depois de approvada pela Assembléa uma moção que indique os pontos e artigos que devem ser modificados ou reformados.

§ unico — Approvada a moção será ella enviada á commissão de Policia da Casa, que no intervalo, entre a sessão em que fór approvada e a seguinte, apresente em parecer ou em projecto as alterações propostas, afim de serem submettidas á discussão da Casa.

Art. 215 — Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todos a quem o conhecimento da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O 1.º Secretario da Assembléa a faça imprimir, publicar e correr.

Paço da Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, em 16 de novembro de 1935.

(As.) JOSE MACIEL, Presidente.

Foi publicada nesta Secretaria da Assembléa, em 16 de novembro de 1935.

Secretaria da Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba.

(As.) JOAO DE VASCONCELLOS, 1.º Secretario.

FONTES & CIA. LTDA.

RECIFE — PERNAMBUCO

AS MAIS RESISTENTES MACHINAS DE ESCRIVER "IDEAL" TIPO COMMERCIAL — "ERIKA" TIPO PORTATIL COM TABULADOR, SEM TABULADOR E COM FITA DE DUAS CORES. CANETAS "PELIKAN". FITAS PARA MACHINAS DE ESCRIVER. RADIOS "BLAUPUNKT" E SEM DUVIDA O MELHOR FABRICANTE DO MUNDO.

Representantes neste Estado: CORREIA & CIA.

RUA MACIEL PINHEIRO, 29 — 1.º ANDAR.

CURSO PRIMARIO DO

INSTITUTO COMMERCIAL "JOÃO PESSOA"

RUA DUQUE DE CAXIAS, 539 — CAPITAL

Acceptam-se alumnos de ambos os sexos, de seis annos acima — Ensino rapido e intuitivo.

Ensinam-se, neste curso, trabalhos manuaes e desenho.

— MENSALIDADES MODICAS —

HORTENSE PEIXE — Directora

ALUGA-SE — O sitio n.º 1351, situado á Avenida Juarez Tavora. Tratar no mesmo.

VENDE-SE, a tratar com Carlos Guimarães, a praça Alvaro Machado n.º 39 (Serraria Guimarães):

Uma confortavel casa de praia, sita no bairro do Gongoal, n.º 1239, em Tambau, com um bom terraço coberto de telhas francesas e três quartos espaçosos; um terreno devoluto, medindo 25 metros de frente, em local optimo para construção, á rua Dr. Leitão; e quatro lotes de terrenos, medindo 10 metros de frente por 30 de fundo, cada, á rua da Jaqueira.

PARAHYBA-HOTEL

Para maior commodidade dos seus freguezes durante a estação balnearia, a Gerencia do "Parahyba Hotel" estabeleceu a venda de cartelinhas, validas dentro de 60 dias, com 15 coupons ao preço de 60\$000.

Cada coupon dá direito a uma refeição.

APIARIO MARIA IRENE — Vende puro Mel de Abelhas "Italianas e Urussu". Av. João Machado, 1155 ou Cap. José Pessoa, 25.

► REMEDIOS ◄ QUE SE RECOMENDAM:

NO PALUDISMO - **INTERMITAN**
EMPÔLAS E COMPRIMIDOS

NA SÍFILE E BOUBA - **IBIOL** (8\$ a \times)

III IODO E BISMUTO EM ASSOCIAÇÃO
ABSOLUTAMENTE INDOLOR

► Como Tônico - **NEVROL** ◄

NA ANEMIA - **PANHEMOL**
PARA FERIDAS - **POMADA 105**

PRECISANDO DEPURAR O SANGUE ?

Tome **ELIXIR DE NOGUEIRA**

Combate o **RHEUMATISMO** e a **SYPHILIS** em todos os seus periodos

MILHARES DE CURADOS!
VENDE-SE EM TODA PARTE

R - E - X

CIA. EXHIBIDORA
DE
FILMS
S | A.

SOMENTE GRANDES FILMS

HOJE — Uma sessão ás 7,15 horas — HOJE

A METRO GOLDWYN MAYER APRESENTA
— MYRNA LOY —

GLAMOUR SUPERLATIVO! BELLEZA ABSOLUTA! ELEGANTE E LINDA COMO NENHUMA!

ESTRATEGIA DE MULHER

(Stamboul Quest)

— COM —

GEORGE BRENT — LIONEL ATWILL

Complementos: — Metrotone News — Thelma Todd e Patsy Kelly na comedia — NATUREZA TORTA.

— Preços — 25\$00 — 15\$00 —

TORNAMOS A VIVER!

BASEADO NO IMMORTAL ROMANCE DE TOLSTOI — "RESURREICÃO"

JAGUARIBE

HOJE — Uma sessão ás 7,15 horas — HOJE

A UNIVERSAL APRESENTA KEN MAYNARD
O OUSADO CAVALLEIRO DO OESTE!

— E M —

RODAS DO DESTINO!

— COM —

DOROTHY DIX

COMPLEMENTO: — UM SHORT.

Preços — 15\$00 — 15\$100

AMANHÃ!

SEGUIE O ESPECTACULO!

— A PARTIR DE SEXTA-FEIRA! —

O FILM QUE REVOLUCIONOU A TECHNICA DO CINEMA!

Pela primeira vez — Um film todo colorido em côres naturaes

LA CUCARACHA!

A CANÇÃO REVOLUCIONARIA DE PANCHITO VILLA!

A Russia Sovietica, extasiada com este film, premiou-o, adquirindo 30 copias delle!

STEFFI DUNNA — DON ALVARADO, ETC.

UM FILM QUE CUSTOU A BAGATELA DE 1.400 CONTOS!

DIA 29 DE NOVEMBRO

O FILM MAIS BONITO DESTES ULTIMOS DEZ ANNOS! INTERPRETAÇÃO DE

FREDRIC MARCH — ANNA STEN. — Produção UNITED ARTISTS.

— AMANHÃ —

NA

"Soirée da Moda"

NO

"R E X"

FRANCHOT TONE

E

KAREN MORLEY

— Em —

O BOM CAMINHO

(Straight is the way)

Como complemento: O GORDO e o MAGRO — em

VOCÊS ME PAGAM

Um programma METRO
GOLDWYN MAYER

SANTA ROSA

HOJE — Uma sessão ás 7,15 horas — HOJE

A METRO GOLDWYN MAYER APRESENTA

CLARK GABLE e JEAN HARLOW

VIBRANTES, HUMANOS, APAIXONADOS!

AMAR E SER AMADA!

(HOLD YOUR MAN)

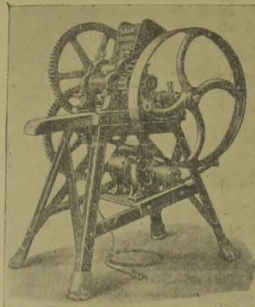
NO MESMO PROGRAMA:

O COMMANDANTE JERICHO

Com RICHARD ARLEN — FILM DA PARAMOUNT.

Preços — 15\$00 — 8\$00

JOAN CRAWFORD — CLARK GABLE — "ACORRENTADA"

**MOTO-ENGENHO
"LILLA"**

(Combinação de Moenda de Cana com motor Electrico Funcionamento Immediato)

Sem Correlas, sem Corrente e sem Instalação Especial. Para qualquer corrente de Luz ou Força.

Para ser ligado como uma lampada na corrente commum da luz. — Vendas a longo prazo, Pecam orçamento aos agentes neste Estado: C. POTTER & IRMAO.—Rua Barão do Triunpho, 466-1.º — Caixa, 40 — João Pessoa.

DR. OSORIO ABATH

Cirurgião da Assistência Publica e do Hospital Santa Isabel.
OPERAÇÕES E VIAS UINARIAS

Tratamento medico e cirurgico das doencas da urethra, prostatica, bexiga e rins. Cystoscopia e urethroscopia.

Consultas das 10 ás 12 e das 16 ás 18 horas.

Consultorio: — Rua Barão do Triunpho, 460.
JOAO PESSOA

AUTO POSTO "VIDAL DE NEGREIROS" — Para completa comodidade dos automobilistas residentes e visitantes á cidade de João Pessoa, acaba de ser instalado na praça Vidal de Negreiros n.º 35, confornte ao Parahyba Hotel um posto completo para automoveis com lavagem á sombra em elevador possante com capacidade de elevar qualquer caminhão. Foram adquiridos como complemento machinas modernas para extrahir e repor oleo do motor, da caixa de marcha e do cardan assim como machinas para lubrificação automatica das molas e applicação de gaz oleo.

Mantem ainda um bem sortido stock de peças, accessorios e graxas para polimento além de uma officina para pequenos concertos, vulcanização de camara de ar e uma tanga para carga electrica em baterias.

O posto Vidal de Negreiros, para bem servir aos seus freguezes não medirá esforços e conservará as suas portas abertas dia e noite para a venda de gasolina, oleo e pernoite de automoveis.

Visitem o auto posto Vidal de Negreiros.

Praça Vidal de Negreiros, 35. Telephone, 253.

V. S. deseja carros de luxo, com conforto e segurança ?

Peça-os pelo telephone
2 — 5 — 3

Auto Posto Vidal de Negreiros

Attende-se chamados a qualquer hora do dia ou da noite.

SEMENTES OLEAGINOSAS

SEMENTES DE OITICA
REZINAS DIVERSAS

OLE DE OITICA
NOGUEIRA AZUL

ENVIEM SUAS OFERTAS
PARA

J. R. DE VASCONCELLOS & C.
CAIXA POSTAL N. 30.

João Pessoa —: Parahyba.

Não interessam: Mamona nem Caroejo de Algodão.

ALUGA-SE — por 130\$000 mensaes, a casa da rua Diogo Velho, 683 — A tratar na rua da Palmeira, 486.

INDICADOR**DOENÇAS NERVOSAS E MENTAES****DR. GONÇALVES FERNANDES**

Ex-Interno da Clinica de Doencas Nervosas da Faculdade de Medicina. Ex-Interno voluntario do Hospital de Alienados do Recife. Ex-Auxiliar Technico (por concurso) do Serviço de Hygiene Mental e ex-Assistente Int. da Assistencia a Psychopathas de Pernambuco. Ex-Chefe da Secção de Psycho-Technica do Instituto de Biotipologia Educacional do Estado de Pernambuco. Alienista do Hospital Colonia Juliano Moreira.

EPILEPSIA — NEURASTHENIA SEXUAL

Diagnosticio precoce e tratamento da syphilis nervosa

TRATAMENTO DA ANGUSTIA, DA ANSIEDADE E DA HISTERIA PELA

PSYCHOTHERAPIA ANALITICA DE FREUD

RESIDENCIA: — Avenida Monteiro da Franca, n.º 72.

CONSULTORIO: — Rua Duque de Caxias, 389

**DRA. EUDESIA VIEIRA
MEDICA**

Cura radical das molestias das senhoras, das perturbacoes occorrentes nas epochas da puberdade, da menopausa e da gravidez.
Tratamento pela hydrotherapia associada á chimothe rapia e á vaccinothe rapia.

CONSULTAS DIARIAS DAS 14 A'S 17 HORAS.

Consultorio e residencia:

RUA DUQUE DE CAXIAS, 516.

FARMACÊUTICO AUGUSTO DE ALMEIDA

DROGAS E ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS

GRANDES VANTAGENS DE PREÇOS PARA OS REVENDEDORES
Barão do Triunfo, 410 — 1.º andar — (Vizinho da Standard)

JOAO PESSOA

DR. ARMANDO TAVARES

DOENÇAS DE CRIANÇAS

Consultorio: RUA DA IMPERATRIZ, 14 — 1.º andar — Tel. 3275

Eq. com a Rua da Aurora

Residencia: AFLITOS, 467 — Tele. 28248 — Consultas: de 10 ás 12 e de 3 ás 6

RECIFE

**DR. NEY DE ALMEIDA
DA MATERNIDADE**

DOENÇAS DAS SENHORAS

CIRURGIA — PARTOS

ELECTRICIDADE MEDICA

CONSULTAS DIARIAS, COM EXCEPÇÃO DOS SABBADOS, DAS
10,30 A'S 11,30 E DAS 15 A'S 17 HORAS
A'S SEXTAS.FEIRAS SOMENTE DAS 10,30 A'S 11,30

Consultorio: — Rua Maciel Pinheiro, 211, 1.º andar (sobre a Companhia Sousa Cruz)

Residencia: — Rua Epitacio Pessoa n.º 736. — Telephone 147

DR. OCTAVIO SOARES

MEDICO — CLINICA EM GERAL

ESPECIALISTA EM MOLESTIAS NERVOSAS E SYPHILIS

Consultorio: — Pharmacia "Santo Antonio", das 8 ás 11.

— GRATIS AOS POBRES —

PRAÇA PEDRO AMERICO, N.º 53.

— JOAO PESSOA —

DR. FRANCISCO PORTO

DO HOSPITAL SANTA ISABEL

EX-INTERNO E EX-ASSISTENTE NOS HOSPITAES DO

RIO DE JANEIRO

DOENÇAS DO ANUS E DO RECTO

TRATAMENTO DAS HEMORRHOIDAS SEM OPERAÇÃO E SEM DOR.

Consultorio: — RUA BARÃO DO TRIUMPHO, 474 — 1.º andar.

Diariamente das 14 ás 16 horas.

Residencia: — Rua Barão do Triunpho, 377.

**DR. EMILIANO NOBREGA
MEDICO**

CLINICA MEDICA. TRATAMENTO DAS DOENÇAS NERVOSAS E MENTAES, EPILEPSIA, SYPHILIS E DOENÇAS VENEREAS

Tratamento da syphilis nervosa pela
malarietherapia

CONSULTORIO: Rua Barão do Triunpho 474, das 8 ás 11 horas.

RESIDENCIA: Rua Nova, 177.

DR. OSCAR OLIVEIRA CASTRO

DOENÇAS DAS CRIANÇAS — CLINICA MEDICA EM GERAL

CONSULTORIO: — RUA DUQUE DE CAXIAS, 312.
(De 14 ás 16 horas) — Telephone, 281.

RESIDENCIA: — Avenida Vidal de Negreiros, 771.
Telephone, 155

DR. JOÃO SOARES

DOENÇAS DE CRIANÇAS

Ex-Interno do serviço de crianças (lactentes) da Crèche da Casa das Expostos do Rio de Janeiro.

Chefe do Serviço de Hygiene Infantil do Estado.

CONSULTAS DIARIAS DAS 16 A'S 18 HORAS A' RUA DIREITA, 513
(POR CIMA DA PHARMACIA VERAS)

RESIDENCIA: — RUA PADRE MEIRA, 131.

DR. EDRISE VILLAR

CHEFE DO SERVIÇO DE GYNECOLOGIA E CIRURGIA DE MULHERES, DA SANTA CASA.

DOENÇAS DAS SENHORAS — OPEKAÇÕES — PARTOS

ELECTRICIDADE MEDICA

Residencia: Telephone 30 — Rua Epitacio Pessoa, 634.

Consultorio: Telephone 181 — Rua Duque de Caxias, 312.

Consulta das 10 1/2 ás 12 1/2.

João Pessoa — Estado da Parahyba

**CONSULTORIO MEDICO
DOS**

DRS. ONILDO LEAL e SEVERINO PATRICIO

(DO HOSPITAL "JULIANO MOREIRA")

CLINICA MEDICA — MOLESTIAS NERVOSAS E MENTAES — TRATAMENTO MODERNO DA SYPHILIS NERVOSA E PARALYSIA GERAL

Reações completas de Sangue e Liquor (Wassermann, Lange e Benjoin) e as demais necessarias para elucidação de diagnosticio e tratamento das molestias NERVOSAS E MENTAES

Consultas diarias das 14 ás 18 horas.

DUQUE DE CAXIAS, 312 — JOAO PESSOA — PARAHYBA

GABINETE ELECTRO-DENTARIO

DO CIRURGIAO DENTISTA

ABILIO PAIVA

RUA DUQUE DE CAXIAS, 504 — 1.º AND.

Ex-assistente da Policlínica do "Hospital Pedro II". Especialista em chapas anatomicas. Extração com ausencia absoluta de dor, mesmo nos casos de inflamação das gengivas, empregando anesthesia regional de accordo com as technicas de Jeay e Fischer.

Branqueamento dos dentes por processos chimicos.

TRABALHOS PERFEITOS E GARANTIDOS.

DR. J. WANDREGISELO

ESPECIALISTA EM MOLESTIAS DOS OUVIDOS, NARIZ E GARGANTA

Consultas das 2 ás 5 da tarde

Consultorio: — RUA DUQUE DE CAXIAS, 509

Residencia: — VIDAL DE NEGREIROS, 423

**DOENÇAS DA PELLE E VENEREAS
— SYPHILIS —****DR EDSON DE ALMEIDA**

De volta de sua viagem de estudos ao sul do país onde frequentou as clinicas especializadas do Rio (Serviço do prof. Rabello) e de São Paulo (Serviço do prof. Lindenberg) avisa aos seus amigos e clientes que reassumiu o exercicio de sua clinica.

Rua Duque de Caxias, 504-1.º andar. Diariamente de 14 ás 17 horas.

JOAO PESSOA

PARAHYBA

AMANDA SA', enfermeira diplomada, acceita serviços de sua profissão.

Residencia: — Av. General Osorio n.º 164

Phone 310

ENFERMEIRO DIPLOMADO: — Arnaud Nobrega acceita chamados a residencias, para applicar injeções e curativos. Póde ser procurado, todos os dias, na Assistencia Municipal.

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL DE JUSTIÇA
ELEITORAL DO ESTADO DA PARA-
HYBA

JURISPRUDENCIA

ACCORDÃO N.º 145

Processo n.º 4.
Classe 3.ª — Zona 4.ª.
NATUREZA DO PROCESSO: Recurso
interposto pelo cidadão Frederico Augusto
Serrano Falcão, delegado do "Partido Repu-
blicano Libertador", contra a decisão da
Junta Apuradora do 2.º círculo eleitoral,
rel. por ter apurado os sufrágios da 4.ª
seção de Guarabira, sendo ter misturado
entre outras, uma cédula acompanhada de
uma senha.

RELATOR: Dr. Agripino Barros.

O Tribunal Regional resolve
dar provimento ao recurso.

Vistos, etc.
Da decisão da Junta Apuradora das elei-
ções municipais do segundo círculo apu-
rando a votação da 4.ª seção eleitoral do
município de Guarabira, da 4.ª zona, re-
ferida pelo cidadão Frederico Augusto Serrano Falcão,
delegado do "Partido Republicano Liberta-
dor" naquele município, por haver sido
julgada válida e misturada com as demais
uma cédula retirada de uma sobrecarta, on-
de vinha também uma senha eleitoral.

Isto posto, e
Considerando que a senha em questão po-
deria identificar os sufrágios que a acom-
panhava, violando assim o sigillo do voto;

Considerando que os autos e a acta da
apuradora nenhuma referência fazem aos
sufrágios contidos na prefalada cédula, de
modo a carecer-lhe, para o fim de ser ex-
cludida do computo geral da votação;

Considerando que, não sendo possível iso-
lar a cédula em apreço, forçoso é annular-se
a totalidade dos votos apurados;

Accordam em Tribunal em dar pro-
vimento ao recurso interposto, para pronun-
ciar, como efectivamente pronunciam,
a nulidade da votação da 4.ª seção eleitoral
do município de Guarabira, deste Estado.

O Tribunal Regional de Justiça Eleitoral
da Parahyba, em João Pessoa, em 9 de outu-
bro de 1935.

(Ass.) Paulo Hysacio da Silva — Presi-
dente.

(Ass.) Agripino Barros — Relator.

(Ass.) Floreado da Silveira, vencido.

A nulidade de um voto, por estar assina-
lado por uma senha, não pôde acarretar a
de todos os sufrágios dados na seção,

conforme tenho sustentado em casos sem-
elhantes, de um dos quais transcrevo os ar-
gumentos fundamentos de meu voto vencido:

"Na urna que serviu na primeira seção
eleitoral do município de Guarabira, foi
encontrada uma sobrecarta que, além das
cédulas, continha um retrato de S. Theresinha.

Reza, como a Junta Apuradora tivesse
apurado esse voto, que o recorrente apun-
ta, não quer que elle que, em consequencia, se
declare a nulidade de toda a votação re-
colhida naquela urna.

Embora concordando com a nulidade de
voto, não pude acceher a conclusão do pe-
dido.

Segundo o art. 152, do Código Eleitoral,
são nulas as cédulas que não preencherem
os requisitos do art. 124, e os que não
o de não trazerem "signaes que possam de-
nunciar a pessoa do votante, nem outros
dizeres além de: a) designação da eleição;
b) legenda; c) nome de um candidato" (art.
127, n.º 4).

Essa disposição não pode ser entendida
como declaratoria da nulidade do voto, só
quando os signaes ou dizeres extrinsecos
a cédula, não a acompanhada, dentro da
sobrecarta. De uma, como de outra forma,
a pessoa do votante poderá ser denunciada,
o que basta para que haja infração aos dispositi-
vos citados.

Mas, no caso em julgamento, si o voto dado
pelo eleitor que se utilizou da sobrecarta em
que se apoiou o recurso, tinha o seu sigillo
comprometido por aquella retrato, só esse
voto era nullo e sua nulidade não podia ter
o effeito de invalidar os outros sufrágios
recolhidos á mesma urna e tomados regu-
larmente.

E' por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

porque o voto nullo foi reunido ás outras
cédulas apuradas. E, como não é mais pos-
sível isolá-lo, estão nulos todos os su-
frágios contidos.

Mas, o acolhimento dessa pretensão im-
portaria em consentir que o recorrente ti-
vesse proveito de sua própria negligencia.
De facto: si na seção referida houve um
voto nullo que a Junta indevidamente apu-
rou e a cuja apuração o recorrente se op-
punha, cabia a este, para invalidar a decisão
da Junta, tomar as cautelas precisas, munir-
se de documentos que certificassem qual
fora a cédula que incidiria em nulidade e
vir pedir, por via do presente recurso, que
essa cédula ou voto fosse excluído da soma
dos apurados na seção. O que não é
possível admitir-se é que o recorrente, já
não podendo isolar o voto nullo, por ter,
elle mesmo, emitido providencias de sua
iniciativa e interesse, queira supprir sua
omissão com a nulidade de todos os votos
apurados.

No proprio Código Eleitoral, art. 149, o
recorrente teria encontrado a medida asse-
curatoria do isolamento da cédula referida,
bastando que tivesse impugnado, em tem-
po, sua apuração e requerido que ficasse a
cédula impugnada em envoltório lacrado,
acompanhando a impugnação, como re-
comenda aquelle dispositivo. Si nada dis-
se, a consequencia jurídica e legal, que é
a impoedencia de seu recurso, deve ser
imputada á sua propria omissão.

Em summa, o recorrente, que aponta a
nulidade de um voto, não provou seu re-
curso contra a decisão que o apurou. Essa
prova devia consistir em elementos que, não
só attestassem os factos constitutivos da
nulidade, como certificassem qual o voto ou
cédula que queria annular.

Por estas razões, expandidas na assen-
tada do julgamento, neguei provimento ao
recurso.

ACCORDÃO N.º 147

Processo n.º 7.
Classe 3.ª — Zona 4.ª.

NATUREZA DO PROCESSO: Recurso
interposto pelo Dr. Frederico Augusto Serrano
Falcão, delegado do "Partido Repu-
blicano Libertador", contra a decisão da Jun-
ta Apuradora do 2.º círculo eleitoral, por
ter apurado a votação da 3.ª seção, em
Piripituba, município de Guarabira, por
ter constatado haver uma sobrecarta a me-
nos do numero de votantes.

RELATOR: Des. Souto Maior.

O Tribunal Regional resolve
negar provimento ao recurso.

Vistos, etc.

O bel. Frederico Augusto Serrano Fal-
cão, delegado do "Partido Republicano Lib-
ertador", recorre da decisão da Junta
Apuradora do 2.º círculo eleitoral, apu-
rando a votação da 3.ª seção do município
de Guarabira, em Piripituba, por se ter
constatado a existência de uma sobrecarta,
a menos do numero dos eleitores que votaram
em separado e não ter sido encontrado o
nome do eleitor respectivo, ficando desco-
nhcidos os motivos que o obrigaram a vo-
tar em separado.

Examinados os documentos que instruem
o recurso e demais papeis referentes á vo-
tação, chega-se á evidencia de que todos os
votos eram eleitores do município; uns
da propria seção e que tinham os seus no-
mes tomados nas folhas de votação e os ou-
tros são todos eleitores do município, que
alli podiam votar.

Deste modo, desaparece o motivo da im-
pugnação, sendo imprudente o recurso in-
terposto.

Accordam os Juizes deste Tribunal Re-
gional, em negar provimento ao recurso e
confirmar a decisão da Junta Apuradora,
julgando valida a eleição procedida na 3.ª
seção do município de Guarabira.

João Pessoa, 9 de outubro de 1935.

(Ass.) Paulo Hysacio da Silva — Presi-
dente.

(Ass.) Souto Maior — Relator.

ACCORDÃO N.º 148

Processo n.º 6.
Classe 3.ª — Zona 4.ª.

NATUREZA DO PROCESSO: Recurso
interposto pelo cidadão Osmar de Araújo
Aguino, fiscal do candidato Antonio Ben-
vidio de Vasconcellos, contra a decisão da
Junta Apuradora do 2.º círculo eleitoral,
por ter apurado a eleição da 1.ª seção de
Guarabira, depois de haver misturado entre
as demais cédulas, uma acompanhada de
um retrato de S. Theresinha.

RELATOR: Dr. Bras Barachy.

O Tribunal Regional resolve
negar provimento ao recurso.

Vistos, etc.

O bel. Frederico Augusto Serrano Fal-
cão, delegado do "Partido Republicano Lib-
ertador", recorre da decisão da Junta
Apuradora do 2.º círculo eleitoral, apu-
rando a votação da 3.ª seção do município
de Guarabira, em Piripituba, por se ter
constatado a existência de uma sobrecarta,
a menos do numero dos eleitores que votaram
em separado e não ter sido encontrado o
nome do eleitor respectivo, ficando desco-
nhcidos os motivos que o obrigaram a vo-
tar em separado.

Examinados os documentos que instruem
o recurso e demais papeis referentes á vo-
tação, chega-se á evidencia de que todos os
votos eram eleitores do município; uns
da propria seção e que tinham os seus no-
mes tomados nas folhas de votação e os ou-
tros são todos eleitores do município, que
alli podiam votar.

Deste modo, desaparece o motivo da im-
pugnação, sendo imprudente o recurso in-
terposto.

Accordam os Juizes deste Tribunal Re-
gional, em negar provimento ao recurso e
confirmar a decisão da Junta Apuradora,
julgando valida a eleição procedida na 3.ª
seção do município de Guarabira.

João Pessoa, 9 de outubro de 1935.

(Ass.) Paulo Hysacio da Silva — Presi-
dente.

(Ass.) Souto Maior — Relator.

ACCORDÃO N.º 149

Processo n.º 5.
Classe 3.ª — Zona 4.ª.

NATUREZA DO PROCESSO: Recurso
interposto pelo cidadão Osmar de Araújo
Aguino, fiscal do candidato Antonio Ben-
vidio de Vasconcellos, contra a decisão da
Junta Apuradora do 2.º círculo eleitoral,
por ter apurado a eleição da 2.ª seção de
Guarabira, depois de ter misturado entre as
demais cédulas, uma acompanhada de uma
senha.

RELATOR: Des. Souto Maior.

O Tribunal Regional resolve
annular a eleição.

Relatados e discutidos estes autos de re-
curso interposto pelo cidadão Osmar de Ara-
újo Aguiño, fiscal do candidato Antonio Ben-
vidio de Vasconcellos, contra a decisão da
Junta Apuradora do 2.º círculo eleitoral,
por ter apurado a eleição da 2.ª seção do
município de Guarabira, depois de haver
misturado com as demais cédulas, uma que
vinha acompanhada de uma senha.

Evidencia-se, que, entre as sobrecartas en-
contradas na referida urna, existia uma
cuja cédula de votação estava accompan-
da de uma senha.

Esse voto, assim assinalado, era nullo,
entendendo a Junta de apuração não
teve a cautela de mencionar a quem era
dado aquelle voto. Desse modo, desaparece
o sigillo absoluto que deve existir na
votação, recommendado em lei e não sendo
possível reparar-o, a falta acarreta a nul-
lidade de toda a votação.

Accordam em Tribunal Regional annu-
lar a eleição procedida na alludida seção e
mandam que se proceda a nova, em que re-
sejam observadas as formalidades legais.

João Pessoa, 9 de outubro de 1935.

(Ass.) Paulo Hysacio da Silva — Presi-
dente.

(Ass.) Souto Maior — Relator.

(Ass.) Floreado da Silveira, vencido.

Na urna que serviu na primeira seção
eleitoral do município de Guarabira, foi
encontrada uma sobrecarta que, além das
cédulas, continha um retrato de S. Theresinha.
Reza, como a Junta Apuradora tivesse
apurado esse voto, que o recorrente re-
puta nullo, quer que elle que, em consequen-
cia, se declare a nulidade de toda a vo-
tação recolhida naquela urna.

Embora concordando com a nulidade
do voto, não pude acceher a conclusão do
pedido.

Segundo o art. 152, do Código Eleito-
ral, são nulas as cédulas que não preen-
cherem os requisitos do art. 124, um dos
quos é o de não trazerem "signaes que
possam denunciar a pessoa do votante,
nem outros dizeres além de: a) designação
da eleição; b) legenda; c) nome de um can-
didato" (art. 127, n.º 4).

Essa disposição não pode ser entendi-
da como declaratoria da nulidade do voto,
só quando os signaes ou dizeres extrin-
secos a cédula, não a acompanhada, dentro
da sobrecarta. De uma, como de outra
forma, a pessoa do votante poderá ser de-
nunciada, o que basta para que haja infra-
ção aos dispositi-
vos citados.

Mas, no caso em julgamento, si o voto dado
pelo eleitor que se utilizou da sobrecarta em
que se apoiou o recurso, tinha o seu sigillo
comprometido por aquella retrato, só esse
voto era nullo e sua nulidade não podia ter
o effeito de invalidar os outros sufrágios
recolhidos á mesma urna e tomados regu-
larmente.

E' por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,
por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade total da seção,

por isso que o recorrente deveria li-
mitar-se a pedir a nulidade d'aquelle voto.
Quer, porém, a nulidade

ACCORDÃO N.º 153

Processo n.º 28.
Classe 3.ª — Zona 10.ª.
NATUREZA DO PROCESSO: Recurso interposto pelo dr. Raymundo de Gouveia Nobrega, procurador do candidato Antonio X. de Macêdo, contra o acto da Junta Apuradora do 3.º Circulo Eleitoral, deixando de apurar votos nas 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª secções do município de Picuhy em cédulas da legenda "Progressista" contendo todos os nomes dos candidatos ao cargo de vereadores.
RELATOR: Des. Souto Maior.

O Tribunal Regional resolve negar provimento ao recurso.

Relatados e discutidos estes autos de recurso eleitoral, delles se vê que o cel. Raymundo de Gouveia Nobrega recorreu da decisão da Junta Apuradora do 3.º circulo eleitoral, por ter deixado de apurar os votos dados aos vereadores do "Partido Progressista", por estarem escritos nas cédulas os nomes de todos os candidatos.

A decisão da Junta merece confirmação.

O art. 134 do cod. eleitoral, prescreve que as cédulas devem conter, a designação da eleição a legenda e o nome de um candidato e o art. 152 declara nulla a cédula que não preencher os requisitos do cit. art. 134.

Evidencia-se que, as cédulas da eleição procedida nas diferentes secções do município de Picuhy traziam os nomes de todos os candidatos a vereadores, sendo, por esse motivo, nulos em face da lei.

Accordam em Tribunal Regional, negar provimento ao recurso e confirmar a decisão da Junta Apuradora, considerando nulla a decisão de vereadores e mandam que se proceda à nova eleição em tempo opportunamente designado.

João Pessoa, 11 de outubro de 1935.

(Ass.) Paulo Hypacio da Silva — Presidente.

(Ass.) Souto Maior — Relator.

ACCORDÃO N.º 158

Processo n.º 34.
Classe 3.ª — Zona 13.ª.
NATUREZA DO PROCESSO: Recurso ex-officio interposto pelo Junta Apuradora do 5.º Circulo Eleitoral, em virtude da irregularidade verificada na 6.ª secção do município de Pombal.
RELATOR: Dr. Agrippino Barros.

O Tribunal Regional resolve negar provimento ao recurso.

Vistos, etc.

Na apuração da 6.ª secção eleitoral do município de Pombal, deste Estado, constata a Junta Apuradora do 5.º Circulo que o numero de sobrecretas autenticas, das encontradas na urna era superior ao de votantes declarado na acta da eleição e ao de assignaturas das folhas de votação.

Por esse motivo a referida Junta declarou nulos todos os votos existentes na urna e decisão recorreu ex-officio, em obediencia ao disposto no art. 176 do Código Eleitoral.

Isto posto: e, considerando que na urna em questão foram encontradas 108 sobrecretas, emquanto que, da acta da eleição e das folhas de votação: consta terem comparcido e votado apenas 196 eleitores;

Considerando que os documentos da eleição não explicam essa anomalia; Accordam os juizes do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral da Parahyba em negar provimento ao recurso e confirmar a decisão recorrida, de vez que esta encontra absoluto apoio no Código Eleitoral, art. 160, inciso 4.º.

João Pessoa, 14 de outubro de 1935.

(Ass.) Paulo Hypacio da Silva — Presidente.

(Ass.) Agrippino Barros — Relator.

ACCORDÃO N.º 159

Processo n.º 38.
Classe 3.ª — Zona 9.ª.
NATUREZA DO PROCESSO: Recurso ex-officio da Junta Apuradora do 3.º Circulo Eleitoral, annullando a 24.ª secção do município de C. Grande.
RELATOR: Dr. Agrippino Barros.

O Tribunal Regional resolve negar provimento ao recurso.

Vistos, etc.

Por não ter sido assignada a acta de encerramento da eleição da 24.ª secção (Fagundes) do município de Campina Grande, da 9.ª zona, a Junta Apuradora do 3.º Circulo Eleitoral declarou nulla a votação verificada na referida secção e dessa decisão recorreu para este Tribunal.

A Junta agiu de accordo com a lei. Efectivamente a acta em apreço não contém as assignaturas dos membros da Mesa Receptora de votos. Estes assignaram tão somente as folhas de votação. E' evidente que esta circunstancia não pode suprir aquella falta. Sem as assignaturas dos membros, ficou a acta de encerramento da eleição em absoluto destituição de authenticidade. E esta falta acarretou a nullidade da votação, nos preceitos, termos do art. 160, alinea 3.ª, do Código Eleitoral.

Pelo exposto, Accordam em Tribunal em confirmar a decisão recorrida, negando, assim, provimento ao recurso interposto.

Tribunal Regional de Justiça Eleitoral da Parahyba, em João Pessoa, em 14 de outubro de 1935.

(Ass.) Paulo Hypacio da Silva — Presidente.

(Ass.) Agrippino Barros — Relator.

Confere com o original. Secretária do Tribunal Regional, em João Pessoa, 14 de novembro de 1935. O official, Alfredo de Sousa Monteiro.

VISTO: João T. Maranhão Drummond, Chefe da 1.ª Secção, Relator.

FUNDAÇÃO DE FERRO "BÔA VISTA" DE VICENTE IELPO & CIA.

Fundem-se embolos, válvulas de qualquer tipo, torneiras, mancais, cilindros para locomotivas e caldeiras, bancos para jardim, escadas circulares, cruzeiros para jardim, candelabros, fogareiros, chaleiras para fogões ingleses, etc.

ESPECIALISTAS

em portões, gradis de ferro, silos para cereais, carros de mão alambiques de cobre, fabrico de camas, calhas.

Accepta qualquer serviço de torneamento. Executa solda autogenica.

A unica da Capital. A ultima palavra em acabamento.

TRAVESSA DA BÔA VISTA, 33 — FONE, 70

PREÇOS SEM COMPETENCIA

PARAÍBA —::— JOÃO PESSOA

OPTIMA OPPORTUNIDADE

Vende-se uma casa, sita à avenida do Abacateiro n.º 200, localizada em grande terreno todo arborizado de frutíferas, água encanada e luz, com 3 frentes. A tratar com Armando Pessoa, n.º 320, na mesma avenida.

CASA A VENDA — Vende-se a casa sita à avenida do Abacateiro, n.º 200, em Trincheiras, com ottimo terreno proprio, medindo 50 metros de frente por igual dimensão de fundo, todo arborizado de frutíferas, com água encanada e instalação electrica, pela importância de 20.000\$000, a tratar com Virgilio Cordeiro, à avenida Juaçoz Tavora, 1273.

CONCURSO DE FAZENDA

Claudio Porto avisa que reabrirá o seu curso de arithmetica e algebra, a 21 do corrente, funcionando, diariamente, das 8 às 9 1/2. Numero limitado de alumnos.

ALUGA-SE, por preço de occasião, uma casa em Ponta de Matto, com optimos commodos, para pequena familia.

A tratar na rua Caturité, 153, residencia do dr. Alves de Mello.

MYSTERIC

Se tendes sido até hoje infeliz e desprotegido da sorte, vivendo sempre em difficuldades, ou sem poder realizar os vossos desejos não desaniméis. Escrevei hoje mesmo para a Caixa Postal 49. Niteroi, Estado do Rio, enviando um envelope sellado e subscripto, para a resposta, que remetteremos gratis o meio facil e seguro de em 8 dias conseguirdes o que desejardes, seja o que for.

Procure conhecer o maior e mais rico sortimento da praça, em SEDAS, lotes de LINHO, BRINS DE LINHO, CASEMIRAS, ROUPINHAS PARA CRIANÇAS, GRAVATAS, CAPAS DE GABARDINE, MANTEAUX,

CARTEIRAS, etc.

VISITANDO O DEPOSITO DA FIRMA

ALBERTO BERES

541 — DUQUE DE CAXIAS — 541

ACCEITA CHAMADOS A DOMICILIOS — AUTOMOVEL N.º 2.610. VENDAS A PRAZO E A VISTA.

"A CHAVE DE OURO"

Club de sorteios de João Verissimo de Sousa

Rua Barão do Triunpho, 482

Resultado do sorteo dos coupons-brindes gratuitos, realizado pelo Club de sorteios A CHAVE DE OURO, em sua sede à rua Barão do Triunpho, 482, no dia 19 de novembro, às 15 1/2 horas:

N. SORTEADO — 3057

João Pessoa, 19 de novembro de 1935.

JOAO VERISSIMO DE SOUSA, concessionario.

ADHERBAL PYRAGIBE, fiscal de clubes.

"FAVORITA PARAHYBANA" CLUBE DE SORTEIOS de Ascendino Nobrega & Cia. A FAVORITA PARAHYBANA — Praça Arruda Camara n. 12 (antiga Viração)

Resultado do sorteo dos coupons-brindes gratuitos, realizado pelo Clube de Sorteios FAVORITA PARAHYBANA, em sua sede à praça Arruda Camara, 12, no dia 19 de novembro, às 15 horas:

1.º Premio	0442
2.º "	7237
3.º "	7905
4.º "	6244
5.º "	7367

João Pessoa, 19 de novembro de 1935.

PLANO "DEMOCRATA"

NOCTURNO

Resultado do sorteo dos coupons-brindes gratuitos, realizado pelo Clube de sorteios FAVORITA PARAHYBANA, em sua sede à praça Arruda Camara, 12, no dia 19 de novembro, às 19 horas:

1.º Premio	9365
2.º "	9438
3.º "	9167
4.º "	5433
5.º "	2378

João Pessoa, 19 de novembro de 1935.

ADHERBAL PYRAGIBE, fiscal de clubes.

ASCENDINO NOBREGA & CIA. concessionarios

AGENCIA NOVA

SE V. S. NÃO VISITOU AINDA A "AGENCIA NOVA" A AVENIDA BEAUREPAIRE ROHAN 78, ESTÁ PERDENDO MUITO. LA' EXISTE UM PERFECTO SORTIMENTO DE JORNAES E REVISTAS E OUTRAS APRECIADAS EDIÇÕES DO SUL DO PAIS.

DIRECTORIA GERAL DE SAÚDE PUBLICA

Na Directoria geral de Saúde Publica, em Trincheiras, — compram-se lebres por bom preço —

ALVARO JORGE & CIA.

(CASA FUNDADA EM 1903)

GRANDE ARMAZEM DE ESTIVAS EM GROSSO

Praça Dr. Alvaro Machado, 3 e 23 — Praça 15 de Novembro, 14 e 24
ENDEREÇOS:
Telegramma — "Della"
Telephone — 133

CODIGOS USADOS:
Mascotte, Ribeiro e Particulares

MANTÊM FILIAES

— EM —

Campina Grande, R. Pres. João Pessoa, 18, 67 e 75.
Guarabira, Praça Monsenhor Walfrêdo Leal, n. 49,
Praça Matriz, 174 e 178.

Itabayana, Rua Presidente João Pessoa, 44.

Chamam a attenção de sua numerosa freguezia da Capital e do interior e dos demais commerciantes em geral para o seu completo e variadissimo sortimento de mercadorias que recebem semanalmente dos principaes centros do pais e do estrangeiro e que estão vendendo por preços inacreditaveis.

ACHAM-SE APPARELHADOS A CONCEDER OS MELHORES PREÇOS EM TODAS AS SUAS VENDAS, SEM TEMEREM OS CONCORRENTES.

PREÇOS EXOEPCIONAES PARA VENDAS A VISTA!!

Além de outros innumeraveis artigos, têm permanentemente em seu stock os seguintes:

Xarope de todos os typos, farinha de trigo nacional e estrangeira de todas as marcas, assucar triturado, cerejaes: Antarcica, Teutonia e Cascatinha, kerosene, gasolina, sal de Macau do Estado, bacalhau, completo sortimento de manteigas, papel para jornal e papel "Norte", arroz de todas as qualidades, leite condensado "Moça" e "Vigor", louças e vidros, linhas "Bispo" e "Corrente", arame farpado americano "Iowa" e grampos para cereas, espôlta "BB" e chumbo para caça, vela Rio, succo de uvas nacional e estrangeiro, chá preto, todos os temperos, balança "Estrella", completo sortimento de conservas e vinhos nacionais e estrangeiros, chocolates e bombons.

Venham se certificar dessa realidade os que precisam comprar barato !!

JOÃO PESSOA — PARAHYBA DO NORTE

DIÁRIO DA PRAÇA

VALORES DAS MOEDAS E COTAÇÃO DO OURO

16 de novembro de 1935

A agência do Banco do Brasil forneceu hontem as seguintes taxas para vendas de cambio á vista:

OFFICIAL LIVRE

	Venda	Venda
Libra	58\$181	90\$000
Dollar	11\$830	18\$050
Lira	\$960	1\$405
Peseta	1\$630	2\$465
Franco	\$965	1\$190
Escudo	\$530	\$800
Reichmark	7\$255	4\$765
Florim	\$9050	12\$250
Suísso	3\$845	5\$860
Belgas	1\$895	3\$050
Peso argentino	3\$940	4\$880
Peso uruguayo	5\$350	6\$300

A gramma de ouro foi cotada a... 20\$000.

AO COMMERCIO

A agência do Banco do Brasil vende cambiais do mercado livre para cobertura dos títulos de sua carteira.

AS COTAÇÕES DOS GENEROS

FARINHA DE TRIGO

Farinha americana	
Gold Medal	63\$000
Farinha nacional	
Olinda especial	47\$000
Olinda commum	45\$000
Recife	43\$000
Luz	47\$000
Três Coróas	45\$000

Banha

Do Estado, lata	52\$000
Do Rio Grande, lata	61\$000

Assucar

Triturado	37\$000
Crystal	36\$500

Gasolina e kerosene

Gasolina, caixa	58\$500
Gasolina litro	1\$300
Kerosene, caixa 2/5	47\$000
Kerosene, caixa 3/5	70\$500
Kerosene, litro	1\$200

Couro e pelles

Pelless de cabra, 1.ª	7\$000
Por unidade, segunda	3\$000
Pelle de carneiro, 1.ª	5\$000
Unidade, 2.ª, refugio	2\$500
Couro salmourado	2\$000
Couro secco salgado	2\$400

Arroz

Japonês brilhado	58\$000
Commum do Maranhão	40\$000
Agulha	65\$000

ALGODAO

Sertão	57\$000
Matta	56\$000

Xarque

Typo BB	30\$000
Typo XX	32\$000
Typo SS	33\$000
Typo AA	35\$000

Sébo

Do Rio Grande, kilo	2\$200
---------------------	--------

TRENS DE BANHO

Partida de Cabedello	7,35
Chegada a João Pessoa	8,6
Partida de João Pessoa	17,20
Chegada a Cabedello	17,53

HORARIO DA LINHA AEREA

"CONDOR"

Partidas dos aviões: — Para o sul — Todas as quartas-feiras, ás 7,40 horas, escalando nos portos de: Maceió, Penédo, (facultativo), Aracaju, Bahia, Ilhéus, Belmonte, Caravelas, Victoria e Rio de Janeiro, até Buenos Ayres.

Para o norte: — Todas as quintas-feiras, ás 14 horas, até Natal.

VENDE-SE a casa n. 462 na Avenida Coremas. A tratar na mesma.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Pharmacias de plantão durante o mês de novembro

Londres	1—9—17—25
S. Antonio	2—10—18—26
Teixeira	3—11—19—27
Confiança	4—12—20—28
Véras	5—13—21—29
Brasil	6—14—22—30
Pôvo	7—15—23
Minerva	8—16—24

NAVEGAÇÃO E COMMERCIO

COMPANHIA CARBONIFERA RIO-GRANDENSE

Linha regular de vapores entre Cabedello

e Porto Alegre

CARGUEIROS RAPIDOS

PARA O NORTE

CARGUEIRO "BUTIÁ" — Procedente do sul do país, deverá chegar em nosso porto no proximo dia 26 deste, o cargueiro "Butiá". Depois da necessaria demora, sahirá para os portos de Natal, Fortaleza, Tutoya e Arica Branca.

CARGUEIRO "TAQUY" — Esperado do norte, deverá chegar em nosso porto no proximo dia 24 deste, o cargueiro "Taquy". Após a necessaria demora, sahirá para os portos de Recife, Maceió, Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.

DEMAIS INFORMAÇÕES COM OS

Agentes — LISBÔA & CIA.

RUA BARÃO DA PASSAGEM N. 13 — TELEPHONE N. 228

LLOYD NACIONAL SOCIEDADE ANONYMA

Séde: — Rio de Janeiro

LINHA PARA' — S. FRANCISCO

PAQUETE "ARATIMBÓ" — Esperado de Porto Alegre e escalas no dia 20 do corrente, sahindo no mesmo dia para Recife, Maceió, Bahia, Victoria, Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, para onde recebe carga e passageiros.

CARGUEIRO "CAMPINAS" — Esperado de Porto Alegre e escalas no dia 25 do corrente, sahindo no mesmo dia para Natal, Arica Branca, Aracaty, Fortaleza, Camocim, Chaval e Amarração, para onde recebe carga.

NOTA — Aceitamos carga para a cidade de Campos, no Estado do Rio, pois mantemos contrato firmado com a "LEOPOLDINA RAILWAY". Outrosim, a baldeação será feita no porto do RIO DE JANEIRO.

Regular serviço de cargas e passageiros, pelos paquetes "ARAS" entre os portos de Cabedello e Porto Alegre.

Para demais informações com os agentes: ARTHUR & CIA.

Escritorio — PRAÇA ANTHONOR NAVARRO N.º 34.

Armazem á Praça 15 de Novembro.

Telephone: Escritorio 38, Armazem 53 — JOAO PESSOA

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO

Séde: — Rio de Janeiro — Brasil

Rua do Rosario, 2-22

A maior empresa de navegação da America do Sul

Serviço de passageiros e cargas

LINHA SANTOS-BELEM

PARA O SUL

VAPOR "POCONÉ" — Esperado do norte no proximo dia 22 de novembro, sahindo no mesmo dia para Recife, Maceió, Bahia, Rio de Janeiro e Santos.

PAQUETE "RODRIGUES ALVES" — Esperado do norte no dia 29 proximo e sahirá no mesmo dia para Recife, Maceió, Bahia, Rio de Janeiro e Santos.

PARA O NORTE

VAPOR "D. PEDRO II" — Esperado do sul no proximo dia 22 do corrente, sahirá no mesmo dia para Natal, Fortaleza, São Luiz e Belém.

LINHA MANAOS — BUENOS AYRES

VAPOR "SANTOS" — Esperado do norte no dia 22 de novembro, sahirá no mesmo dia para Recife, Maceió, Victoria, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Santos, Paranaquá, Antonina, S. Francisco, Rio Grande, Montevideo e B. Ayres.

CARGUEIROS

"CURITYBA" — Esperado do norte no proximo dia 21, sahindo no mesmo dia para Recife, Maceió, Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande e Porto Alegre.

VAPORES ESPERADOS EM RECIFE

PARA EUROPA

PAQUETE "CUIABA" — Esperado em Recife no dia 22 do corrente, sahindo no mesmo dia para Lisboa, Leixões, Vigo, Havre, Anvers, Rotterdam e Hamburgo.

A Companhia recebe cargas para Santarém, Itaocatiara e Manãos com transbordo em Belém e para Pelotas e Porto Alegre com transbordo no Rio de Janeiro

Recebem-se cargas para qualquer porto do Estado da Bahia em Trafego Mutuo, em S. Salvador, com a Cia. de Navegação Bahiana. Outrosim, aceita cargas para estações da Rede Mineira e Viação com baldeação em Angra dos Reis.

As reclamações de faltas e avarias serão aceitas por escripto e dentro do prazo de três dias após a descarga.

Para demais informações com o agente

BASILEU GOMES

Escritorio: Praça Anthonor Navarro, n. 28 — Arma-

zem: Praça 15 de novembro.

Endereço telegraphico: — NAVELLOYD

Phones: — Escritorio, 32 — Armazem, 52 — JOAO PESSOA

COMPANHIAS FRANCÊSAS DE NAVEGAÇÃO

"CHARGEURS RÉUNIS" & "SUD-ATLANTIQUE"

Para a Europa — PAQUETE "GROIX"

Esperado em Recife no dia 16 de setembro, recebe carga neste porto com transbordo em Recife, para os portos de Dakar, Casablanca, Vigo, Bordeaux, Havre, Dunkerque e Anthuerpia. Os conhecimentos originaes da "CHARGEURS RÉUNIS" serão entregues neste porto ao embarcador. Para mais informações com os sub-agentes autorizados neste Estado.

LISBÔA & CIA.

BARÃO DA PASSAGEM, 13

JOAO PESSOA

PARAHYBA DO NORTE

VAPORES

	Fernambuco	Dakar	Casablanca	Vigo	Bordeaux	Havre	Dunkerque	Anthuerpia
"GROIX"	16 Set.	23 Set.	28 Set.	30 Set.	2 Out.	6 Out.	12 Out.	15 Out.
"AURIGNY"	18 Out.	25 Out.	30 Out.	1.º Nov.	3 Nov.	7 Nov.	13 Nov.	16 Nov.
"EUBÉE"	17 Nov.	24 Nov.	29 Nov.	1.º Dez.	3 Dez.	7 Dez.	13 Dez.	16 Dez.
"KERQUELEN"	15 Dez.	21 Dez.	26 Dez.	29 Dez.	31 Dez.	3 Jan.	9 Jan.	12 Jan.

VIGOR

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

SERVIÇO SEMANAL DE PASSAGEIROS E CARGAS ENTRE PORTO ALEGRE E CABEDELLO

VAPORES ESPERADOS

ITABERÁ

Esperado dos portos do Sul no dia 21 do corrente, terça-feira, sahirá no mesmo dia, para: RECIFE, MACEÍO, BAHIA, VICTORIA, RIO DE JANEIRO, SANTOS, PARANAGUÁ, ANTONINA, FLORIANOPOLIS, RIO GRANDE, PELOTAS E PORTO ALEGRE.

PROXIMAS SAHIDAS:

"ITAQUATIA" — Terça-feira, 26 de novembro;

"ITAPURA" — Terça-feira, 3 de dezembro;

"ITAQUERA" — Terça-feira, 10 de dezembro.

AVISO

Recebem-se também cargas para Penédo, Aracaju, Ilhéus, Campos, São Francisco e Itajhy, com cuidadosa baldeação no Rio de Janeiro. A Companhia recebe cargas e encomendas até a véspera da sahida dos seus paquetes.

Pede-se aos srs. carregadores que providenciem para que as suas cargas estejam no costado dos navios no dia de suas chegadas.

Os consignatarios de cargas devem retirar-as do trapiche da Companhia dentro do prazo de 48 horas, após a descarga findo o qual, incidirão as mesmas em armazenagem.

Passagens, encomendas e valores, attende-se no escriptorio até as 16 horas, na véspera da sahida dos paquetes.

As demais informações, serão dadas pelos agentes

WILLIAMS & CIA.

PRAÇA ANTHONOR NAVARRO, N.º 3 — PHONE 224